

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Ermeli Damazo Viviani

Pós-modernidade, Ambientalismo e Partido Verde: dilemas políticos na
contemporaneidade.

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO
2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Ermeli Damazo Viviani

Pós-modernidade, Ambientalismo e Partido Verde: dilemas políticos na contemporaneidade.

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Cláudio Gonçalves Couto.

SÃO PAULO
2009

Banca Examinadora

Dedicatória

Para minha amada família

Agradecimentos

Agradeço, especialmente, ao meu orientador Cláudio Gonçalves Couto, ao Programa de Ciências Sociais da PUC-SP e a CAPES.

Sinto-me extremamente grata à professora Marijane Lisboa e ao professor Rinaldo, cujas observações feitas durante a qualificação foram essenciais para a condução da pesquisa.

Agradeço a todas as pessoas que conheci na PUC (professores e colegas), que só me acrescentaram com coisas boas, e a minha família, que não se cansa de me ajudar.

Resumo

Pós-modernidade, ambientalismo e partido verde: dilemas políticos da contemporaneidade

O presente trabalho tem como objetivo maior apontar para as conexões existentes entre o advento da condição pós-moderna, o desenvolvimento das questões ambientais em âmbito internacional e a conseqüente institucionalização das questões ecológicas. Esta última, por sua vez, pode ser visualizada através de alguns processos, tais como: a realização de conferências internacionais, a criação de organismos dispostos a tratar especialmente sobre o tema, o comprometimento de governos nacionais, assim como o processo de partidarização do ecologismo.

A pós-modernidade representa, em última instância, a crise da modernidade, pautada pelos ideais iluministas. O desejo pela busca da emancipação humana, baseado na concepção universal, porém restrita, de progresso e de ciência acabou por agravar incommensuravelmente a situação do meio ambiente. A consolidação do conceito de pós-modernidade passou a ser encarada como resultado da rearticulação sistêmica do capitalismo (assentada na implantação do sistema de acumulação flexível, a partir da década de 1970 - com sucessivas repercussões culturais), em conjugação com o desmantelamento do socialismo soviético e a intitulada fragmentação social. Esta última representada pela multiplicação dos atores sociais como interventores legítimos dos processos políticos.

Portanto, nossa hipótese geral baseia-se na afirmação da condição pós-moderna como patrocinadora das questões ambientais, e fundamental para o processo de internacionalização e institucionalização do ambientalismo, na medida em que condicionou o agravamento dos problemas ecológicos e incentivou novas formas de mobilização sociopolítica, assim como a articulação da comunidade internacional em torno do assunto.

Palavras chaves: pós-modernidade, movimentos sociais, ambientalismo, partido verde.

Abstract

Post-modernity, environment and Green Party: today's political dilemmas

The present work aims to point at the existing relations between the rise of the post-modern condition, the development of a worldwide agenda for the environment, and hence the institutionalization of the environment issues. For the latter, we can point some processes such as: the realization of international summits, the creation of international organizations with the sole purpose of dealing with the environment, the commitment of national governments, and also the environment issue party-building process.

Post-modernity represents, in its sense, the crisis of modernity, based on the Enlightenment values. The search for human emancipation, in accordance with the universal – albeit restrained – notion of progress and science resulted in extremely harmful consequence to the environment. The strengthening of the concept of post-modernity came as a result from the capitalistic systemic re-positioning (which took place during the flexible accumulation system, during the 1970s and forth – that has resulted in many cultural changes), together with the crumbling of the soviet socialism and the so-called social fragmentation. The latter is represented by the multiplicity of social actors as legitimate vectors of political processes.

Therefore, our main general hypothesis relates the condition of post-modernity as sponsor to environmental themes and crucial for the process of institutionalization and internationalization of the environmental agenda. Furthermore, the post-modernity condition has also rendered the worsening of the ecological problem, the fostering of new kinds of socio-political mobilization that brought the attention of the international community to the matter.

Key-words: post-modernity, social movements, environment, Green Party.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO I - VISÕES SOBRE A PÓS-MODERNIDADE	8
1.1 Explorando a Pós- Modernidade	12
1.2 Uma Arqueologia da Pós-Modernidade	14
1.3 Jean-François Lyotard; Um Arauto da Pós-Modernidade	21
1.4 O Pós-Moderno e suas Configurações	29
1.5 O Panorama Pós-Moderno na Esfera Política	41
1.6 O Ambientalismo e à Crítica a Modernidade	48
CAPÍTULO II AMBIENTALISMO E IDEOLOGIAS VERDES	53
2.1 Desenvolvimento do Ambientalismo no Contexto Mundial: princípios da institucionalização do ecologismo	53
2.2 A Ideologia Verde: Multiplicidade teórica	74
2.2.1 O ambientalismo na esfera política	76
2.2.2 O ambientalismo na esfera filosófica	84
CAPÍTULO III - O AMBIENTALISMO NO BRASIL E PARTIDOS VERDES: BREVE RETROSPECTO	90
3.1 Aspectos do desenvolvimento do ambientalismo brasileiro	91
3.2 Os Partidos Verdes como mais um dos símbolos da institucionalização da temática ambiental.	98
3.3 Aspectos da partidarização do ecologismo no Brasil	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
ANEXOS	117

INTRODUÇÃO

A degradação ambiental relativa ao uso dos recursos naturais pela humanidade retrocede na história humana nos remetendo a tempos imemoriais. Mas os problemas que incidem sobre o ambiente natural, alavancados pelo processo de modernização, redimensionaram a discussão sobre o tema, trazendo apontamentos e críticas que passaram a ser sistematizadas desde meados do século XIX.

O mau trato ao ambiente natural até o século passado era considerado por seu caráter local, embora já tivesse um impacto global. Este fato se transformou substancialmente com o processo de aceleração da globalização econômica e com a simultânea elevação da pressão sobre os recursos naturais. Nesta perspectiva, com o agravamento e expansão territorial da degradação ecológica, podemos apontar que o século XX, desde seu alvorecer, inaugura uma etapa importante de ampliação dos debates sobre o meio ambiente. Esta ampliação do debate se deve ao paralelismo com que se deram os processos de crescimento econômico e a degradação ecológica.

A deterioração humana e do ambiente natural resultantes do desenvolvimento científico e tecnológico, da noção de progresso, do liberalismo econômico e do individualismo acabaram por implicar na falência de um modelo e concepção de mundo próprios da modernidade ocidental. Os ideais iluministas de libertação, fomentadores das potencialidades da razão humana, levaram as sociedades ao purgatório terreno, trazendo para o debate a chamada *crise da modernidade*.

Na segunda metade do século XX, as elaborações sobre a crise da modernidade começam a chamar a atenção das várias áreas do conhecimento através de teorizações que apontavam para a emergência de uma nova temporalidade histórica e/ou inédita condição humana, a qual recebeu o nome de pós-modernidade.

Vários processos e fatos que deram corpo à crítica da modernidade foram elaborados por partidários da pós-modernidade. Esta pode, em um primeiro momento, ser encarada como uma vingança devido à decepção das promessas feitas pela modernidade, desafiando-a e propondo a sua superação. No entanto, não existe um consenso que unifique a caracterização de uma etapa inédita da história humana, embora haja a possibilidade de detectar a consolidação conceitual da pós-modernidade através da confluência de alguns processos e fenômenos que lhes são próprios.

Embora a crise ambiental, assim como seu resultado mais nobre, o ambientalismo, sejam frutos da modernidade e dos processos de modernização, eles

estão visceralmente ligados ao estabelecimento de uma condição pós-moderna. Neste sentido, a presente pesquisa visa esclarecer os elos existentes entre esta nova condição, o agravamento dos problemas ambientais, a internacionalização da questão ecológica, a multiplicação de formas assumidas pelo ambientalismo (com uma expansão das vertentes de cunho político e filosófico), e a institucionalização da temática ecológica.

A antiga diáde política (esquerda e direita), baseada nos conflitos existentes nos processos produtivos, passou a não responder mais à multiplicidade dos anseios e características sociais, tendo como resultado a emergência de novas demandas sociais que se aglutinaram em movimentos sociais específicos. Acreditamos, portanto, que esta fragmentação social tornou-se uma das responsáveis não apenas pela proliferação dos movimentos e tendências do ambientalismo atual, mas pelo surgimento da ecopolítica, e pelo a constituição de partidos políticos de ideologia verde.

Paralelamente à multiplicação dos atores sociais, a aceleração econômica (que combinou uma nova etapa da mundialização do capital, a implantação de novos processos produtivos, e valores culturais ligados ao consumo) agravou a crise ambiental por incentivar um estilo de vida compatível com a eficiência dos processos produtivos, exercendo uma pressão ainda maior sobre os recursos naturais.

O fim do socialismo real, um dos impulsionadores da condição pós-moderna, colaborou de algumas formas no desenvolvimento dos valores verdes: criou uma lacuna ideológica, propiciou a expansão do sistema capitalista em outras regiões do planeta, reafirmou a ingerência do socialismo na gestão ambiental. Além de que, as concepções pessimistas (o niilismo pós-moderno, fim da história, fim das metanarrativas, irrelevância do sujeito como motor dos processos históricos) sobre a nova condição passaram a ser edificadas sobre os destroços do socialismo real.

Desta forma, apontamos o desenvolvimento do ambientalismo e suas múltiplas manifestações como subproduto que emerge de uma condição pós-moderna eclodida a partir da crise do socialismo, da fragmentação social, do recrudescimento do processo de mundialização do capital, e da reformulação dos processos produtivos com a superação do sistema fordista de produção. Portanto, dedicamos nosso primeiro capítulo a um histórico do aparecimento do termo, seu subsequente desenvolvimento (marcados por uma série de conflitos teóricos) até a chegada de sua maturidade, apontando sempre para as diversas interpretações por ele assumidas ao longo de décadas.

Não pretendemos, nem é meta deste trabalho, impor uma concepção exclusiva sobre os significados da pós-modernidade, mas toda a análise e considerações sobre o

tema nos fazem levantar questionamentos sobre a relação existente entre a condição pós-moderna e o ecologismo. Isto nos faz perguntar se para a superação da crise desencadeada pela modernidade e, ao mesmo tempo, para a consolidação da pós-modernidade (como temporalidade histórica) não haveria a necessidade de uma transformação sistêmica do capitalismo? E, neste sentido, não seria o ecologismo uma práxis política transformadora? Uma resposta aos que afirmam a inutilidade dos indivíduos nos processos históricos e ao fim das grandes ideologias?

Com o intuito de descortinarmos estas questões, tornou-se essencial não apenas empreender uma análise sobre os conceitos de pós-modernidade, mas sua ligação com *os ambientanismos* que surgem paulatinamente e o conseqüente processo de institucionalização da temática ambiental. Neste sentido, a observação do desenvolvimento das discussões internacionais sobre meio ambiente através de grandes negociações se mostram como um dos elementos essenciais.

No exercício de reflexão acerca da degradação humana e natural, e na tentativa de criar soluções políticas para tal degradação (assim como para a satisfação de interesses econômicos de alguns grupos), verifica-se que o próprio ecologismo é dono de muitas faces. Quais são as suas principais vertentes e quais delas agregam potencialidade transformadora? Pois, para ocorrer uma transformação sistêmica é necessário que se trilhem, no mínimo, novos rumos culturais (críticos ao consumismo e valorizadores da diversidade das formas sociais) e se crie outro sistema de valoração material (fora dos padrões atuais de riqueza).

Tendo todos estes elementos em vista, o segundo capítulo discorre sobre o desenvolvimento dos problemas ambientais em nível mundial e os impactos por ele causados no âmbito da política. Para isso, faremos uma análise e discorreremos sobre alguns dos principais eventos ocorridos a partir da década de 1970, focalizando as grandes conferências e tratados internacionais dispostos a propor soluções aos problemas ambientais.

Não poderíamos deixar, portanto, de expor o contexto e as conseqüências resultantes da Convenção Internacional sobre Meio Ambiente Humano, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) - evento mundialmente conhecido como Estocolmo 72. Embora não tenha acertado medidas amplas de contenção dos desastres ambientais e ter evidenciado a polarização de opiniões entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, abriu espaço para a ampliação da discussão acerca do tema e garantiu a criação do Programa das nações Unidas sobre meio ambiente (PNUMA). Nos anos

posteriores ao evento verificamos a multiplicação de reuniões e tratados internacionais, assim como o surgimento de ONGs e dos partidos de ideologia verde ao redor do mundo. Esta sucessão de acontecimentos sem dúvida refletiu a importância ascendente das questões ambientais, com a adesão de nações e sensibilização da opinião pública mundial, configurando a institucionalização do ecologismo.

No terceiro e último capítulo fazemos uma breve retrospectiva sobre o desenvolvimento do ambientalismo no Brasil, detectando algumas de suas tendências e especificidades que culminaram na consolidação da chamada ecopolítica. Ainda na mesma seção, traçamos um histórico das origens do processo de partidarização do ecologismo no mundo através da formação dos Partidos Verdes, que se constituíram em mais uma das faces da institucionalização do ecologismo, levando em consideração a singularidade do caso de criação do PV no Brasil.¹

¹ Utilizamos os termos ambientalismo e ecologismo de forma indistinta, embora estes termos possam assumir conotações diferentes. O conceito “ambientalismo” pode aparecer na literatura como um movimento que vê indissociavelmente as vicissitudes sociais e a problemática do ambiente natural, por outro lado, ecologismo muitas vezes faz referência aos movimentos sociais mais preocupados com o *culto à vida silvestre*, de caráter preservacionista. Alier utiliza os dois termos de forma similar, embora reconheça que possa haver algumas distinções regionais na utilização dos dois conceitos. O autor cita o caso colombiano, local em que o termo ecologismo é entendido como uma corrente ideológica mais radical. Para mais informações ver: ALIER, Joan Martinez. *O Ecologismo dos Pobres*. São Paulo: contexto, 2007.

CAPÍTULO I - VISÕES SOBRE A PÓS-MODERNIDADE

1.1 Explorando a Pós-Modernidade

São diversas as formas assumidas pelas elaborações acerca do conceito de pós-modernidade. Sua aceitabilidade continua sofrendo restrição por inúmeros intelectuais, embora não restem dúvidas sobre as transformações ocorridas em todas as esferas que envolvem a vida social nas últimas décadas, e que geraram novas estruturas na atualidade. Estruturas as quais vão desde caracterizações inéditas da economia, passando pela política, cultura até chegar à psicologia.

Explorações do termo pós-modernismo ocorreram antes mesmo de se detectar a emergência de um contexto pós-moderno. Pois, se referências como modernismo e modernidade, receberam forma e peso bem depois do seu real estabelecimento como condição e temporalidade histórica, o mesmo não aconteceu com a terminologia pós-modernista. O pós-moderno, em toda sua trajetória, tratou-se de um conceito arduamente perseguido, criado com a finalidade de impor rupturas com relação aos princípios típicos que ofereceram corpo à modernidade. Ou seja, o conceito de pós-modernidade surgiu antes mesmo de um ambiente reconhecidamente pós-moderno, daí a resistência da maioria dos intelectuais em aceitar o seu emprego. Desta maneira, outros termos foram criados a fim de traduzir a realidade imediata, tais como super-modernidade ou modernidade tardia.

Como bem observa Jameson, a modernidade é fruto do relacionamento entre formas arcaicas e a modernização, quando a tradição e a natureza se faziam presentes e se colocavam como obstáculos ao progresso modernizador. Em contrapartida, o pós-moderno se impõe no instante em que a modernidade ocupou cada poro do universo, acompanhado de suas contradições e conseqüências².

É bastante interessante verificar no histórico de desenvolvimento do conceito de pós-modernidade que, até chegar à fase de sua cristalização, ele permaneceu durante décadas como uma discussão específica e inerente ao campo artístico estético, e apenas bem posteriormente foi integrado ao campo socioeconômico. Este tipo de elaboração só começou a ganhar vigor no fim da década de 1970 com a leitura e interpretação da obra *“A Condição Pós-Moderna”* de Lyotard.

De acordo com a literatura acadêmica, verificam-se duas grandes linhas de abordagem que teorizam a pós-modernidade. A primeira concentra-se especificamente

² Ver: JAMESON, Fredric. *A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 2006.

no âmbito artístico e cultural, e enxerga o pós-modernismo como uma série de transformações ocorridas dentro do modernismo. A outra linha de pensamento é certamente mais abrangente, uma vez que supõe o advento do pós-moderno de forma estrutural, ou seja, de acordo com um conjunto de mudanças nas esferas econômica, política e social³. Nesse sentido, o setor cultural acompanharia esta tendência maior de transformações, e se enquadraria como mais um elemento dentro de um contexto mais amplo. Mas o que nos interessa é o segundo tipo de utilização do conceito, visto que nosso objetivo se concentra na observação de alguns fenômenos intitulados pós-modernos para a análise da política, assim como a emergência de novos valores e novos atores nesta área.

Peixoto nos traz uma visão interessante sobre os autores envolvidos na discussão sobre os significados da pós-modernidade. De acordo com a autora, podemos detectar duas grandes perspectivas de abordagem sobre o tema, uma pós-moderna e outra anti-modernista⁴. A primeira enxerga a pós-modernidade como um fenômeno ou época que não está desvinculada dos valores e pressupostos da modernidade, mas que acredita que as novas estruturas da atualidade, como o pluralismo e a fragmentação, se relacionam com as estruturas próprias da modernidade, embora o enfoque dos autores que se inserem nesta mesma perspectiva reconheça a crise dos paradigmas modernos.

Esta articulação entre princípios modernos e pós-modernos é facilmente detectada nas considerações feitas por Stuart Hall acerca das formas assumidas pela cultura e identidades culturais na pós-modernidade⁵. Como consequência do encontro de fenômenos modernos e pós-modernos, encontramos-nos diante do hibridismo desta nova condição.

Hall observa três grandes movimentos na cultura das sociedades atuais, um amplo e homogeneizador, abordado como consequência da eficiência dos meios de comunicação e de transporte, um dos veículos propulsores do modelo de acumulação flexível descrito por David Harvey, e fomentador de todo movimento que culminou na forma contemporânea chamada de globalização. E é exemplificado pelo consumismo e pelo modismo que ultrapassa todas as fronteiras espaciais. Não obstante, os outros dois movimentos da identidade cultural na atualidade, o conservador e o inédito, também podem ser compreendidos como reflexos do mesmo contexto.

³ PEIXOTO, Madalena Guasco. *A Condição Política na Pós-Modernidade: a questão da democracia*. São Paulo: Educ, 1998.

⁴ Idem, Ibidem.

⁵ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

O conservador seria uma resposta contrária à homogeneização cultural e padronização de costumes fornecidos pela indústria cultural e pelo fácil trânsito de informações, e é responsável pela volta aos valores tradicionais, pela xenofobia e fundamentalismos. O inédito, por sua vez, se consagra pela formação de novas identidades e práticas culturais, que é exemplificado por Hall pelo encontro de minorias étnicas em países desenvolvidos, mas que embora estes indivíduos sejam distintos culturalmente, nos grandes centros ocidentais são vistos como iguais pela cultura dominante. O que importa, na verdade, é admitir que nenhuma identidade cultural se mantém incólume na condição pós-moderna.

A globalização tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas, ou trans-históricas⁶.

Outro grupo de autores é apontado por Peixoto como antimodernista, estes colocam os princípios da pós-modernidade de forma irreconciliável com os pressupostos e características pós-modernas. Tentam romper definitivamente com a modernidade. É o caso dos franceses Jean Baudrillard e Jean-François Lyotard. Este último terá seu pensamento exposto neste trabalho oportunamente.

1.2 Uma Arqueologia da Pós-Modernidade.

Com a finalidade de abrirmos caminho à atual configuração assumida pela pós-modernidade, propomos aqui uma breve retrospectiva às suas origens, tomando como base o estudo histórico feito por Perry Anderson.

Como foi dito logo acima o pós-modernismo foi cunhado pela primeira vez e vigorou inicialmente como uma denominação de um padrão artístico-estético. Transitou principalmente pela poesia e pintura até figurar com sucesso na arquitetura. Foi a partir da resistência de alguns teóricos às construções modernistas do período pós-guerra, que o pós-moderno ressurgiu com vitalidade inequívoca. É neste momento que o modelo estético pós-modernista, concedido pela arquitetura, cria vínculos com as bases econômicas e sociais, fato que gera o fôlego necessário às elaborações subseqüentes que o concedem *status* de época.

A distinção entre “pós-modernismo” (esfera artística) e “pós-modernidade” (esferas econômica, política e social) se afirma à medida que o conceito passa a ter

⁶ Idem, Ibidem, p.86.

aspecto de fenômeno de natureza ampla, isto é, quando a pós-modernidade se torna tão abrangente a ponto de ser concebida como uma *condição*, da qual o campo da estética passa a ser apenas uma de suas conseqüências. Neste aspecto, podemos novamente verificar o movimento contrário do caminho trilhado pela pós-modernidade enquanto elaboração teórica, pois na modernidade a arte modernista se configurou dos pilares e da dinâmica da modernidade, mas o pós-modernismo como arte é o bebê prematuro de uma condição inexistente.

Todas as elaborações, a princípio, que mencionaram o termo “pós-modernismo” estão pontuadas por interpretações ora positivas ora negativas sobre esta expressão. Assistimos um caminho tortuoso de interpretações fragmentárias e inconclusivas que o conduziram à fase de cristalização conceitual. Nesta perspectiva, Perry Anderson chama a atenção para iniciarmos nossa reflexão sobre a história da pós-modernidade partindo do pressuposto de que:

O moderno (tanto estético como histórico) é sempre, em princípio, o que se deve chamar de um presente absoluto, criando uma dificuldade peculiar para a definição de qualquer período posterior, que o converteria em um passado relativo. Nesse sentido, o recurso a um simples prefixo denotando o que vem depois é inerente ao próprio conceito, cuja recorrência se poderia esperar de antemão sempre que se fizesse sentir a necessidade ocasional de um marcador de diferença temporal.⁷

Portanto, recorrer a um prefixo que evidencie uma modificação de qualquer natureza, para distinguir o que foi do que é, passa a ser um artifício indispensável para delimitar e colocar em evidência uma transformação ou ruptura observada. Mas Anderson adverte que esta espécie de emprego do termo “pós-modernismo” sempre foi de relativa importância (contendo valor apenas momentâneo), visto que era utilizado em condições muito específicas; sendo o seu valor, agora, muito maior, pois se trata de um desenvolvimento teórico que conquistou abrangência temática e que não se restringe mais a simples demarcações provisórias.

O autor nos revela que tanto o termo modernismo, como pós-modernismo, surgiram em localidades geográficas e intelectuais periféricas. Ou seja, não foram cunhados nos grandes “centros capitalistas e berços culturais” do mundo – como Estados Unidos ou Europa –, mas na América Latina⁸. O termo pós-modernismo aparece pela primeira vez em 1930, no mundo hispânico americano, e é utilizada por

⁷ Anderson, Perry. *Origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p 20

⁸ Cf. ANDERSON, 1992

Frederico de Onís para denominar uma tendência reacionária-conservadora na literatura, que se contrapunha aos valores estéticos do modernismo vanguardista.

A primeira tentativa de imprimir um conteúdo e significação histórica do termo ocorreu em meados da década de 1950, através da interpretação do historiador Arnold Toynbee. Segundo este autor, uma nova era começava a despontar a partir da guerra franco-prussiana, e criava seus elementos distintivos no período pós-Segunda Guerra. Sua justificativa pautava-se nas mazelas causadas pelo nacionalismo e industrialismo ocidental, que aqueceram a animosidade entre os grandes países europeus desencadeando os dois maiores conflitos mundiais. O que restava na atmosfera com os destroços destes conflitos, de acordo com Toynbee, era um “novo padrão de desenvolvimento”, o qual encontrava seus pilares na dissolução das antigas oposições sociais proletariado-burguesia, e na apropriação da modernidade ocidental pelo “oriental”, em especial Rússia, China e Japão. Tal tese (ou profecia) adquiriu certa visibilidade na época, mas acabou sendo descartada com o desenrolar dos acontecimentos que desembocaram na Guerra-Fria, colocando em evidência as potencialidades de rearticulação do Ocidente.

Nesta mesma década o literato norte americano Charles Olson apresentava sua concepção de pós-modernismo em uma discussão estética dentro da poesia. Olson valorizava o espaço em detrimento do tempo, e unificava uma proposta estética a uma afirmativa ideológica marxista. Para o poeta, as revoluções de coloração coletivista no mundo oriental enterraram a época moderna, e o presente vermelho, de alcance incomensurável, inaugurara uma nova temporalidade. Conclusivamente, para Olson, o pós-moderno equivalia ao pós-ocidente.

A supremacia do espaço, sem dúvida, se devia ao internacionalismo e à força dos ideais coletivistas, que fazia cair por terra as restrições históricas culturais e nacionais, derivando, a seu ver, um presente de prosperidade e solidariedade. Este cenário paradisíaco encontrava, portanto, seu ponto de partida no presente, não em referências de um “passado longínquo”. Dizia Olson: “O espaço é a marca da nova história e a medida de trabalho agora adotada é a profundidade da percepção de espaço, na medida em que o espaço informa os objetos e contém, em antítese com o tempo, segredos de uma *humanitas* despojada dos limites contemporâneos”⁹.

⁹ Olson, apud Anderson, 1999.

Segundo os dados da pesquisa empreendida por Anderson, esta foi a primeira elaboração positiva sobre o pós-modernismo e o pós-moderno. Contudo, com o recrudescimento da perseguição aos comunistas nos EUA, após a Doutrina Truman, Olson e sua poesia caíram no esquecimento.

Várias concepções negativas acerca do significado do pós-modernismo apareceram durante a década de 1960, mas a cristalização do termo inicia-se na década de 70 com o lançamento do periódico norte-americano intitulado “Fronteira 2: Revista de Literatura e Cultura Pós-Moderna”. A princípio houve a tentativa dos editores da revista em fazer ressurgir as propostas de Olson, porém o momento político ainda não era propício para este tipo de iniciativa, e o periódico se conteve no âmbito estético e literário, além de se inspirar no existencialismo.

No entanto, um dos colaboradores da revista Fronteira 2, Isab Rasan, persistiu na saga pós-moderna, e sistematizou de forma contraposta as características pós-modernistas e modernistas tão almejadas. O objetivo da pesquisa de Rasan era estabelecer o pós-modernismo (com suas características distintas) como uma reação estética ao modernismo. Nesta empreitada, se estendeu uma formulação pós-modernista que antes se restringia à poesia para outras áreas do setor artístico, tais como literatura, pintura e escultura. Podemos apreciar a sistematização feita por Rasan sobre o tema de acordo com o quadro esquemático elaborado por ele¹⁰:

Modernismo	Pós-Modernismo
romantismo	parafísica/dadaísmo
forma (conjuntiva, fechada)	antiforma (disjuntiva, aberta)
propósito	jogo
projeto	acaso
hierarquia	anarquia
domínio, logos	exaustão/silêncio
objeto de arte/obra acabada	processo/ <i>performance/happening</i>
distância	participação
criação/totalização/síntese	descrição/desconstrução/antítese
presença	ausência

¹⁰ HASSAN, apud HARVEY, 1992, p. 48

centração	dispersão
gênero/fronteira	texto/intertexto
semântica	retórica
paradigma	sintagma
hipotaxe	parataxe
metáfora	metonímia
seleção	combinação
raiz/profundidade	rizoma/superfície
interpretação/leitura	contra a interpretação/desventura
significado	significante
lisible (legível)	scriptable (escrivível)
narrativa/ <i>grand histoire</i>	antinarrativa/ <i>petit histoire</i>
código mestre	idioleto
sintoma	desejo
tipo	mutante
genital/fálico	polimorfo/andrógeno
paranóia	esquizofrenia
origem/causa	diferença – diferença / vestígio
Deus Pai	Espírito Santo
metafísica	ironia
determinação	indeterminação
transcendência	imanência

Figura 1: Elementos comparativos para a distinção entre modernidade e pós-modernidade. Fonte: HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 48.

Embora a formulação deste esquema tenha colaborado bastante para a visualização das diferenças entre os princípios não só estéticos da modernidade e pós-modernidade, foi também bastante criticado. De acordo com Harvey, a distinção dicotômica realizada, obscureceu fenômenos complexos por meio de “uma comparação simplificadora e normativa”¹¹. Além disso, Rassin não conseguiu se desvencilhar da

¹¹ Cf. Harvey, p. 49

névoa que encobria o relacionamento entre os fundamentos artísticos pós-modernistas e seus elementos socioeconômicos.

Em contrapartida, para muitos analistas, os estudos arquitetônicos de Robert Venturi, expressos em sua obra *“Learning from Las Vegas”* (1972), estabeleceram a ligação entre arte e sociedade que faltava no conteúdo pós-modernista. A obra contém um tremendo ataque às formas modernistas da construção civil no período Pós-Guerra, vistas como estruturas que ignoravam a diversidade humana e a complexidade dos centros urbanos, não passando de arquiteturas monótonas que almejavam padronizar o homem e o mundo através do planejamento “purista, autoritário e utópico”.

Neste contexto, Venturi argumenta que a “moralidade do capital” e sua influência sobre a cidade (exemplificada pelos grandes outdoors publicitários) não podem ser levadas em consideração. O interesse fundamental dos arquitetos deveria residir no aprimoramento das paisagens citadinas, melhorando este ambiente com a intenção de satisfazer as necessidades e vontades da população, de forma a contrariar os ideais utilitários e funcionalistas da construção modernista evidenciados pelas famosas “máquinas de morar”. Em suma, Venturi propõe que as novas estruturas sejam edificadas com a finalidade de se “construir para homens e não para o Homem”.

Charles Jencks em seu livro *Language of Post-Modernism Architecture* (1974) adotou um nome para o projeto de Venturi que intencionava sobrepor-se aos padrões arquitetônicos modernistas, chamou-o de “pós-modernismo”. A inovação de Jencks vinha com a teorização do pós-modernismo como uma mistura das esferas popular e erudita, além de tencionar uma combinação entre padrões estéticos antigos e mais recentes.

Era o pós-moderno, com seus recursos simbólicos correspondendo à necessidade contemporânea de uma nova espiritualidade, como fizera outrora o barroco exuberante da Contra-Reforma, que representava a arte avançada da época. Em meados da década de 80, Jencks festejava o pós-moderno como uma civilização mundial de tolerância pluralística e opções superabundantes, uma civilização que tornava sem sentido polaridades ultrapassadas como esquerda e direita, capitalista e classe operária.¹²

O estilo arquitetônico tipicamente modernista possui seu referencial no mundo através das edificações de arquitetos da estatura de Le Corbusier e Mies Van der Rohe. A proposta da construção do que ficou conhecido como “máquinas de morar”, nasceu da necessidade de uma reconstrução do tecido urbano europeu do pós-guerra, e acabou

¹² Anderson, Perry. *Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 30.

por ganhar o mundo com seu estilo durante as décadas de 50, 60 e 70, inclusive no Brasil com os projetos de Oscar Niemayer. Obras gigantescas aliaram necessidade habitacional, decisões políticas e recursos econômicos no pós-guerra. O foco deste tipo de edificação, considerada monótona e amplamente criticada posteriormente pelos pós-modernistas, assentava-se na funcionalidade e na produção em larga escala.

As críticas pós-modernistas destas edificações se concentram justamente no ar utilitarista e artificial que deram forma ao modernismo arquitetônico. Os argumentos mais comuns eram os de falta de respeito com a pluralidade social, a falácia de um planejamento monofuncional baseado em zonas que, por sua vez, estimulavam a formação de guetos e colaboravam para a distinção socioeconômica da população urbana. A nova proposta arquitetônica propunha a pluralidade das formas como maneira de materializar a heterogeneidade social e pluralidade de gostos. Entretanto, a proposta pós-modernista da multiplicidade acabou por se encontrar com as metas do mercado, onde as escolhas são feitas por aqueles que detêm recursos para tal. E nesta circunstância, a diferenciação social no tecido urbano tende a se multiplicar.

O pós-modernismo das novas propostas arquitetônicas se viu envolvido, portanto, com o modelo capitalista de produção de acumulação flexível¹³. E seu objetivo positivo de pluralização e democratização das formas transformou-se em pura negatividade ao ser aproveitada pelo novo modelo de produção. Se no período pós-guerra a indústria ainda não estava preparada para as demandas pluralistas, a partir de meados da década de 1970 se prepara para mobilizar gostos assim como satisfazê-los.

Mas um aumento ainda maior de consistência conceitual acompanhado de uma maior aceitabilidade do pós-moderno aconteceu quando o termo incorpora-se à filosofia através da obra *A Condição Pós-Moderna* de Jean-François Lyotard, em 1979. O elemento essencial de sua teorização, que transformou suas idéias em fonte da argumentação pós-moderna contemporânea, assenta-se no fim das grandes metanarrativas. Isto é, na negação da existência de um método interpretativo abrangente que contenha, a partir de uma única fonte, explicações para os fenômenos e estruturas da sociedade. Lyotard acredita na pluralidade das formas que caracterizam a composição e as relações humanas, desprezando todo e qualquer tipo de discurso “totalizante e generalizador”. A preocupação do filósofo concentra-se especialmente na

¹³ Sobre o modelo de produção de “acumulação flexível”, ícone da pós-modernidade, trataremos em específico posteriormente. Toda sua elaboração encontra-se em: HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2001.

comunicação lingüística, e ela torna-se o objeto analítico que legitima sua crença no descrédito das metateorias.

1.3 Jean-François Lyotard: um arauto da pós- modernidade.

Lyotard é um dos grandes propugnadores da condição pós-moderna. Através de seu pensamento o conceito sobre pós-modernidade adquiriu maior consistência, e o termo passou a ser cada vez mais empregado devido à conquista de sua aceitabilidade¹⁴. Pois, com a obra “A condição Pós-Moderna”, editada pela primeira vez em 1979, o termo incorpora-se a filosofia, deixando de para trás sua restrita significação como conceito artístico-estético. A obra de Lyotard torna-se um ponto de partida para redimensionamento do conceito de pós-modernidade, visto a partir de então como um grupo de fenômenos ultra-contemporâneos que envolvem todas as esferas da vida social, ou seja, economia, cultura, política e psique humana.

O âmago da análise do autor está na forma assumida pelo saber na atualidade. O relato sobre o surgimento desta condição é datado pelo autor a partir da década de 1950, mas sua origem pode ser detectada bem antes. A raiz da pós-modernidade assenta-se no fim do século XIX, na medida em que, naquele momento, se inicia uma crise interna da ciência com sérias repercussões epistemológicas e acerca dos critérios de estabelecimento da verdade, da razão e do progresso criados por ela.

Este estudo tem por objetivo a posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas. Decidiu-se chamá-la de “pós-moderna”. A palavra é usada, no continente americano, por sociólogos e críticos. Designa o estado da cultura após as transformações que afetaram os jogos da ciência, da literatura, e das artes a partir do final do século XIX¹⁵.

Após o fim da Segunda Guerra mundial, e a partir da década de 50, observa-se o advento de uma era chamada pós-industrial, na qual a importância do desenvolvimento técnico, informático e informacional traz consigo um impacto sem precedentes, não apenas no campo da ciência e da construção do saber, mas também no que se refere a gênese de sua “antiga” legitimação, ou seja, a legitimação da ciência e do saber conforme os princípios da modernidade.

Segundo Lyotard, a ciência além de criar um sistema próprio de análise e desenvolvimento no decorrer de sua trajetória na modernidade, se utilizou de relatos

¹⁴ Sobre esta aceitabilidade do emprego do termo “pós-moderno”, não significa inferir que os diversos autores que se envolveram nesta discussão estejam de acordo com as proposições contidas na obra de Lyotard, ou que tenha se produzido um consenso acerca de suas características, ou ainda mesmo sobre a existência de uma temporalidade que ultrapassa a modernidade. A aceitabilidade, à qual nos referimos, se traduz pela importância reconhecida de se dialogar com o conceito “pós-modernidade”, fato que é independente sobre acordos e desacordos entre os analistas em nível teórico.

¹⁵ LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: José Olímpio: 2000. p. xv.

(conhecidos também como narrativas) com o propósito de fundamentar a sua legitimidade. Estas narrativas que legitimaram as ciências até meados da década de 1950 são também chamadas por Lyotard de “metarrelatos, ou metanarrativas” por oferecerem à ciência um valor e uma justificativa universal para sua prática.

A legitimação, objetivando o livre desenvolvimento da ciência, tem alicerce inquestionável no iluminismo, que visava escapar à época de trevas, superstição e resignação do homem perante o poder monárquico e da igreja, através do estandarte da razão. A partir daí, e no decorrer histórico, criaram-se duas metanarrativas para o fomento das ciências, uma de origem política e outra de origem filosófica.

A metanarrativa de origem política assume um papel inconfundível com a Revolução Francesa, pois seus lemas de liberdade e igualdade no campo político-social ofereceram uma força inigualável à ciência por seu grande apelo perante todos os estratos sociais. E o relato, ou metarrelato, de origem filosófica se consolidou após a criação do projeto de construção da Universidade de Berlim no início do século XIX, o qual influenciou o surgimento e reformas nas Universidades de muitos países nos séculos XIX e XX. Este projeto com finalidade de criação de uma importante instituição do saber assentou-se, sobretudo, no idealismo alemão e encontrava sua valoração no espírito especulativo. Este discurso ofereceu autonomia plena ao saber, na medida em que se alicerçava sob o princípio de autonomia da ciência perante o Estado e a sociedade. Não é a vontade do Estado que se realiza na ciência, mas a ciência em si mesma.

O emergir da condição pós-moderna encontra-se na falência destas metanarrativas. A era pós-industrial pôs em cheque a legitimidade científica baseada nos metarrelatos, pois o que se busca alcançar não são mais os valores de emancipação humana, justiça, e de verdade em que se baseava a ciência moderna. O excesso de progresso técnico-científico trouxe na pós-modernidade uma nova finalidade para as mesmas: a busca da melhor *performance*.

Por *performance* podemos entender a otimização do sistema capitalista baseado nos mecanismos científicos e técnicos. Na verdade, a ciência que sempre se regozijou de sua importância para a sociedade como um meio para emancipação foi apropriada por atores que maximizaram seu próprio poder e aprisionaram a humanidade.

A ciência que se pretendia universal através da legitimação das suas finalidades acabou por se fragmentar no ambiente pós-moderno. Embora, na concepção de Lyotard, a ciência nunca tenha sido universal, mas sim ocidental. Nesta perspectiva, a ciência

apenas se utilizou dos metarrelatos para reivindicar seu universalismo e a supremacia diante de outras modalidades de conhecimento e de valores culturais distintos.

Neste contexto, podemos interpretar, sem dúvida, as reivindicações atuais do ambientalismo em relação à importância e reconhecimento das sociedades tradicionais como um fenômeno pós-moderno conforme as elaborações de Lyotard. A supervalorização da ciência e seu equívoco, que excluiu de significado o conhecimento produzido por tais comunidades, parece ter sido reavaliado pela comunidade internacional. Podemos citar como um exemplo expressivo a Convenção sobre Diversidade Biológica, que não só reafirma a importância do saber das sociedades tradicionais em uma conferência internacional da ONU (Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, ou Rio 92), mas impõe como regra aos signatários o retorno dos lucros e outros benefícios adquiridos pela apropriação do saber das comunidades tradicionais e do material genético local.¹⁶

No entanto, ainda podemos observar muitos conflitos entre as comunidades tradicionais e órgãos governamentais que estabelecem medidas que levem a criação de áreas específicas de proteção ambiental. É o caso, por exemplo, do estabelecimento de áreas de preservação permanente (APPs). Estas exigem a retirada de comunidades locais e restauração de uma determinada circunscrição territorial em ambiente natural intocado. Este tipo de prática é muito comum nos EUA, um dos berços da corrente ambientalista preservacionista¹⁷.

A crise de legitimação da ciência analisada por Lyotard aponta, portanto, para uma nova proposta de ciência, que leve em consideração outras formas de conhecimento. Joan Martínez Alier, um dos precursores da chamada economia ecológica, disserta a respeito da emergência da *ciência pós-normal*. Esta se configura em uma modalidade científica que agrega outros tipos de conhecimentos, com o

¹⁶ A CBD (Convenção de Biodiversidade) é um documento que exige o reconhecimento e respeito das comunidades tradicionais através do uso sustentável dos recursos naturais (que corresponde à preservação de seu habitat e, portanto, de sua própria sobrevivência), do retorno dos benefícios advindos da exploração do seu conhecimento por empresas e países, e da contraposição à biopirataria. Foi ratificada no Brasil em 1994, e até meados de 2002 havia sido assinada por 183 países. No entanto, o que continua a prevalecer em âmbito internacional são as decisões OMC que seguem o antigo paradigma (paradigma moderno), que concede as patentes a quem antes registrá-las. Mas é importante ressaltar um célebre evento que interferiu na decisão final da OMC em relação ao registro da patente pelo Japão do cupuaçu amazônico. Devido à mobilização de entidades ambientalistas internacionais e da própria existência da CBD, a OMC teve parecer favorável ao Brasil nesta querela. Para mais informações sobre CBD vide: BENSUSAN, Nurit. Convenção sobre Diversidade Biológica. In: CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo; OLIVEIRA, José Antônio Puppim de (Orgs.). *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós Rio 92*. São Paulo: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: FGV, 2002.

¹⁷ As diversas correntes ambientalistas são abordadas no segundo capítulo da pesquisa.

objetivo maior de não cair no reducionismo científico moderno ao propor a *orquestração das ciências*. Ou seja, levando em consideração a especialização do conhecimento científico, que derivou na compartimentação de diversas disciplinas, e o choque de resultados quando se tem um mesmo objeto de análise, a ciência pós-normal se apóia na “necessidade de considerar simultaneamente as diversas formas de conhecimento apropriadas para diversos níveis de análise...A complexidade surge do comportamento não linear dos sistemas e, também na relevância das descobertas por diferentes disciplinas”¹⁸.

A falência das metanarrativas foi denominada por Lyotard como “deslegitimação”, acontecida graças ao que podemos chamar de uma “crise combinada”, que se inicia com uma crise interna da ciência e uma crise dos metarrelatos, e que se intensifica com a expansão do modelo de progresso nipo-americano, que conferiu uma nova dinâmica ao sistema e afetou o relacionamento entre saber e produção capitalista. Se na modernidade o saber era visto como um trabalho de construção e desenvolvimento do espírito dos indivíduos, na era pós-industrial ocorreu a “exteriorização do saber”. O conhecimento na condição pós-moderna adquiriu valor de troca, é financiado e comercializado por Estados nacionais e grandes corporações, tendo a finalidade de maximizar seus ganhos.

Conforme os princípios da modernidade diante do saber, o conhecimento era visto como algo a ser construído através do exercício pedagógico, o qual os professores eram consagrados pelo desnível de conhecimento em relação a seus alunos. Na pós-modernidade, com o aumento incomensurável do fluxo informacional, o posicionamento destes dois atores no âmbito educacional se altera, pois o saber está disponível da mesma forma para todos, e a função docente na atualidade passa a ser capacitar os educandos a utilizarem a alta quantidade de informações da “melhor maneira”.

Outra órbita da análise do autor gira em torno da diferenciação do vínculo social presente nas conjunturas moderna e pós-moderna. Na modernidade, mais uma vez, as metanarrativas tiveram um papel fundamental. Este fato pode ser constatado pela adesão

¹⁸ ALIER, Joan Martinez. *O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: contexto, 2007. p. 65.

A economia ecológica, por agregar outras formas de valoração com base na variedade dos impactos ecológicos e sociais da ação antrópica no meio ambiente, utiliza como método a ciência pós-normal, colaborando, assim, para a sua consolidação.

de nações e populações às elaborações e paradigmas socioeconômicos sistêmicos, assim como a multiplicação de ideologias ligadas ao liberalismo e ao socialismo.

No âmbito estritamente sociológico, o relato universalizante trabalhava mais uma vez para dar a impressão da unicidade social. Segundo Lyotard, as duas principais teorias sociais são representadas por duas perspectivas distintas, mas de mesma origem. Uma é a teoria da sociedade como um todo funcional advinda de Parsons, e a outra é a idéia de classes sociais de Marx. Ambas foram eficazmente apropriadas pelos “gerentes do sistema”. A busca pela ordem, controle do sistema, progresso, enriquecimento, igualdade social, seja qual tenha sido a meta principal, estes objetivos se configuram em fins buscados pelos mais obscuros meios. E a experiência histórica apontou para a loucura do estabelecimento dos governos totalitários, feitas em nome de um mundo perfeito através unicidade e da totalização do sistema.

Conforme todos estes elementos vão sendo levantados por Lyotard, mais se celebra a heterogeneidade pós-moderna, ao mesmo tempo em que se despreza todo e qualquer discurso totalizante e generalizador na composição das relações humanas e estruturas da sociedade.

Se a teoria “tradicional” está sempre ameaçada de ser incorporada à programação do todo social como um simples instrumento de otimização das performances deste último, é que seu desejo de uma verdade unitária e totalizante presta-se à prática unitária e totalizante dos gerentes do sistema¹⁹.

Portanto, a fragmentação social, política e cultural é vista com bons olhos pelo autor. Este pluralismo social, que floresce da condição pós-moderna, trouxe consigo uma nova forma de vínculo social: *os jogos de linguagem*. A linguagem passa a representar, no mundo da informática e da informação, o mecanismo responsável pela adesão social, dando lugar a formas fragmentárias de acordo com sua cadência, e responsável por originar, progressivamente, uma multiplicidade de combinações.

Apesar de o vínculo social ser lingüístico ele não é tecido com um único fio, mas por um número indeterminado de **jogos de linguagem**. Cada um de nós vive na intersecção de muitos desses jogos de linguagem, e não estabelecemos necessariamente combinações lingüísticas estáveis, e as propriedades daquelas que estabelecemos não são necessariamente comunicáveis. Em consequência o próprio sujeito social parece dissolver-se nessa disseminação de jogos de linguagem²⁰.

Isso não significa que os indivíduos estejam isolados e vivam por si, lamentando-se constantemente por uma “representação paradisíaca de uma sociedade

¹⁹ Idem, Ibidem, p.22

²⁰ Idem, Ibidem, p. 17

orgânica perdida”²¹. Mas a sua unidade se faz através da pluralidade de formas assumidas pelos diversos pólos de poder existentes no atual contexto, que possuem a linguagem como meio de representação. Cada grupo, com sua própria linguagem, visão de mundo e estratégia política reivindica seu espaço de atuação.

De acordo com Harvey, os jogos de linguagem podem ser descritos conforme a constatação da existência de vários modelos lingüísticos adotados em meios sociais específicos que derivam, em nosso cotidiano, numa série incomensurável de códigos de comunicação encontrados no trabalho, em bares, nas ruas, nos lares, etc. As diversas formas de utilização da língua demonstram sua flexibilidade, onde regras lingüísticas podem ser modificadas com o objetivo de dinamizar o relacionamento humano, tendo como veículo a própria linguagem.

Na perspectiva de Lyotard, existe uma positividade e uma negatividade nesta nova condição. A positividade emana do fato de que, estabelecidos os diversos jogos de linguagem e, portanto, as várias espécies de diálogos travados na sociedade, não é mais possível a aplicação de um único modelo sociopolítico de forma autoritária e totalizante. Com isso, a sociedade heterogênea adquiriu a potencialidade de se tornar mais democrática.

As instituições que estabelecem regras de conversação, de comportamento e modelos discursivos não devem ser vistas, de acordo com Lyotard, como organismos sólidos e imutáveis, na medida em que são edificadas e transformados por mecanismos da comunicação, ou melhor, pelos “jogos de linguagem”. A partir dessa premissa, considera-se que os jogos de linguagem são responsáveis tanto pela criação de novas linguagens como pela construção/reconstrução de instituições.

No entanto, a luta pelo poder se baseia no desnível de conhecimento produzido e articulado através do patrocínio dos Estados ou grandes corporações. Os atores detentores de poder se multiplicam e, nefastamente, o desequilíbrio de poder e falta de aplicação de uma humana concepção de justiça agrava as diferenças regionais em âmbito mundial. Neste sentido, Lyotard observa:

O Estado e - ou a empresa abandona o relato de legitimação idealista ou humanista para justificar a nova disputa: no discurso dos financiadores de hoje, a única disputa confiável é o poder. *Não se compram cientistas, técnicos e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poder*²².
(meus grifos)

²¹ Idem, Ibidem. p. 28

²² Idem, Ibidem p. 83

Por outro lado, com a emergência dos jogos de linguagem, criam-se uma outra série de consequências no campo da política. O poder se fragmenta e estabelece determinismos locais, e a disseminação de grupos sociais de reivindicação, que por sua vez, e como observa David Harvey, cria o problema de organizar e exercitar o poder através de seus gerenciadores. Pois, se não temos mais uma finalidade política específica (emancipação humana, igualdade) todas as vozes pretendem se fazer ouvir e assistir a concretização de sua reivindicação. Portanto, a heterogeneidade excessiva pode gerar um problema no exercício da democracia.

Para Lyotard, o funcionamento dos jogos de linguagem no âmbito social equivale a uma possibilidade de resistência ao sistema, visto que os detentores do poder teriam grandes dificuldades para incorporar um número incomensurável de focos de resistência e reivindicação derivado deste novo tipo de vínculo social: os jogos de linguagem. Portanto, este tipo de fragmentação social, vislumbrada por Lyotard, possui uma alta potencialidade revolucionária.

De qualquer modo, se conclui que no mundo pós-moderno torna-se cada vez mais inaceitável a crença em teorias gerais, visto que elas não conseguem abarcar o número infinito das manifestações sociais existentes, sendo a reivindicação, agora, a livre expressão das comunidades, dado que somente elas possuem legitimidade e compreensão de si mesmas. No entanto, como bem enfatiza David Harvey: “Aceitar a fragmentação, o pluralismo, e a autenticidade de outras vozes e outros mundos traz a tona o agudo problema da comunicação e dos meios de exercer o poder através do comando.”²³

Harvey aponta para o fato de que, assim como outros teóricos do pós-modernismo, Lyotard na época em que elabora *A Condição Pós-Moderna* vive um momento de encanto com os processos de modernização e baseia-se em teses sobre o surgimento de uma era pós-industrial edificada por novas técnicas de comunicação. Suas observações encaixam-se em áreas onde o capitalismo prosperou de maneira mais evidente, por isso ele vê o pós-moderno como uma modificação na linguagem comunicativa em sociedades capitalistas avançadas. Isso traz o problema da abrangência do pós-moderno no mundo, porque as novas técnicas discursivas típicas do pós-modernismo são fenômenos de sociedades “pós-industriais”, e a maior parte do globo ainda permanece fora da nova dimensão, e pior, continuam impossibilitadas de ter força

²³ HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 53

comunicativa suficiente para se contrapor a eventuais regras advindas dos mais sofisticados centros de produção lingüístico-intelectual.

A *Condição Pós-Moderna* é considerada a primeira obra que abrange as várias esferas correspondentes à vida social, uma transformação de ordem universal e profunda na existência humana. No âmbito social, a nova situação corresponderia a uma flexibilização das relações nas mais variadas atividades (trabalho, política) e espécies de vínculo humano (vínculo afetivo, intelectual, sexual), oferecendo aos indivíduos convivência mais maleáveis e econômicas que na modernidade.

Conforme Perry Anderson²⁴, Lyotard rompeu com o socialismo na década de 60 após concluir que o proletariado não correspondia mais à classe revolucionária e acreditar que estes haviam se integrado ao capital. Lyotard acompanha os acontecimentos políticos da época e passa a dar crédito a outro grupo social na luta contra o capitalismo: os jovens.

Depois de ter participado das revoltas de 68 na França e assistir ao seu fracasso, o filósofo defrontou-se com a explosão consumista da década de 1970 e, a partir de então, reformulou seu conceito de capital. O capitalismo é visto nesse momento não como um sistema socioeconômico, mas como um mecanismo desencadeador de desejos. E já que se trata de uma representação - representação do desejo de consumidores aspirantes de dinheiro ou bens materiais de natureza variada - o capital retira sua força da idéia de infinitude: “Esses desejos são a tradução antropológica de algo que ontologicamente é a instanciação da infinitude na vontade.”²⁵

Além da consideração feita acima, o autor sugere que o capitalismo não possui finalidade alguma, embora possa parecer o contrário. Na verdade o elemento *desempenho* nos fornece a ilusão de meta. De qualquer maneira, este item “desempenho” é suficiente para tornar válida (para muitos) a razão do estabelecimento e práticas capitalistas. A inexistência de regras, normas e finalidades no capital, somadas à decadência do socialismo real, influenciam efetivamente no diagnóstico pós-moderno concedido por Lyotard: O fim das narrativas mestras.

No limiar dos anos 80, com a adoção e subsequente disseminação da política neoliberal, toda a construção teórica sobre o fim das metanarrativas caiu em descrédito. Pois, se o socialismo estava à beira de um colapso, o capitalismo, ao contrário, mostrava

²⁴ Ver em: ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

²⁵ LYOTARD, apud ANDERSON, 1999, p. 40

sua fonte inesgotável de forças a partir de um pacto com a nova versão liberal, ostentando ao mundo a vitória do retorno a uma poderosa narrativa.

1.4 O Pós-Moderno e suas Configurações

Até o momento, nosso estudo concentrou-se em ilustrar algumas das várias formas assumidas pelo pós-moderno no decorrer do tempo. A multiplicidade de conotações dadas ao termo mostrou sua vulnerabilidade, marcada por intensa dificuldade em chegar à unificação e à estabilidade conceitual. Contudo, a meta estipulada nesta pesquisa não visa satisfazer dúvidas referentes aos encontros e desencontros teóricos que pairaram sob o pós-modernismo. Neste caso, traçar um histórico coloca em relevo a possibilidade de enxergar com maior clareza a influência e contribuição de formulações antigas para teorias atuais mais complexas, preocupadas em decifrar uma nova situação que invade todas as esferas da vida contemporânea.

Portanto, acreditamos que as definições “pós-modernas” atingiram um grau mais elevado de coesão, justamente porque conseguiram envolver um número significativo de aspectos relativos à composição social, estendendo o conceito ao âmbito político, econômico, artístico-estético, filosófico, etc. Para tornar mais palpáveis as características do conteúdo pós-modernista basta analisarmos algumas teorias recentes que reuniram argumentações fragmentadas muito dispersas, transformando-as em categorias constitutivas de época.

O pós-modernismo como condição histórica começa a ser desenhado a partir do final da década de 1980, por autores que podemos considerar críticos da modernidade. A emergência do atual ambiente, que nos impôs uma nova condição, é visto como uma articulação da reestruturação da esfera econômica junto ao mundo cultural e tecnológico. Nestes termos, podemos dizer que estas três esferas entraram em um tipo de simbiose que derivou em uma nova dinâmica entre elas.

David Harvey vincula a eclosão da condição pós-moderna a uma reestruturação do capitalismo. Tal rearticulação no setor econômico teria ocorrido com o desencadear de uma pane do sistema na década de 1970, em que o modelo fordista de produção junto ao keynesianismo não foram capazes de dar respostas para sua superação.

Para Harvey, o fordismo não se reduz a um modelo de produção, mas ecoa em um estilo de vida e uma maneira específica de visão de mundo. Pois, a separação entre concepção, gerenciamento e produção no âmbito organizacional das empresas, somado à redução da carga de trabalho e à produção em série possuem desdobramentos que

ultrapassam os limites do mundo econômico, e invadem a esfera psíquica e cultural da população num momento em que ela se vê submetida a novos valores e práticas cotidianas de consumo.

Embora o modo de produção fordista já tivesse sido colocado em prática na segunda década do século XX, este só veio a prosperar de maneira sistêmica depois da Segunda Guerra Mundial. Para a construção de um universo fordista foi necessário o conluio entre corporações, Estado e trabalho, cada um destes atores dispostos a conceder o possível para o bom desempenho do sistema capitalista do pós-guerra.

De fato, a prosperidade chegou para alguns por meio do pacto descrito acima, em que o Estado através do welfare state e algumas novas definições institucionais pavimentava estradas seguras para o desenvolvimento do capital corporativo, que por sua vez se comprometia a desenvolver-se sustentavelmente através de maciços investimentos em capital fixo visando a produtividade e a geração de lucros seguros e, por último, o papel dos sindicatos de trabalhadores, que em maioria aderiram ao pacto desde que tivessem benefícios materiais e segurança com relação aos seus postos de trabalho em troca de sua colaboração.

É evidente que este panorama faz parte da história de nações mais desenvolvidas e centrais no sistema, o que não deixa de ser menos expressivo para as regiões subdesenvolvidas, já que a configuração do capitalismo global parte das mesmas diretrizes. No entanto, uma insatisfação crescente ficava visível a cada passo da internacionalização do sistema fordista, e de acordo com a absorção de sua lógica às regiões periféricas no mundo, onde o benefício da inclusão ao sistema ficou restrito a uma pequena elite.

Fora as desventuras do impacto do fordismo nos países recém-industrializados, o sistema começou a sentir o efeito da recessão no momento em que seu internacionalismo chegou ao ápice. Pois, se na época de seu desenvolvimento seu sucesso era alimentado pelas necessidades do mundo pós-guerra, depois da recuperação das nações envolvidas, a competição internacional colocou um freio a seu crescimento, e o Estado do Bem-Estar se viu da mesma forma comprometido por incomensuráveis déficits orçamentários. Neste momento, o rompimento do acordo entre corporações, Estado e sindicatos se diluiu.

Segundo Harvey, a rigidez do modelo de desenvolvimento fordista foi o maior obstáculo para a superação de crises. Encontrava-se rigidez no mercado e contratos de trabalho, no compromisso do Estado keynesiano, e nos pesados investimentos na

produção industrial de longo prazo que se baseava em retornos, diga-se lucro, pré-estabelecidos de mercados de consumo que se mostraram instáveis. A recessão de 1973 somada à crise do petróleo exigiu uma resposta dos atores do antigo pacto, e é neste ambiente em que assistimos o emergir do substituto do fordismo: o modelo de *acumulação flexível de capital*.

O sistema de acumulação flexível, assim como o fordismo, incidiu sobre o modo de vida das populações, impondo-lhes uma nova condição, denominada *pós-moderna*. Isso significa, que o mundo fluido da nova formatação do capitalismo se espelha e se reflete em um universo cultural fugidio do espetáculo e das modas efêmeras. O tempo e o espaço se fundiram na nova dinâmica estabelecida entre tecnologia, comunicação e sistema produtivo, criando novos estilos de vida e padrões de consumo.

O capitalismo nos novos moldes flexíveis se baseou numa reconfiguração do modelo de produção, que passou a ser reconstituído de forma a dar respostas imediatas às mais variadas necessidades e imprevistos que ocorrem no mercado. Estimulou o florescimento de um novo tipo de gerenciamento, novos setores de produção, de relações de trabalho, de padrões de consumo, além de se caracterizar pela reconfiguração da movimentação financeira de investimentos em nível internacional. Todo este processo, que também ficou conhecido pelo nome de desregulamentação, sofreu impacto graças ao avanço tecnológico não só no âmbito industrial, relativo ao processo de automação, mas, sobretudo, devido às novas tecnologias no setor informacional das comunicações.

Todas as transformações no sistema produtivo não teriam conseqüências tão impactantes se não fossem acompanhadas por um redirecionamento dos hábitos e desejos da população. As novidades corporativas do setor produtivo têm, como base fundamental, o universo cultural alimentado especialmente para mercado. A mobilização e exploração de gostos, a efemeridade da moda, o valor supremo da estética, a variedade, o pluralismo, tudo isso pode ser conquistado na forma de mercadoria. O próprio sistema de estoque zero, *just in time*, não teria importância se o giro e variedade das mercadorias não fossem guiados pela instabilidade e renovação dos gostos na ponta do consumo.

Neste sentido, a implantação do sistema de acumulação flexível ao unir a rearticulação do sistema produtivo à mobilização cultural, alterou também a pressão sobre os recursos naturais, que se tornou maior. Pois, ao se basear na aceleração do

capital de giro contou a permanente manutenção do consumo através da indução de falsas necessidades.

Em grande número de ocasiões, o pós-moderno se autodefine através de eventos do presente, dispensando alicerces históricos que colaborariam para lhe dar maior precisão explicativa. Esse tipo de atitude metodológica, que mobiliza fenômenos e ocasiões atuais para teorizar a própria atualidade, pode ser encarado como uma insistência obsessiva em demonstrar a originalidade pós-moderna.

A busca do absolutamente novo tem como consequência uma ruptura histórica, que por sua vez, nos leva a uma crise da historicidade. Induz os indivíduos a não se remeterem à análise histórica e seus respectivos desdobramentos, e cria desta forma uma cultura hedonista convergente com os anseios do novo sistema produtivo.

Jameson inicia sua análise exprimindo a impossibilidade de haver uma cultura primordialmente nova, simplesmente porque acredita na persistência de elementos antigos, que foram na verdade retrabalhados com a intenção de parecerem originais:

Se é possível demonstrar a impossibilidade lógica de uma teoria internamente coerente do pós-moderno - um antifundacionismo livre de todo fundamento, um não essencialismo sem o menor vestígio de uma essência -, isso é uma questão especulativa. A resposta empírica é que nenhuma teoria com essas características apareceu até agora, todas replicam uma mimésis do modo como são parasitas de outro sistema (no mais das vezes do próprio modernismo).²⁶

A pós-modernidade prepara-se para eclodir após um período de gestação e posterior articulação entre a *esfera econômica* e a nomeada por Jameson como *estrutura de sentimentos humanos*. Ambas passam previamente por um estágio autônomo de formação. A estrutura de sentimentos corresponde ao âmbito social, que corresponderia à situação geral de sua mentalidade (formas de prática e pensamento culturais, relações humanas cotidianas, posicionamento político etc.). Neste sentido, um novo princípio de mentalidade teria emergido na década de 70, quando a base psíquica populacional é alterada de acordo com as repercussões políticas das manifestações sociais em 1968. Nessa data, um imenso ímpeto revolucionário difundiu-se pelo mundo, almejando justiça, liberdade e igualdade social.

Do lado capitalista que degustava o sabor de um ambiente democrático, todos os movimentos iniciados com as revoltas estudantis foram abafados e reprimidos. Nos

²⁶ JAMESON, Fredric. *A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 2006. p. 15-16

países subdesenvolvidos da esfera capitalista, a experiência dos regimes autoritários, assim como a pobreza e a desigualdade social obliteravam o sucesso de tendências políticas de cunho emancipatório. Do lado socialista, os resultados não foram distintos, se não pela brutalidade de seu tratamento que chegou ao ápice com o nefasto fim da Primavera de Praga.

Outro elemento que impulsionou a criação da “nova estrutura de sentimentos” está relacionado aos levantes sociais que objetivavam o rompimento com o padrão tradicionalista e patriarcal. Sua maior expressão pode ser identificada pelo movimento feminista, o qual se tornou uma poderosa referência à pluralidade de vozes, de minorias sociais, presentes na pós-modernidade. Isso aconteceu, na medida em que se verificou na luta das mulheres a garantia de espaço e legitimidade para reivindicações de estratos sociais e interesses mais específicos. Pois, se o padrão ocidental presente na modernidade se baseava na fórmula branco, homem e cristão, todo grupo social que escapava deste padrão entrava em conflito com o sistema socioeconômico. Nessa perspectiva, a pós-modernidade viria como uma promessa da absorção e aceitação da pluralidade social.

A partir dos dois elementos explorados acima - derrotas políticas, luta contra o tradicionalismo ocidental e surgimento de novos movimentos sociais, tal como o feminista, teríamos os ingredientes necessários para a formação de uma nova estrutura de sentimentos. Esta nova configuração dos sentimentos humanos pode ser traduzida da seguinte forma: as decepções políticas corresponderiam ao ingrediente responsável pelo conformismo dos espectadores e consumidores do capitalismo a partir da década de 1970; e os movimentos contrários ao tradicionalismo social e que escapavam da fórmula de contestação proletariado *versus* burguesia, lançaram as bases para a fragmentação social e, portanto, para as novas formas de organização da sociedade civil²⁷.

Constata-se a partir destes das mobilizações sociais de 1968 a formação dos chamados “novos movimentos sociais”, que não possuem mais um foco de mobilização pautado no sistema de classes antagônicas dado pela inserção no mundo do trabalho através de uma dinâmica dos pressupostos socialistas. Temos a participação ativa de uma classe média esclarecida, que pautava suas reivindicações além das contestações

²⁷ Jameson trata como exemplo do início da fragmentação social apenas o movimento feminista e as reivindicações estudantis, porém outro grupo de importância, que se destaca em dias recentes, e que começa a ter projeção no fim da década de sessenta é o movimento ambientalista, o qual mais nos interessa e trataremos individualmente na segunda seção da pesquisa.

derivadas do mundo produtivo dos movimentos dos trabalhadores aglomerados nos sindicatos. Este novo ciclo de mobilizações emana de uma estrutura social fragmentária ao especializar as reivindicações sociais (feminismo, ambientalismo, homossexuais, anti-racismo, pacifismo), ao mesmo tempo em que cede um tom de transversalidade a tais movimentos (já que um determinado movimento pode se unir a outro).

A partir daí emerge o que vai ser denominado como pensamento “pós-materialista”, uma postura assumida primeiramente pelos novos movimentos sociais dos países desenvolvidos no contexto do *wellfarstate*. O Estado do bem estar social incentivou uma postura, aos cidadãos por ele incorporados, de transcendência aos valores materiais ao conceder conforto e segurança econômica. Portanto, a nova postura passou a visar a valorização dos aspectos espiritual e ideais, fomentando inclusive a disseminação dos valores ambientalistas.

Conforme Antunes, os novos movimentos sociais alicerçados pelo pensamento pós-materialismo deram impulso quantitativo e qualitativo ao ambientalismo, na medida em que não só multiplicou numericamente o movimento, mas serviu de base para seu amadurecimento. Uma das formas assumidas por tal amadurecimento dos movimentos verdes se deu com seu processo de partidarização. A necessidade de ver suas reivindicações realmente incorporadas na dimensão política motivou a adesão de muitos ambientalistas ao sistema político institucional através da criação de Partidos Verdes.²⁸

Contudo, apenas o pós-materialismo não explica a ampliação do ambientalismo no mundo, principalmente nos países subdesenvolvidos. Este conceito quando é aplicado apenas para entender a gênese européia dos novos movimentos sociais, que travaram suas lutas a partir de outras motivações, não mais restritas a estrutura social bilateral baseada no sistema produtivo, pode ser admitida.

Mas, esta visão não abarca a complexidade de motivações que levaram à opção pela ecológica, e, de certa forma, ainda colabora para o argumento antiambiental de que “o meio ambiente é um luxo, e não uma necessidade cotidiana”, quando é entendido como fundamento geral do ambientalismo atual. Isto ocorre na medida em que a postura pós-materialista esta conectada com a satisfação das necessidades materiais nas sociedades desenvolvidas, e que a partir da supressão do estado de pauperização foi possível pensar em meio ambiente. Neste sentido, Alier constata que:

²⁸ ANTUNES, Thiago. Partidos Verdes: Partidos Monocromáticos?- Breve Olhar sobre a Política Verde e a Partidarização da Ecologia. 2003.

Sem dúvida, o termo pós-materialismo é terrivelmente equivocado. Sociedades como as do EUA, União Européia e o Japão, cuja prosperidade econômica depende da utilização de uma enorme quantidade per capita de energia e de materiais, assim como uma enorme área para descarte de resíduos e depósitos temporários para seu dióxido de carbono, claramente contestariam este conceito²⁹.

As condições econômicas propícias para o surgimento da pós-modernidade apresentaram-se após a Segunda Guerra Mundial com a rearticulação global do capitalismo, acompanhada da ascensão dos EUA como potência. Para Jameson, o pós-modernismo nasce e amplia-se na América: “O curto século americano (1945-1973) foi a estufa, ou campo de cultivo forçado do novo sistema, e ao mesmo tempo, o desenvolvimento de formas culturais do pós-modernismo pode ser considerado o primeiro estilo global especificamente norte americano.”³⁰

Observada a formação das pré-condições super e infra-estruturais (a primeira desponta nos anos 50, e a segunda, em meados da década de 70), percebe-se uma disfunção temporal considerável no aparecimento das duas peças fundamentais elaboradoras do novo tempo. A aglutinação e combinação delas aconteceram no período de crise econômica em 1973, culminando no modelo pós-modernista. Porém, a percepção de que a situação sócio-cultural havia se modificado surge paulatinamente após a superação da crise financeira.

Jameson explica que o termo “Capitalismo Tardio” (usado no título do livro) não significa a fase final ou o esgotamento do capitalismo, ao invés disso, representa sua nova jornada. Modificações menos bruscas do que as realizadas na transição para a modernidade estão em curso, mas substancialmente profundas se apreendermos a dimensão abrangente de suas garras. No mais recente modelo do capitalismo, as esferas cultural e econômica fundiram-se, estabelecendo outra lógica de funcionamento, sendo o “Capitalismo Tardio” apenas uma denominação diferente para “Pós-Modernidade”, que expressa uma mesma dinâmica. O autor não corre a procura da lógica do capitalismo tardio, mas objetiva afirmar que a lógica cultural é a do capital, e que a lógica do capital é cultural.

Zygmunt Bauman, por sua vez, traz reflexões pautadas na diferença entre as angústias da modernidade e da chamada pós-modernidade. Para ele a imagem definidora da situação pós-moderna assentou-se sobre a procura desesperada dos indivíduos por liberdade acompanhada do ritmo desenfreado das modificações

²⁹ ALIER, 2007, p. 25

³⁰ JAMESON, Fredric. *A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 2006. p. 24

econômicas, culturais e tecnológicas. *O Mal Estar da Pós-Modernidade*³¹ chama nossa atenção para o processo de mundialização da insegurança e do medo causados por uma troca de práticas e idéias desencadeadas pelo projeto da modernidade, que visavam a segurança e estabilidade, pelo lema da desregulamentação e liberdade individual da vida pós-moderna.

Na breve releitura de Benjamim Constant feita por Bobbio, verificamos a ligação entre a idéia de liberdade, individualidade e propriedade na mentalidade moderna. A importância concedida à esfera privada no decorrer da modernidade é evidente, enquanto os antigos, ao contrário, valorizavam a liberdade da participação dos cidadãos nas instituições políticas das cidades-estado, ou seja, a liberdade na esfera pública. Nesse processo de aumento da participação política, os homens antigos acabaram por regulamentar e limitar suas liberdades individuais.

O objetivo dos antigos era a distribuição do poder político entre todos os cidadãos da mesma pátria: era isso que eles chamavam de liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança nas fruições privadas: eles chamam de liberdade às garantias acordadas pelas instituições para tais fruições.³²

Esta diferença na concepção de liberdade dos antigos e dos modernos concede luz ao pensamento de Bauman em relação ao mal estar na pós-modernidade, se bem que com alguma diferença. Para Bauman, na modernidade ainda havia elaborações de propostas em nível coletivista que tinham como meta alcançar a segurança e a estabilidade social (herança da concepção positivista). Mas, à medida que a modernidade se desenvolve e se transforma em pós-modernidade, a liberdade individual e o individualismo se sobrepõem exageradamente a qualquer outro princípio.

Em outras palavras, somente quando os pressupostos políticos e filosóficos da modernidade entram em crise é que a garantia das liberdades privadas passam a ser exigidas a qualquer custo e acima de qualquer outro objetivo. Se na modernidade o individualismo possui limites, no novo contexto estes foram superados.

Na modernidade, o pensamento coletivo ocidental pairava sob o campo positivista, que propunha uma solução para a humanidade baseada numa normalização social viabilizada através do conhecimento de seu próprio funcionamento. O eixo analítico positivo fundamentava-se na crença de invariantes sociais (exemplificadas pela existência de antigas instituições sociais vitais), que a partir da preservação dos caracteres estáticos poderiam coordenar todas as potencialidades para o

³¹ BAUMAN, Zigmunt. *O Mal Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

³² CONSTANT, 1820 apud BOBBIO, 1991, p.8.

desenvolvimento socioeconômico. Em suma, a ordem proporcionaria ao progresso um percurso linear e seguro, no qual o devir social seria absolutamente previsível. Contudo, a filosofia e a ação positivas restringiam a liberdade para poder perdurar o progresso ordeiro.

Se na modernidade os mal-estares eram causados por um estado de coisas advindas do excesso de segurança que se sobrepunha à liberdade e à busca individual pela felicidade, agora os maus estares surgem como resposta à exagerada liberdade que permite a busca descomedida por prazeres individuais viabilizada, porém, pela falta total de segurança.

Por esse motivo, a segurança, a ordem e a limpeza - elementos tão cultivados na modernidade - não foram descartados no novo contexto, pelo contrário, são almejados como nunca. Bauman, nesta perspectiva, nos alerta para o fato de que não existem ganhos sem perdas. É nesse sentido que se delineia a exploração teórica de Bauman, pois o autor acredita que a “simples disposição diferente das questões humanas não garante o caminho certo da felicidade”, e continua:

A reavaliação de todos os valores é um momento feliz, estimulante, mas os valores reavaliados não garantem necessariamente um estado de satisfação. Sem dúvida liberdade sem segurança não assegura mais firmemente uma provisão de felicidade do que segurança sem liberdade.³³

O grande impulso que nos levou ao sentimento brutal de insegurança é evidenciado, segundo Bauman, pelo fim do Estado de bem estar social. Este funcionava como reabilitador social e estabelecia segurança à população por ele abarcada. Com o desmonte dos mecanismos da previdência ligados ao Estado de bem estar, a segurança social também se transfere para a iniciativa individual.

Até o Estado de bem estar social, a concepção de sociedade desenvolvida e adquirida estava ligada a idéia de uma sociedade produtora, e as reivindicações derivadas do meio produtivo eram, portanto, coletivas. Nessa perspectiva, o welfare state, concebia-se como uma tentativa coletiva, realizada através dos mecanismos do Estado, com a finalidade de sanar os males do capitalismo e de seu sistema produtivo.

A desregulamentação e o desmonte do welfare state, talvez o último mecanismo de segurança coletivo, foram os elementos da troca da segurança pela liberdade. E para Bauman é justamente a partir daí que emerge a estrutura pós-modernista. Esta mudança transformou o foco da mentalidade social, que antes se realizava através da coletividade

³³ idem, ibidem, p. 10

produtiva, para a prática individual do consumo. No consumo a humanidade não se realiza no todo social, como acontece na produção, mas numa espécie de individualismo sem indivíduo. Ou seja, o que importa para o consumidor é sua própria capacidade de consumo e sua solitária satisfação, simplesmente não existe a preocupação com o desejo de consumo de outrem.

A instituição da ordem social mundial se deslocou do Estado para a esfera mercadológica, figura que representa o nada, porque na condição de entidade abstrata não possui métodos, instrumentos e, muito menos, responsabilidade para empreender tarefas coletivas benéficas. Vários mecanismos de proteção social foram desregulamentados pelo Estado na transferência da ordem para um órgão intangível, como consequência “são a sagacidade e a força muscular individual que devem ser estirados no esforço diário pela sobrevivência e aperfeiçoamento.”³⁴

Atitudes individualistas derivadas da lógica capitalista de consumo alimentam o funcionamento do sistema e instauram discórdia entre consumidores. O processo se dá através da difusão de mensagens sedutoras do mercado que chegam aos lares e olhos humanos sem diferenciações. Entretanto, não são todas as pessoas que podem corresponder ao seu chamado da mesma maneira, ou seja, pela prática da compra. Bens materiais de espécies variadas, estilos de vida e corpos perfeitos encontram-se a venda com “significados especiais”: sucesso, prestígio, dignidade, felicidade, etc. Nada mais comum que as pessoas queiram se apropriar desses “bens virtuosos”, e a realidade é que existem homens e mulheres que têm possibilidade de satisfazer suas vontades e homens e mulheres aos quais as possibilidades legais de acesso aos produtos são barradas.

A construção da sociedade de consumo acompanhada da desregulamentação dos mecanismos estatais de segurança coletiva fizeram aumentar nossos medos e angustias, e inviabilizaram elaborações de projetos de vida a longo prazo. Além de terem colaborado com o processo de criminalização da pobreza:

Dada a natureza do jogo agora disputado, as agruras e tormentos dos que dele são excluídos, outrora encarados como um malogro coletivamente causado e que precisava ser tratado com meios coletivos, só podem ser redefinidos como um crime individual. As “classes perigosas” são assim redefinidas como classes de criminosos. E, desse modo, as prisões agora fazem as vezes das definhantes instituições do bem-estar.³⁵

³⁴ Idem, ibidem, p. 54

³⁵ Idem, ibidem, p. 57

Nessa perspectiva, Bauman nos traz a importância de refletirmos sobre as condições e sentidos da “liberdade” hoje vivida. Segundo o autor a sociedade contemporânea está submetida a uma situação de angústia, medo e incerteza, que de maneira geral, dilui as diferenças entre indivíduos bem e mal sucedidos no mundo do capital, de modo que “vencedores e perdedores” envolvidos pela liberdade vêem a ela mesma ser obscurecida pela incerteza do futuro. Isso significa que, homens “livres” já não se sentem tão livres por viverem sempre com a premonição da perda.

Embora a *certeza* da época moderna seja almejada, seu retorno é improvável. Principalmente se nos remetermos aos mal-estares gerados por tentativas modernas de unificar comportamentos, de fixar uma direção histórica e ideológica, propondo uma única via para o estabelecimento da ordem e dinamização do progresso. Meios violentos, com direito a massacres, foram empregados através de poderes totalizantes com a intenção de fixar uma única verdade e uma direção inequívoca e segura ao progresso.

Assim como a liberdade, o senso de responsabilidade humana é anulado com a efetuação do pensamento consensual. Hannah Arendt fizera suas considerações a este respeito na sua obra derivada da análise do julgamento de Eichmann em Jerusalém. O pensamento universal em uma sociedade hierarquicamente dividida cria propensão a isentar os indivíduos das responsabilidades. A justificativa gira em torno da obrigação dos tecnocratas em implementar as inquestionáveis ordens superiores de um Estado totalitário, a consequência é a forma banal assumida pela brutalidade humana em determinadas circunstâncias históricas, assim como no fenômeno nazista³⁶.

Após a procura pela ordem, progresso, limpeza e beleza que, em última instância, levaram sociedades “civilizadas e modernas” ao advento de regimes totalitários, as exigências pelas liberdades individuais consolidaram-se como necessidades supremas. E por este motivo, de acordo com Bauman, as tendências pluralistas que levaram o corpo social a uma diversificação de opiniões e alternativas devem ser cortejadas e garantidas com o intuito de abrirmos um leque de possibilidades para resolvermos nossos problemas, pois como os indivíduos podem se sentir responsáveis por seus atos se estiverem cumprindo funções pré-estabelecidas por entidades hierarquicamente superiores? Como homens poderosos podem ser

³⁶ Sobre as considerações de Hannah Arendt acerca da conduta dos burocratas nazistas ver: ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: Um relato Sobre a Banalidade do Mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

responsabilizados por ações normalizadas (tornando-se legais) e aceitas pelo corpo social (tornando-se legítimas)?

Ser livre não significa não acreditar em nada: significa acreditar em muitas coisas, significa estar consciente de que há demasiadas crenças igualmente importantes e convincentes para a adoção de uma atitude descuidada ou niilista, e saber que nenhuma escolha deixaria o escolhedor livre da responsabilidade pelas suas conseqüências. É no cemitério do consenso universal que a responsabilidade, a liberdade e o indivíduo exalam seu último suspiro.³⁷

O nazismo, o fascismo, o stalinismo e várias outras variações de governos totalitários são exemplos históricos substanciais que demonstram a impossibilidade de abdicação da individualidade e liberdade humanas em nome do bem-estar coletivo, e até onde vai a luta pelo consenso e procura do pensamento único e totalizante.

Nesta linha de pensamento Bauman conclui que no mundo pós-moderno, os “livres” devem se esforçar em garantir *conjuntamente a liberdade de todos*, porque apenas assim poderão eles mesmos desfrutar tranquilamente dos oníricos prazeres da liberdade. Amparado neste raciocínio, o autor propõe que a política atual seja guiada pelo triplice princípio de liberdade, diferença e solidariedade, “sendo a solidariedade a condição necessária e a contribuição coletiva para o bem-estar da liberdade e diferença”³⁸, visto que, sem solidariedade, a “liberdade” e a “diferença” ficam comprometidas por políticas da intolerância canalizadas para a repressão.

Através da observação teórica destes três autores contemporâneos acerca do significado e emergência de uma situação pós-moderna, podemos inferir que não há consenso sobre qual seria o marco temporal de início da pós-modernidade, assim como não há um marco de referência de todos os eventos criados por tal estado de coisas. Porém, detectamos aproximações importantes em vários aspectos que, acreditamos, podem compor um mosaico interpretativo.

David Harvey, Jameson e Bauman embora possuam ascendências teóricas distintas³⁹ possuem alguns pontos de vista em comum. Podemos apontar para a recusa destes três autores em admitir a pós-modernidade como uma nova temporalidade histórica. Os autores afirmam ser a pós-modernidade fruto da rearticulação do sistema

³⁷ Idem, ibidem, p. 249

³⁸ Idem, Ibidem, p. 256

³⁹ Harvey baseia seus estudos econômicos e suas hipóteses de transição do fordismo para a acumulação flexível na escola da regulamentação, Jameson nos estudos econômicos desenvolvidos pelo economista marxista Mandel, e Bauman, por sua vez, orienta sua reflexão acerca do mal estar na pós-modernidade através do contraste com a obra de Freud, O Mal Estar na Civilização.

capitalista, assim como o novo relacionamento estabelecido entre cultura e economia. Existe um consenso também na percepção de crise de determinados pressupostos modernos e objetivos iluministas, na ênfase dada ao individualismo e na fragmentação social, além de compartilharem de visões pessimistas sobre a atual situação.

É certo que os temas tratados por eles se distinguem, mas todos buscam solucionar a origem da condição pós-moderna, e talvez este seja o alvo procurado mais importante, já que todos os eventos demarcados se direcionam e colaboram para a eclosão e/ou consolidação da pós-modernidade. Temos aí o ensaio de marcos temporais mais ou menos próximos: crise econômica da década de 70, crise do welfare state, ascensão de um novo modo de produção (acumulação flexível). Todas estas elaborações constituem um cenário da situação contemporânea e irão incidir sobre a configuração do mundo político atual.

1.5 O Panorama Pós-Moderno na Esfera Política

A pós-modernidade ainda que não seja um conceito bem definido possui uma série de elementos que podem ser facilmente reconhecidos entre seus especialistas. Sem dúvida, a mais recente forma assumida pela globalização - ou mundialização do capital - tem repercussões espetaculares para a emergência da condição pós-moderna. A pós-modernidade só se fez como situação porque foi uma consequência da modernidade, ou melhor, a modernidade acompanhada de todos os seus pressupostos é quem foi sistematicamente exportada e, junto com ela, sua crise.

Agnes Heller possui uma visão bem interessante sobre o significado e abrangência da pós-modernidade:

A pós-modernidade não é nem um período histórico nem uma tendência cultural ou política de características bem definidas. Pode-se em vez disso entendê-la como o tempo e o espaço privado-coletivos, dentro do tempo e espaço mais amplos da modernidade, delineados pelos que têm problemas com ela e interrogações a ela relativas, pelos que querem criticá-la e pelos que fazem um inventário de suas conquistas, assim como de seus dilemas não resolvidos.⁴⁰

Por isso, podemos dizer que o pós-moderno, o pós-modernismo ou a pós-modernidade denotam uma *condição*, na medida em que nos referimos a uma situação ou conjuntura econômica, cultural e social com seus respectivos desdobramentos e conexões. Não podemos interpretá-la como superação da época.

⁴⁰ HELLER, Agnes. *A Condição Política Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.

Jameson fala sobre uma reembalagem da modernidade (e seus produtos). Esta interpretação se mostra muito interessante por seu grau metafórico, pois para Jameson a modernidade foi retrabalhada pelo último estágio do capitalismo e articulada com o setor da cultura, de maneira que não sabemos mais onde começa e onde termina o universo econômico e o cultural.

A modernidade é o progênito da Europa, conforme Heller. No ambiente materno europeu foram criadas as ideologias modernas, sistemas sócio-econômicos modernos, modalidades de governos modernos, costumes modernos, assim como seus subprodutos (o conhecimento cumulativo, a fixação pelo progresso, o universalismo, a valoração da tecnologia e a supremacia da ciência). A Europa, como enfatiza a autora, foi a grande exportadora de modernidade. Heller também enumera os três principais elementos da modernidade originários da Europa: as modalidades políticas (formas de governo), o capitalismo, e o industrialismo (tecnologia).

Este processo de exportação da modernidade e a subsequente absorção de seus três principais elementos nos demais continentes acabou por retrabalhá-los e transformá-los no que hoje podemos reconhecer como pós-modernidade. Nesse sentido, não podemos deixar de lembrar o papel fundamental atribuído aos Estados Unidos da América na emergência da pós-modernidade⁴¹.

Nessa perspectiva, e segundo Heller, quando falamos de uma crise da modernidade estamos nos referindo também a uma crise da Europa (como civilização superior). Pois a Europa como progenitora da modernidade carrega uma parcela de responsabilidade sobre suas conseqüências.

Fazendo esta rápida menção dos feitos da modernidade européia podemos perceber rapidamente suas permanências nas diversas esferas de nossas vidas. É relativamente seguro afirmar que a pós-modernidade não emerge por incisão definitiva com a modernidade, mas é certo inferir que a contemporaneidade inverteu muitos dos alicerces modernos oferecendo uma nova roupagem ao mundo atual.

Heller afirma que o impacto da pós-modernidade na política é orquestrado por três elementos principais: a crise da historicidade, a voracidade do mercado e, principalmente, o fim das metanarrativas. Afirmamos que a partir destes elementos,

⁴¹ É importante referirmos aos EUA como um dos principais responsáveis pela guinada pós-moderna se tomarmos emprestados as elaborações (e tomamos) sobre a emergência desta nova condição explorada anteriormente de acordo com as visões de Fredric Jameson e David Harvey.

assim como seus respectivos desdobramentos, podemos enxergar panoramicamente a pós-modernidade como um fenômeno que incide no universo político.

Segundo a análise da autora, a crise da historicidade possui duas faces e, portanto, guarda dois significados, um deles é a negação da história e o outro é a declaração sobre seu fim. A crise da historicidade é denominada pós-história (*post-histoire*).

A pós-história como negação da história coloca em questão sua função unificadora, aquela baseada em metas universais aplicáveis de acordo com o desenvolvimento contínuo da história. Ou seja, nega-se a sua função unificadora e norteadora para as sociedades, já que se tratava de uma concepção específica de história: a história com uma finalidade universal. Estes objetivos definidos da história se consagravam através de concepções iluministas traduzidas como ordem e progresso, fim das classes sociais, emancipação humana.

Em decorrência disso, assistimos ao anúncio do fim da história, resultado último da sua negação. Decreta-se o seu fim ao mesmo tempo em que nasce (ou admite-se) o pluralismo social e cultural. Neste contexto, a única forma política admitida é a democracia, pois apenas ela é capaz de assegurar a livre expressão das sociedades plurais.

Além do pluralismo, outra consequência da pós-história é o advento de uma percepção de descontinuidade temporal, como se o tempo pudesse ser dividido em blocos mais ou menos independentes. É essa percepção esquizofrênica do tempo que afirmará não apenas as pluralidades locais, reivindicações sociais fragmentárias, e também o imediatismo da política. Portanto, a pós-história como dimensão temporal inequívoca da condição pós-moderna cede à esfera política um pragmatismo inevitável, pois já não temos narrativas mestras utópicas para projetarmos no futuro.

Em seu estudo, Heller observa que as propostas dos partidos em período eleitoral se concentram sobremaneira em temática relativa à administração das finanças e política econômica, simultaneamente detectando-se uma diminuição incomensurável do papel dos partidos como opções políticas. A alternativa ideológica e representação política dos cidadãos não se encontram mais sob tutela partidária, mas sim nas propostas dos movimentos sociais e de ONGs.

A pós-história anuncia a morte das utopias e, na mesma direção, pressupõe a morte do sujeito histórico como ente capaz de criar soluções e mobilizar forças para colocá-las em prática. Nesse contexto obscuro, podemos nos perguntar: como haverá

continuidade da história se não se reconhece mais os homens e mulheres como seus protagonistas? A resposta é simples, a pós-história pós-moderna colocou a contingência do mercado no lugar do sujeito histórico, e relegou a homens e mulheres o papel de coadjuvantes. Se bem que estes argumentos são referentes à postura niilista da pós-modernidade

Nesta perspectiva, podemos concluir que a pós-modernidade como orientadora da política se mostra bastante conservadora. Entra em conflito até mesmo com a democracia a qual tanto defende, na medida em que não reconhece os homens e mulheres como atores da história, não admite sua participação ativa em um sistema democrático.

O fim das metanarrativas foi o golpe de misericórdia na história. As grandes narrativas desposavam a história com a finalidade de adquirir legitimidade a seus objetivos. O elemento “histórico” concedia substância ao universalismo e ao messianismo dos metarrelatos, era o mecanismo sobre o qual ele se sustentava. Um mundo melhor, com mais liberdade, mais igualdade, mais beleza, não importa o objetivo, a história estava lá, de braços dados ao metarrelato. Além de que, os objetivos ideológicos se realizam através de um desenvolvimento temporal, projetam-se para o futuro.

Com a ruína do socialismo, talvez o mais importante metarrelato produzido pela modernidade, as grandes narrativas políticas também ruíram. E apesar do liberalismo (a metanarrativa concorrente) ter sobrevivido, ela abandonou seu *status* de metarrelato utilizando-se de um artifício intrínseco: a liberdade, traduzida pela permissividade do pluralismo pós-moderno. Isso significa que os ideais de inclinação liberal são praticados e definidos pelo liberalismo econômico por um lado. Os valores positivos do liberalismo político são obliterados pela liberdade do mercado. E a ideologia liberal utilizada de maneira vaga parece ter uma finalidade em si, por não estabelecer regras claras no relacionamento entre política e economia, além de não priorizar ações democráticas em ambos os campos.

Sem dúvida, a decadência dos metarrelatos influenciou, como vimos, as elaborações sobre o fim da história, o fim das ideologias, o fim das classes sociais (não do fim das diferenças sociais, mas na insistência de eliminação do conceito de classe), assim como, simultaneamente, colaborou para a construção da teoria pós-modernas e uma série de denominações em que o prefixo *pós* se faz presente: sociedade pós-

industrial, pós-ideologia, pós-cientificismo etc. Ou seja, a pós-modernidade eclode conforme a metanarrativa e seus subprodutos se desintegram.

Mas pós-modernidade na política não possui apenas sabor amargo, não representa apenas negatividade, niilismo e desilusão. Se parte de seu vigor é apropriado por um discurso mercadológico, a outra parte é vista como positividade e potencialidade para a emergência, não de uma grande narrativa política totalizante, mas para o aparecimento de inúmeras narrativas de essência utópicas coexistentes. E a ênfase ao meio ambiente criou fôlego e adesão social através deste espaço, além do impulso dado pela visibilidade das catástrofes naturais causadas por agressões ao meio ambiente. Violências ao meio natural que derivaram, ao longo da modernidade, do tipo de desenvolvimento que percorre a história do capitalismo e do industrialismo, ou pelo menos possuem neles a sua origem.

O socialismo como opção política materializou sua ruína com o fim definitivo do sistema soviético e suas vicissitudes. E a decadência dos metarrelatos, de maneira geral, se baseou neste fato histórico para evidenciar sua incapacidade de organizar universalmente objetivos ligados ao bem estar da humanidade através de um projeto rígido. Pois os meios utilizados para se chegar a “felicidade” geralmente desencadearam atrocidades.

Apesar do fim da URSS ser a maior acusada de colocar o ponto final nos metarrelatos, outras modalidades de governos totalitários também colaboraram para tal. O exemplo do nazismo talvez seja o mais marcante. E a virtude do fim das metanarrativas se encontra justamente na evidência de que metas de bem estar coletivos não podem sacrificar a liberdade dos indivíduos e a pluralidade das formas sociais (seja no campo político, religioso ou étnico).

A pós-modernidade, portanto, apaziguou os ânimos da esquerda revolucionária e levou-os a aceitar o jogo democrático. Na verdade, esse processo já havia se iniciado no final do século XIX, com a constatação de que o proletariado não se tornaria elemento majoritário na sociedade. A partir daí, a esquerda ficou com duas opções: ou ficaria com a revolução, ou aceitaria a democracia, agregando outros estratos desprivilegiados da sociedade para chegar ao poder através das instituições democráticas. Este fenômeno teve como marco a saída da Social Democracia da Segunda Internacional Comunista.

De acordo com a característica fragmentária da pós-modernidade no setor social e com o fim das URSS como padrão de sistema socioeconômico, tornou-se evidente que a esquerda, em sua grande maioria, escolheu a segunda opção. No caso brasileiro este

processo fica muito claro a partir da análise dos conteúdos programáticos dos partidos dimensionados no espectro ideológico de esquerda.

A modificação dos discursos, no sentido de afastamento dos pressupostos comunistas, foi observada por Coelho Neto em duas tendências internas do PT (Democracia Radical e Articulação da Luta Socialista) e no processo que derivou na mutação: PCB – PPS.

Toda a movimentação política no Brasil referente ao fim definitivo do governo militar colocou como objetivo principal a democratização, fato que influenciou a amenização do discurso comunista nos partidos de esquerda, que pareciam estar mais disposto em garantir a queda do regime à propor a transformação do sistema socioeconômico. É importante salientar, que no contexto do autoritarismo, a liberdade de associação se encontrava inviabilizada, e até mesmo o insípido movimento ambientalista, que se dizia apolítico, estava incapacitado de desenvolver-se plenamente neste momento.

No contexto de esforços a favor da democracia, Coelho Neto observa a mudança estratégica e ideológica ocorrida no PCB que resultou em sua mudança programática e nominativa:

A experiência de frente democrática contra a ditadura, interpretada como exitosa, proporcionou a elaboração de políticas que puseram no centro estratégico a democracia, enquanto que a visão dominante no PCB, a frente seria apenas uma inflexão tática e conjuntural. Textos publicados por alguns renovadores já propunham, em 1980, a laicização do partido e o pluralismo doutrinários, a amplificação para além da classe operária do foco de intervenção, a visão do socialismo como processo e com sujeitos autônomos e plurais, a tematização da indústria cultural e a concepção de uma política cultural pluralista.⁴²

Embora a tendência renovadora do PCB tenha sido derrotada e a maior parte de seus adeptos tenha saído do partido, os aspectos fundamentais que deram corpo a reconfiguração do PCB foram influenciadas por tal tendência. E nesta trajetória mutativa, o vínculo com os setores populares ligados ao sindicalismo distanciaram-se do partido.

Neste ambiente, o direcionamento mais viável para a sobrevivência das organizações de esquerda foi ampliar suas bases, unindo as reivindicações dos trabalhadores das indústrias às reivindicações do movimento feminista, do campesinato,

⁴² NETO, Eureliano Teixeira Coelho. *O Socialismo Científico e a Modernidade: Uma Crise Combinada no Pensamento da Esquerda*. Recife: UFPE, 1997. Dissertação de Mestrado. p. 75.

dos estudantes, e todo o tipo de reivindicação que contrariava o *status quo*. No caso do Brasil, este processo fica bastante evidente se observarmos a multiplicidade de elementos sociais agregados ao PT à época de sua fundação. O Partido dos Trabalhadores, além dos elementos sociais citados acima, agregaram os setores mais progressistas da Igreja Católica e os Movimentos Eclesiais de Base.

Portanto, a multiplicidade de setores sociais agregados e absorvidos pelo Partido dos Trabalhadores é obra da relação de processos amplos, de conjuntura internacional, e motivações do cenário específico da situação política brasileira. Não seria diferente com o Partido Verde no Brasil, que se origina no mesmo contexto, e cujo processo de democratização possibilitou a contestação da maneira em que estava sendo conduzida a política de meio ambiente do governo federal.

A condução das questões ambientais no governo autoritário brasileiro ficou internacionalmente conhecida através da participação do Brasil na Primeira Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Estocolmo 72. A participação brasileira neste evento foi marcada pelo argumento de que os países ricos estavam interessados em retardar ainda mais o processo de industrialização dos países subdesenvolvidos por meio de exigências no trato ambiental.

A década de 1970 no Brasil acabou sendo marcada pela postura governamental de incentivo ao estabelecimento de indústrias poluidoras no Brasil, assim como a criação de uma infra-estrutura adequada para recebê-las. Estes fatos podem ser exemplificados pelo Projeto Carajás e pela ampliação do pólo industrial de Cubatão em São Paulo.

Enquanto o processo de industrialização e deterioração socioambiental era estimulado pelo governo federal, o movimento ambientalista brasileiro encontrava-se ainda em sua primeira fase. Todo o processo de maturação do ambientalismo brasileiro será analisado na seção posterior. O fato é que o movimento político ambiental brasileiro, assim como o Partido dos Trabalhadores, acabou por absorver e mobilizar amplos setores da sociedade com uma motivação, a proteção ao meio ambiente, transversal. Ou seja, independente da origem socioeconômica, os valores ambientalista são capazes de amalgamar atores políticos distintos em um contexto de fragmentação social pós-moderno.

Nesta primeira etapa da pesquisa o que nos importa é visualizar panoramicamente as proposições que pairam sob o pós-modernismo e o desenvolvimento de dois fenômenos imprescindíveis para nosso estudo: o Partido Verde

no Brasil. As duas categorias pós-modernas fundamentais para o desenrolar de nosso objeto foram sem dúvida a fragmentação social e o fim das metanarrativas.

Neste contexto, o desenvolvimento do movimento ecológico no mundo faz parte de uma tendência política maior que se disseminou na contemporaneidade com o processo de fragmentação no setor social e crise do socialismo real. Este último ecoa de modo estridente tanto na formação do ecologismo como movimento social, como na emergência da ecopolítica e na formação de partidos verdes, já que muitos dissidentes da esquerda vieram engrossar as fileiras ambientalistas.

Contudo, não acreditamos num movimento simplista causal: fim do socialismo real resulta na emergência de movimentos ecologistas e subsequente formação de partidos verdes. O relacionamento destes dois elementos é complexo e a tentativa de desvinculação do Partido Verde com as antigas polarizações políticas clássicas produzidas pela modernidade é evidente.

O PV não se aprisiona na estreita polarização esquerda versus direita. Situa-se à frente. O PV identifica-se com o ideário de esquerda no compromisso com as aspirações da grande maioria trabalhadora da população e na solidariedade com todos os setores excluídos, oprimidos e discriminados. *Mas não segue os cânones da esquerda tradicional, da mesma forma com que questiona a hegemonia neoliberal, duas vertentes do paradigma produtivista do século XIX.*⁴³ **(meus grifos)**

1.6 O Ambientalismo e a Crítica à Modernidade

A inviabilidade do modelo de desenvolvimento propagado desde a Revolução Industrial supõe a crítica da modernidade, além de estabelecer os parâmetros da crise ecológica como uma de suas mais contundentes consequências.

A Primeira Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente Humano e Desenvolvimento, ocorrida na capital sueca em 1972, iniciou o processo de consolidação das bases da mobilização ecológica internacional. Da mesma forma, colocou em campo as negociações para o reconhecimento da responsabilidade mútua das nações diante das agressões ao meio ambiente.

A iniciativa de organização de uma Conferência deste porte e desta natureza traduziu a insatisfação das consequências da modernidade no ambiente natural e social. Esta iniciativa revela a maneira torta da utilização da ciência e da tecnologia durante o desenrolar da modernidade, e corrobora com a constatação feita pelos teóricos pós-modernistas sobre a falência do projeto emancipatório iluminista. Nesta perspectiva,

⁴³ Programa do Partido Verde. Programa 1: Princípios.

Unger comenta que a civilização ocidental se esqueceu da etimologia da palavra técnica. A *techné*, para os gregos, significava um modo de conhecimento que buscava a essência das coisas, um “dês-velar dos seres”. Isso significa que a *techné* não entrava em conflito com a natureza. Unger discorre:

Parece-me que nosso percurso de civilização ocidental se caracterizou pela perda dessa experiência da *techné* como um fazer revelador, substituída por uma postura que cada vez mais se fortaleceu e se tornou dominante e vigente até atingir, talvez, sua forma mais extremada, mais elaborada mais sofisticada e mais poderosa na modernidade; postura mediante a qual o homem entende sua humanidade na razão direta de sua capacidade de dominar e de manipular a natureza. É essa postura de tiranização da vida que me parece um dos eixos da crítica do pensamento ecológico.⁴⁴

Ao argumento de Unger, complementam-se os da Carta de Estocolmo. Ambos conectam-se ao fazer uma crítica à razão instrumental, e à maneira em que foi utilizada a ciência e a tecnologia em detrimento do bem estar social e ambiental, além de alertarem para importância da mudança de rumo da aplicação da tecnologia e da ciência pelo homem. Vejamos um trecho do início da carta:

...a longa e difícil evolução da raça humana no planeta levou-a um estágio em que, com o rápido progresso da ciência e tecnologia, conquistou o poder de transformar de inúmeras maneiras e em escala sem precedentes o meio ambiente. Natural ou criado pelo homem, é o meio ambiente essencial para o bem estar e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, até mesmo o direito à própria vida.⁴⁵

E, como evidência da necessidade da mudança no direcionamento da utilização da ciência e da tecnologia, um dos alvos da Conferência, temos no Princípio 18 da Declaração Estocolmo:

Como parte da sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social, devem ser utilizadas a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio ambiente, para solucionarmos os problemas ambientais e para o bem comum da humanidade.⁴⁶

A Conferência de Estocolmo pode ser compreendida como a primeira tentativa de se alcançar um consenso, entre os Estados participantes, de que medidas visando à proteção ambiental deveriam ser indistintamente aplicadas por todos, conforme as necessidades e diferenças regionais, prevendo o auxílio mútuo para a melhoria da qualidade ambiental. Tal disposição fica clara no Princípio 12 da declaração: “Deveriam

⁴⁴ UNGER, Nancy Mangabeira. Humanismo e Biocentrismo: o humanismo como questão filosófica. In: *Fundamentos Filosóficos do Pensamento Ecológico*. UNGER, Nancy Mangabeira (Org.). São Paulo: Loyola, 1992.

⁴⁵ *Declaração de Estocolmo Sobre Meio Ambiente Humano*. Disponível em: <http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/declaração_estocolmo_1972.pdf>. Acesso em jul. 2008.

⁴⁶ Idem, Ibidem.

ser destinados recursos à preservação e melhoramento do meio ambiente, tendo em conta as circunstâncias e necessidades especiais dos países em desenvolvimento”⁴⁷.

O resultado imediato da Conferência foi a declaração assinada ao final das discussões pelos países participantes. Tal declaração estabeleceu os princípios básicos para a construção de uma nova ética que levasse em consideração as questões ambientais e, ao mesmo tempo, estimulasse a criação de medidas que visassem à melhoria das condições socioambientais, em nível nacional e internacional, através da constituição de planos de desenvolvimento que considerassem os impactos ao meio ambiente.

A declaração de Estocolmo é constituída por 26 princípios, que admitiram os diferentes estágios de desenvolvimento dos países, assim como as suas respectivas capacidades de coordenar planos que contemplassem a melhoria da qualidade do meio ambiente e o bem-estar da população mundial.

Uma das suas afirmações constantes é a relevância de transferência de tecnologia e recursos monetários dos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos, assim como o incentivo à planificação do desenvolvimento econômico, tendo em vista a conservação da natureza, para que pudessem gozar de seus benefícios todos os povos e as gerações futuras. Estava lançada a semente do que viria a ser chamado, poucos anos depois, de “desenvolvimento sustentável”.

Estocolmo, ao suscitar a problemática do meio ambiente através de práticas agressivas à natureza - o industrialismo entre os desenvolvidos e as conseqüências da pobreza entre os subdesenvolvidos -, almejando o redirecionamento das ações para o benefício das gerações futuras, torna-se a expressão de uma conexão histórica perdida pela surdez pós-moderna.

Nesse sentido, a causa ecológica passa não só a reabilitar a História e o historicismo⁴⁸, mas também passa a conectar as diferentes fatias sociais fragmentadas pela essência pós-moderna. Isso não significa que o ecologismo tenha o poder de desfragmentação social, ou uma pretensão para reverter tal tendência. Mas reafirma a sua versatilidade em atravessar os amplos setores sociais através de uma sensibilização, ou no mínimo, preocupação de um futuro que pode vir a ser obscuro.

⁴⁷ Idem, Ibidem.

⁴⁸ Distingo aqui história de historicismo, pois, como assevera Giddens, a história não possui teleologia total, e por isso não pode ser reduzida ao historicismo. Vide: GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1990. Por este motivo a concepção positivista da história fracassou, já que não possui um processo único de desenvolvimento e uma destinação final, ou melhor, “progresso”. A partir daí entra em cena a micro-história, a história em migalhas, enfim, a Nova História.

Portanto, a importância de Estocolmo 72 ultrapassa as críticas sobre sua ineficácia imediata. Após a ocorrência do evento, percebemos o impulso que foi dado à criação de importantes instituições internacionais de proteção e de pesquisa ambientais, como o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas) ou a PNUMA (Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente). Ou mesmo, vinte anos depois, com a II Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente, no Rio de Janeiro. Não poderíamos deixar de mencionar também a multiplicidade de tratados e convenções internacionais que começam a surgir após Estocolmo 72 e durante a Rio 92.

As aspirações ecológicas podem ser consideradas as mais novas utopias que emanam da chamada pós-modernidade.

É a prova de que a pós-modernidade, mais do que gerar descrença e niilismo, é geradora de novos conceitos e planos de desenvolvimento⁴⁹ que tendem a plasmar elementos ambíguos, tão conflitantes durante a modernidade: como a liberdade e a equidade. Pois, ao mesmo tempo em que não aceita mais as amarras de sociedades autoritárias, totalitárias, colonialistas e racistas (antidemocráticas), execra o abismo socioeconômico, e vê, neste último, fonte de destruição do ambiente natural.

É importante frisar, que as diferenças econômicas e sociais, de acordo com o viés ambientalista, não são questionadas em termos quantitativos, mas sim através de parâmetros qualitativos.

Para os ecologistas, gozar de benefícios socioeconômicos significa harmonizar os aspectos naturais e sociais. Direcionar o conhecimento científico, tecnológico e a geração de riquezas para o advento de um meio ambiente saudável. Aqui, portanto, temos uma reversão dos valores que se desenvolveram na modernidade. Não se trata de valorizar o potencial de consumo e a acumulação de capital, mas de garantir a qualidade do ar e do solo, o equilíbrio dos ecossistemas através da preservação ou conservação da fauna e da flora, garantir as condições para sobrevivência das comunidades tradicionais e contribuir para a melhoria da qualidade de vida no meio citadino, por meio de uma visão pós-materialista.

Por fim, talvez possamos aqui afirmar, que a pós-modernidade não superou a modernidade, já que apenas estabeleceu a crise dos paradigmas, a crise da história e da

⁴⁹A potencialidade da pós-modernidade em gerar novos conceitos e planos de desenvolvimento, através do ecologismo, pode ser exemplarmente observada através do surgimento do conceito de “desenvolvimento sustentável”, definição apresentada no documento “Nosso Futuro Comum” de 1987, mais conhecido como Relatório Brundtland. Da mesma forma, não podemos deixar de mencionar o plano de ação alternativo consolidado com a elaboração da Agenda 21, e apresentado durante a II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO- 92).

historicidade. Por este motivo, pode ser mais interessante pensá-la como uma supermodernidade, como querem alguns autores. Nesse contexto, o ecologismo ganha o centro do palco, já que propõe uma transformação de valores, com novos princípios para o desenvolvimento da humanidade.

A pós-modernidade, tendo o ecologismo como um de seus subprodutos, estabeleceu o debate para uma mudança paradigmática, uma transição, a partir da análise das conseqüências maléficas e benéficas da modernidade. A pós-modernidade, com seu teor analítico, rememorou-nos o grande valor da história e a primordialidade de carregarmos seus ensinamentos, além de reafirmar o velho provérbio: as piores coisas são feitas com as melhores intenções. Isto significa dizer, que a pós-modernidade, por meio das críticas feitas a modernidade e pelas análises de suas próprias estruturas, revelou-nos sobre a importância de atentar para os grandes processos históricos e suas conseqüências, que podem criar impactos devastadores no mundo. E que, para se criar um meio ambiente harmônico, é preciso mais que boas idéias e ideais, mas também bons mecanismos de aplicação para que não se criem antagonismos entre intenções e ações.

CAPÍTULO II- AMBIENTALISMO E IDEOLOGIAS VERDES

2.1 O Ambientalismo no Contexto Mundial: princípio da institucionalização da temática ambiental

Embora possamos nos pautar em uma “condição pós-moderna” como elemento a ser vinculado ao ambientalismo na atualidade, é indispensável ter em mente que esta tendência ecologista é fruto dos desastres de uma condição tipicamente moderna. O fato é que os seres humanos sempre dependeram do ambiente natural para sobreviver, o que nos remete a tempos imemoriais o início de uma relação predatória. Porém, após a revolução industrial ocorrida na segunda metade do século XVII a intensidade deste processo predatório torna-se incomensurável.

As primeiras medidas para conter os abusos ao ambiente natural ocorreram ainda no século XIX em países europeus através da constituição de entidades preservacionistas, criadas com o propósito de proteger algumas espécies animais da caça predatória. A prática preservacionista possui fundamento na intocabilidade dos sistemas naturais, que são por vezes identificados como algo edênico, e que, por este motivo, deve manter-se distante do alcance destrutivo do homem. No entanto, a visão de um paraíso não foi suficiente para o estabelecimento de áreas de preservação, e o que realmente motivou a criação de tais áreas foi, em um primeiro momento, o perigo de extinção de espécies e, posteriormente, a relevância da biodiversidade de determinado espaço. De acordo com esta perspectiva, foram criados os parques nacionais e reservas ecológicas, que não admitem nenhum tipo de intervenção humana no local a ser resguardado, constituindo uma das modalidades das áreas de preservação ambiental.¹

Um dos grandes símbolos desta estratégia preservacionista pode ser evidenciado no contexto do neocolonialismo afro-asiático, momento em que a Inglaterra realizou no ano de 1900 uma reunião entre os países colonialistas (Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra, Portugal e Itália) visando discutir, e desta forma conter, a matança indiscriminada a que os animais do continente africano estavam submetidos. Este encontro de países europeus neocoloniais gerou a Convenção para a Preservação de

¹ No Brasil a Política Nacional do Meio Ambiente (lei n. 6.938-81) prevê os espaços especialmente protegidos como seu instrumento. Por sua vez, a lei n. 9.985-2000 estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), assim como o conceito legal de tais unidades como sendo seu espaço territorial e seus recursos ambientais. As Unidades de Conservação constituem-se em dois grupos: as Unidades de Proteção Integral (que proíbe a ocupação e cujo aproveitamento de seus recursos se dá apenas de forma indireta, e as Unidades de Uso Sustentável (que admitem o uso a ocupação sustentável da área protegida). Para mais detalhes vide: FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2003.

Animais, Pássaros e Peixes da África, e foi a primeira tentativa internacional de conter os abusos contra a fauna. Embora este documento tenha se limitado a estabelecer um calendário para a prática da caça em algumas regiões do continente africano, abriu precedência para a realização de encontros posteriores que visaram a proteção da fauna e da flora africana através da criação de parques, ainda na primeira metade do século XX.²

Conforme pesquisa empreendida por Ribeiro³ acerca da formação de uma ordem ambiental internacional, existem três momentos distintos na constituição de um sistema voltado para as preocupações ambientais. O princípio se estabelece com os primeiros tratados internacionais que tinham como foco a prática colonialista no continente africano, e tem como marco final a Segunda Guerra Mundial. O segundo momento toma contornos com a Guerra Fria, e o último período é denominado Pós-Guerra Fria.

Com esta periodização, o autor intenciona apreender as descontinuidades da ordem ambiental internacional⁴. Chama atenção para as descontinuidades, pois não enxerga o desenrolar dos acordos internacionais como termos de uma evolução que se dá em uma escala linear. Se deste modo acontecesse, observaríamos uma maior eficácia na aplicação dos termos acordados e, provavelmente, um maior consenso nas negociações de tratados. Não obstante, os países que compõem a ordem ambiental internacional possuem a tendência de considerar cada tratado de forma desvinculada, tendo sempre em vista os seus próprios interesses enquanto Estados-Nação.

Tratando-se de meio ambiente, seria esperado que os países agissem de forma interdependente, já que as barreiras nacionais são facilmente transpostas pelos estragos causados ao ambiente natural. A interdependência daria uma cadência mais estável à evolução dos acordos acompanhada de sucesso contínuo dos mesmos. No entanto, a linha de atuação mais visível dos Estados, enquanto atores do sistema internacional na ordem ambiental, é pautada por práticas identificadas no âmbito do realismo político.

² Cf. RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.

³ Idem, Ibidem.

⁴ Por sistema internacional entende-se a arena na qual interagem os atores internacionais. De acordo com a abordagem teórica que é utilizada, no campo das relações internacionais, atribui-se uma importância para cada ator. Por exemplo, para a teoria realista os Estados monopolizam o poder de decisões no sistema internacional. Para os liberais, por outro lado, uma multiplicidade de atores compõe o sistema e possuem voz ativa: movimentos sociais, ONGs, partidos políticos, Estados, empresas. A ordem internacional é o modo como está estabelecida as relações entre os atores de um sistema internacional. Tal como ocorria no período da Guerra Fria, a ordem internacional caracterizava-se pela existência de apenas dois pólos de poder econômico, militar, político e ideológico exercidos por duas superpotências.

O realismo político, como vertente do campo das relações internacionais, encontra suas premissas clássicas no pensamento de Morgenthau, “que afirma a prevalência dos interesses nacionais alicerçados no poder das armas, tem na idéia de interesse a essência da política e exclui a existência de uma base moral universal como padrão para a tomada de decisões”⁵.

Mas existem diferenças na ordem ambiental internacional no que se refere às caracterizações do realismo político. Podemos citar, neste aspecto, a participação ativa de diversos Estados, que apesar de não possuírem armas, estão em condições de negociar. Assistimos também uma diversidade de atores que se inseriram no sistema internacional, paulatinamente, e que passaram a compor a ordem ambiental internacional. Ribeiro, portanto, afirma que:

Quando adentramos, entretanto, no campo da diplomacia, esfera em que são elaborados os tratados internacionais sobre o ambiente, percebemos que existem países que aproveitam para fazer valer seus interesses nacionais, em que pese o fato de não disporem de equipamento militar em níveis competitivos suficientes para intimidar seus oponentes. Esta é, no nosso entender, a reafirmação do realismo político, um realismo que não precisa de armas, mas de argumentos e de capacidade para promover alianças até mesmo com setores não-estatais, como é o caso do movimento ambientalista e de suas numerosas e ativas organizações, e para impor sua premissa básica: a consignação dos interesses nacionais.⁶

Quando o autor divide a formação da ordem ambiental internacional em três períodos, podemos entender que, independentemente do tipo de relações que se estabeleceram em cada momento entre os atores do sistema internacional (a multipolaridade do contexto das potências européias neocoloniais, bipolaridade da Guerra Fria e multipolaridade Pós-Guerra Fria) constata-se a constante da supremacia dos interesses nacionais nas negociações do tema ambiental.

Somente com o Tratado Antártico, em 1951, período da Guerra Fria, que houve uma sinalização de prosperidade em um acordo internacionalmente firmado entre nações de continentes diversos. Após muitas discussões acerca de sua posse, e com a liderança dos EUA nas negociações, o Continente Antártico (devido a sua importância para a dinâmica ambiental global,) passou a ter com tal acordo o *status* de área internacional voltada para a produção de conhecimento científico através da instalação de algumas bases científicas no território.

⁵ Cf. Ribeiro, p. 18.

⁶ Idem, Ibidem, p. 49

O movimento ecologista mundial começa a ganhar maior ênfase perante a opinião pública mundial no contexto da Guerra Fria, momento em que a proliferação de armamentos e energia nuclear transformou-se em foco de investimentos na disputa entre as duas maiores potências da época, EUA e URSS. A força incomensurável deste aparelhamento nuclear cujo risco de destruição do planeta se mostrava evidente caso ocorresse uma guerra, assim como o poder de contaminação das usinas nucleares, fazia crescer na Europa da década de 1970 o apelo ao meio ambiente e à vida humana, muitas vezes invocado por organizações ambientalistas pacifistas. Tal temor e mobilização social de organismos da sociedade civil e da ONU cederam impulso à generalização dos valores ecologistas no mundo no decorrer da década de 1970.

Fundamental para a introdução das questões ambientais em nível mundial foi a idéia de segurança ambiental, ou seja, a visualização de que através das ações antrópicas no meio ambiente a humanidade estava sendo exposta a uma situação de perigo. A Organização das Nações Unidas se destaca neste contexto. Pois, mesmo antes de criar o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) a ONU absorveu a temática ambiental a partir de seus organismos. Neste sentido, concedemos destaque à FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e, principalmente, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Esta última foi responsável pela realização de algumas conferências internacionais a respeito da utilização racional dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e educação ambiental.⁷

A despeito da importância da ONU nas questões ambientais, esta instituição é bastante criticada pelos resultados de suas conferências e por sua visão cientificista e conservacionista. Além da ineficácia de muitas das resoluções dos documentos que emergem de tais reuniões, o conhecimento científico é colocado em primeiro plano como se o racionalismo e a tecnologia fossem suficientes para conter a degradação natural. Isso contribuiu para a falta de críticas de tal instituição diante das condutas e

⁷ Algumas reuniões, tendo a UNESCO como organizadora, se destacaram, tais como: Conferência das Nações Unidas para a Conservação e Utilização de Recursos, realizada nos EUA em 1949; Conferência da Biosfera (Uso e Conservação dos Recursos da Biosfera), em Paris no ano de 1968; Conferência de Ramsar, a qual derivou na Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, ocorrida no Irã em 1971; Encontro de Belgrado sobre Educação Ambiental, Iugoslávia em 1975; Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, a qual ficou conhecida como Conferência de Tbilisi, acontecida na Capital georgiana em 1977 (esta reunião foi organizada pela UNESCO em parceria com a PNUMA, visto que o Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente havia sido fundado em 1972 e estava em funcionamento). Para mais informações vide: RIBEIRO, Wagner Costa. A Ordem Ambiental Internacional. São Paulo: Contexto, 2001.

estratégias de desenvolvimento socioeconômicas levadas a cabo pelas nações desenvolvidas. Além de fazer com que predomine uma visão instrumental da natureza, já que esta passa a ser vista fundamentalmente como recurso natural, base da postura dos chamados ambientalistas capitalistas, que vêem na resolução de problemas ambientais uma nova forma de reprodução e acumulação do capital.

Como vimos acima, os movimentos de ideologia verde começaram a ganhar força antes da preocupação nuclear, porém eram restritos a algumas localidades em que fauna e a flora estavam sendo degradadas, a exemplo da intervenção de entidades preservacionistas, tais como as sociedades protetoras dos animais.

Certamente o final da década de 1960 e o início da década de 1970 podem ser apontados como um divisor de águas para o ecologismo global, pois a partir daí assistimos os movimentos de contra cultura norte-americana (com a formação das comunidades alternativas), a realização da Conferência de Estocolmo organizada pela ONU, e uma série de manifestações contra os males causados pelos dejetos industriais e pela tendência geral da modernização em degradar o ambiente natural. Nesta direção, podemos identificar o movimento para a despoluição do rio Tâmsa na Inglaterra, e o movimento contra a construção de hidroelétricas na Tasmânia que, por sua vez, culminou na formação do primeiro partido de ideologia verde no mundo em 1969 (o UTG, ou United Tasmania Group). Embora estes sejam exemplos de ações e manifestações específicas, apontam para uma insatisfação que se generalizou, já que contestações desta natureza passaram a figurar em inúmeras localidades do mundo fomentando a discussão de estratégias conjuntas.

Podemos evidenciar o início da tentativa de cooperação internacional generalizada, com objetivo de salvaguarda do meio ambiente, a partir da Conferência de Estocolmo, organizada pela ONU em 1972. Esta foi a primeira grande reunião internacional tendo como único foco o meio ambiente. Sugerida por um dos conselhos da ONU (Conselho Econômico e Social) em 1968, devido à preocupação de países desenvolvidos com a poluição do ar, teve para sua realização uma forte influência do relatório intitulado “Limites do Crescimento”, formulado no ano de 1970 pelo chamado *Clube de Roma* e pelo *Instituto Massachusetts de Tecnologia*. Tal relatório informava sobre a situação da poluição do ar, água e solo como resultado do modelo industrial ocidental, e chegou a sugerir o crescimento zero da economia mundial, assim como a estagnação do crescimento populacional como formas de paralisar as agressões ao ambiente natural.

De acordo com Ribeiro⁸, a Conferência sobre Ambiente Humano (mais conhecida como Estocolmo 72, por ter sido realizada na capital sueca no ano de 1972) inaugurou um novo ciclo nos estudos de relações internacionais, visou discutir os desvios ambientais relatados pelo Clube de Roma e criar medidas para conter a poluição e a deterioração da natureza de forma geral.

A responsabilidade pela grave situação ambiental, constatada por pesquisas prévias à conferência, recaiu em países ricos e pobres. O grande debate entre os representantes dos países presentes se deu entre a postura desenvolvimentista dos países subdesenvolvidos (que reafirmavam a urgência de empreender o crescimento econômico como meio indispensável para reverter a condição de pobreza em que “vivia” sua população) e a visão zerista⁹ dos países desenvolvidos, que propunham o crescimento zero da economia (cujos cidadãos encontravam-se em pleno gozo de suas necessidades materiais).

De acordo com a análise de Ribeiro, os itens que versam sobre a poluição na Declaração de Estocolmo não apontam as diferenças entre países ricos e pobres no que se refere às emissões de poluentes. Sugerindo, portanto, que os dois grandes grupos de nações tivessem as mesmas responsabilidades sobre os altos níveis de poluição atmosférica. A contribuição diferenciada na degradação ambiental, entre ricos e pobres, segundo o autor, aparece apenas quando a disponibilidade de recursos naturais e o aumento populacional são observados, criando uma visão de que os pobres se destacam no maltrato ambiental.

Apesar de o assunto constar de maneira amena no texto final da Declaração de Estocolmo, não restaram dúvidas sobre a demasiada carga de responsabilidade que recaiu sobre pobreza como fator de degradação. Tendo em vista a influência das teorias neomalthusianas, concluiu-se que o constante aumento populacional visualizado nos países subdesenvolvidos exercia uma pressão crescente sobre os recursos naturais. No entanto, o estilo de vida consumista, cada vez mais impulsionado, nos países desenvolvidos não recebeu críticas e tampouco fora abordado na declaração final.

De modo a evidenciar tais distorções, inserimos abaixo alguns trechos da Declaração de Estocolmo, no que versam seus artigos e princípios. No artigo de número 4 transcrito a seguir, observamos que os países subdesenvolvidos são responsabilizados por sua pobreza como causa fundamental da degradação. Porém com bem observa

⁸ Idem, Ibidem.

⁹ Idem, Ibidem, p. 75.

Ribeiro, as causas da pobreza são obliteradas, como se as Nações desenvolvidas não tivessem relação com tal estado de coisas. No caso dos ricos, os males ambientais emergiriam da sua super-industrialização, deixando de lado o fato de que a industrialização advém do estilo de vida de suas populações.

Artigo 4: Nos países em desenvolvimento, os problemas ambientais são causados, na maioria, pelo subdesenvolvimento...Por conseguinte, tais países devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, cômicos de suas prioridades e tendo em mente a premência de proteger e melhorar o meio ambiente. Com idêntico objetivo, os países industrializados, onde os problemas ambientais estão geralmente ligados à industrialização e ao desenvolvimento tecnológico, devem esforçar-se para diminuir a distância que os separa dos países em desenvolvimento.¹⁰

Em seguida, temos a ênfase ao crescimento vegetativo nos países subdesenvolvidos como uma das principais fontes de degradação conforme artigo 5 e princípio 16 da Declaração de Estocolmo. Não queremos afirmar que o aumento populacional não esteja de fato relacionado, de inúmeras formas, ao processo de elevação da pressão sobre os recursos naturais¹¹. Mas, se considerarmos que a carestia material vivida pelas famílias dos países pobres é exorbitante, ao mesmo tempo em que quantificamos o excesso e a fartura das famílias nos países ricos, poderemos inferir que a pressão sobre os recursos naturais é incomensuravelmente maior neste último caso.

Artigo 5: o crescimento natural da população suscita a toda hora problemas na preservação do meio ambiente, mas políticas e medidas adequadas podem resolver tais problemas....Com o progresso social e os avanços da produção, da ciência e da tecnologia, a capacidade do homem para melhorar o meio ambiente aumenta dia a dia.

Princípio 16: As regiões em que exista o risco de a taxa de crescimento demográfico ou as concentrações excessivas de população prejudiquem o meio ambiente ou o desenvolvimento, ou que a baixa densidade de população possa impedir o melhoramento do meio ambiente humano e obstar o desenvolvimento, deveriam ser aplicadas políticas demográficas que representassem os direitos humanos fundamentais e constassem com a aprovação dos governos interessados.¹²

¹⁰ *Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano*. Disponível em: <http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/declaração_estocolmo_1972.pdf>. Acesso em jul. 2008.

¹¹ Este fato é bastante marcante no Brasil entre as populações que habitam a Amazônia Legal. Ao mesmo tempo em que existem comunidades que desenvolvem o aproveitamento sustentável dos recursos, também encontramos aqueles que tiram sustento do corte ilegal de madeira.

¹² Idem, Ibidem.

Neste próximo trecho, o racionalismo e cientificismo são informados como meio para solucionar a degradação ambiental, sem reconhecer as potencialidades de medidas alternativas que poderiam emergir nos países subdesenvolvidos:

Princípio 20: Deve ser fomentada, em todos os países, especialmente naqueles em desenvolvimento, a investigação científica e medidas desenvolvimentistas, no sentido dos problemas ambientais, tanto nacionais como multinacionais. A esse respeito, o livre intercâmbio de informações e de experiências científicas atualizadas deve constituir o objeto de apoio e assistência, a fim de facilitar a solução dos problemas ambientais; as tecnologias ambientais devem ser postas à disposição dos países em desenvolvimento, em condições que favoreçam sua ampla difusão, sem que constituam carga econômica excessiva para esses países.¹³

Mesmo com o fato de o argumento sobre crescimento zero não ter convencido os países em desenvolvimento, este viés foi inserido de uma forma bastante polida na Declaração. Segundo Ribeiro, o embate entre zeristas e desenvolvimentistas teve como desfecho a vitória argumentativa dos que defendiam o desenvolvimento, e na ocasião Brasil e China destacaram-se como seus vorazes defensores.

Princípio 4: o homem tem responsabilidades especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio representado pela flora e fauna silvestres...em consequência, ao planificar o desenvolvimento econômico, deve ser atribuída importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres.¹⁴

Idéias do realismo político, que expressa a essencialidade da soberania nacional, assim como a visão de interdependência podem ser observados em um só princípio:

Princípio 21: De acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, os estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos, desde que as atividades levadas a efeito, dentro da jurisdição e sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda a jurisdição nacional.¹⁵

Logo em seguida, no artigo de número 7 da Carta de Estocolmo, podemos observar os princípios do desenvolvimento sustentável que viria a ser amplamente divulgado e discutido na década de 1980. Este evidencia a proposta de interdependência entre os Estados quando o assunto é meio ambiente:

¹³Idem, Ibidem.

¹⁴ Idem , Ibidem.

¹⁵ Idem, Ibidem.

Artigo 7: ... A Conferência concita governos e povos a se empenharem num esforço comum para preservar e melhorar o meio ambiente, em benefício de todos os povos e gerações futuras.¹⁶

No entanto, a Conferência de Estocolmo obteve resultados práticos irrisórios e não foi suficiente para sensibilizar e impulsionar a mobilização maciça da sociedade internacional. Isso não significa que este acontecimento tenha sido absolutamente infrutífero, pois gerou uma declaração bastante questionada, um plano de ação que não saiu do papel, teve pela primeira vez a participação das ONGs, e decidiu a criação de uma organização da ONU voltada especialmente para as questões ambientais, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Ou seja, a Estocolmo 72 pode ser entendida como o início de uma trajetória que está ainda muito distante do fim, mas que possui o mérito de introduzir no contexto internacional as questões ambientais de forma institucionalizada.

Após a Conferência sobre Ambiente Humano, a constatação do agravamento das questões ambientais começou a ser redimensionada em termos globais durante a década de 1980. O PNUMA, em funcionamento desde 1973, organizou a Conferência de Nairobi em 1982, a qual faria uma avaliação dos resultados do Plano de Ação arquitetado durante a Estocolmo 72, além de divulgar a situação ambiental daquele momento. Os resultados foram deprimentes em ambos os levantamentos.

Mas, sem dúvida, o fato de maior impacto foi a divulgação do buraco na camada de ozônio em 1985, por pesquisadores ingleses. Tal relato deixou a sociedade internacional estarecida, e no Brasil, por exemplo, o tema era abordado até mesmo aos educandos do nível básico de ensino. A Convenção de Viena (CV), também ocorrida em 1985, no entanto, antes da divulgação da dimensão do estrago na camada de ozônio, que equivalia ao território do EUA¹⁷, embora seja uma referência para os ambientalistas por ter conseguido adesão de mais de uma centena de países, em seu texto não conseguiu um consenso entre os países participantes a respeito da definição de metas e proibições de substâncias que destroem a camada de ozônio. O sucesso seria firmado através do Protocolo de Montreal em 1987, cujo conteúdo estabelecia metas fixas a seus membros, além de contar com a adesão ampla e rápida de uma multiplicidade de países.

Com o colapso do regime soviético e sem recursos financeiros, países do antigo bloco socialista do leste europeu viram na importação do lixo tóxico das indústrias de nações desenvolvidas uma maneira de aquisição de “recursos econômicos”. Da mesma

¹⁶ Idem, Ibidem.

¹⁷ Informação registrada por Ribeiro. Idem, Ibidem.

forma, tal tendência podia ser observada em uma variedade de países subdesenvolvidos da América Latina e da África. No final da década de 1980, a ocorrência de desastres ambientais pelo vazamento de cargas tóxicas e a contaminação de áreas devido ao depósito irregular de dejetos industriais em países pobres motivaram a realização da Convenção da Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito (CTR), em 1989 na Suíça.

Entretanto, esta Convenção em sua primeira rodada de negociações não criou mecanismos e regras consistentes para a proibição das exportações de resíduos perigosos de países industrializados para os menos industrializados, elemento que viria a ser instituído apenas durante a segunda conferência das partes em Genebra no ano de 1994, através da resolução II/12, conhecida como *Proibição da Basileia*¹⁸.

Segundo pesquisa realizada por Lisboa¹⁹, pode-se observar um longo caminho de negociações até a conquista da Proibição da Basileia, que envolveu não só amplas discussões entre países Norte e dos Sul, mas a formulação de estratégia conjunta entre os países subdesenvolvidos, os mais interessados em tal proibição, além da presença fundamental da Greenpeace e de grupos ambientalistas dos países subdesenvolvidos.

Como mostra a autora, a Convenção da Basileia assinada em 1989 teve um caráter ambíguo na medida em que inseriu em sua carta tanto o desejo dos países mais industrializados em perpetuar as exportações de resíduos tóxicos, como a urgência das nações do sul em fazer valer a proibição destas exportações. Ao final da Convenção, percebeu-se a elaboração de um texto que se caracterizava por um corpo de recomendações ao comércio de substâncias tóxicas “fazendo com que ele ocorresse somente onde o importador possuísse a tecnologia necessária a um manejo ambientalmente apropriado dos resíduos perigosos”²⁰. Tal resolução chegou a ser interpretada como uma regulamentação do fluxo internacional de cargas tóxicas, pois havia consolidado o mecanismo PIC (*Prior Informed Consentiment*) como regulador deste comércio²¹, além de ter sido antidemocrática (já que a maioria dos países

¹⁸ Cf. LIBOA, Marijane Vieira. *A Proibição da Basileia: ética e cidadania planetária na era tecnológica*. São Paulo: PUC, 2000.

¹⁹ Cf., Lisboa, 2000.

²⁰ Idem, ibidem, p. 196.

²¹ O mecanismo de Consentimento Prévio Informado é apontado como insuficiente para o estrangulamento do fluxo internacional de resíduos tóxicos, visto que os países menos desenvolvidos permanecem vulneráveis ao recebimento de tais cargas. Seja porque os subdesenvolvidos tornam-se alvo de pressões dos países centrais, careçam de uma estrutura técnica e burocrática bem organizada, contenham estruturas que facilitam corrupção, ou pela impossibilidade de manter uma fiscalização minuciosa.

presentes se posicionaram a favor da proibição, e, apesar deste fato, os interesses de um grupo restrito de nações desenvolvidas é que foram satisfeitos)

A Greenpeace esteve presente desde as reuniões preparatórias da Convenção, e advogou sempre a favor da proibição total deste comércio entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Empreendeu inúmeras investigações sobre o tema, atuou na preparação de relatórios e campanhas, e concedeu auxílio técnico aos países do Sul, até que se atingisse o sucesso da proibição em 1994.²²

A Greenpeace se baseou em algumas premissas importantes para justificar o seu posicionamento. Primeiro porque seria mais coerente a proibição a partir dos países que são a origem do problema, ou seja, os exportadores de resíduos tóxicos. Expôs a importância da aprovação de uma resolução proibitiva baseada no princípio precautório (dado que não é possível admitir determinadas condutas, ou riscos, assentando-se em dados científicos inconclusos a respeito de potenciais danos ao meio ambiente e a saúde) e na *clean production*, como forma de garantir a eliminação progressiva de dejetos tóxicos resultantes dos processos produtivos.

A partir da insatisfação de muitos países subdesenvolvidos com os resultados da Convenção foram se constituindo consensos locais através de sucessivas reuniões entre países dos continentes africano, asiático e do subcontinente latino-americano acerca da proibição da Basileia, que contaram todo o tempo com a colaboração da Greenpeace.

Neste sentido, um dos dados mais marcantes, levantados por Lisboa (representante da Greenpeace no Brasil, e membro presente nas negociações), consta das contínuas adesões regionais à proibição do recebimento de resíduos perigosos. Este processo pode ser evidenciado a partir da associação de 69 países da África, Caribe e Pacífico (ACP) em assembléia conjunta com a antiga CEE, em dezembro de 1989, derivando na assinatura do acordo Lomé IV, que entre um de seus artigos “proibia os doze países europeus a exportar resíduos perigosos e radioativos para qualquer um dos 69 países, durante os próximos dez anos”²³. De forma complementar, os países da ACP decidiram expandir a proibição de recebimento de lixo tóxico a qualquer outro país que insistisse em tal negócio. A estratégia de angariar a adesão das entidades nacionais a favor desta proibição ficou conhecida como *cerco da Basileia*.

E embora todo um trabalho neste sentido tenha sido empreendido desde cedo, contando inclusive com o apoio dos escritórios do Greenpeace em várias localidades da

²² Uma análise pormenorizada da atuação desta entidade ambientalista encontra-se em: Lisboa, 2000.

²³ Idem, Ibidem p. 206.

América Latina, e com a tentativa de inserir esta discussão no âmbito da Eco-92, a primeira conferência das partes da Convenção da Basileia (COP) ocorrida no Uruguai, no balneário de Piriápolis em 1992, não atingiu o objetivo da proibição. O insucesso se deu novamente contra a vontade da maior parte dos países presentes.

A Proibição da Basileia viria a se concretizar em 1994, durante a segunda COP em Genebra, após muita pressão, vinda, sobretudo, da população dos países desenvolvidos diante da disseminação de inúmeras denúncias feitas, em grande parte, a partir de investigações empreendidas pela Greenpeace, e negociações prévias. Segundo Lisboa, tal Convenção a partir introdução da resolução II/12 pode ser entendida como um *extraordinário passo à cidadania planetária*, visto que se sustenta em uma concepção universal de cidadania, que ultrapassa os limites do conceito de cidadão pertencente a determinadas circunscrições nacionais, além de se fundamentar na terceira geração de direitos que se vincula aos direitos humanos (direito à informação, ao meio ambiente saudável, à paz, assim como a autodeterminação dos povos)²⁴.

Outro marco histórico no ambientalismo internacional deveu-se a realização da Conferência das nações Unidas sobre Meio Ambiente, Desenvolvimento e Paz (CNUMDA), ocorrida no Rio de Janeiro no ano de 1992. Um dos grandes méritos de tal conferência foi o de difundir mundialmente as preocupações com a degradação ambiental devido às ações antrópicas, principalmente os impactos ocasionados pelo desenvolvimento econômico.

A Rio-92 contou com a presença de mais de uma centena de chefes de Estados, assim como houve a participação maciça de movimentos sociais (que incluíram sindicalistas, feministas, religiosos, entre outros), parlamentares, intelectuais e ONGs. A partir daí, abriu-se espaço para internalização das discussões sobre temas ambientais no Brasil e em muitos outros países. Tais discussões desencadearam uma série de medidas governamentais que passaram a focalizar a problemática ambiental²⁵.

Uma das novidades desta reunião, tendo como ponto de comparação a Estocolmo 72, encontra-se na amplitude e natureza da participação. Durante a Conferência de Estocolmo, havia sido vetada a presença das ONGs nas reuniões oficiais (fato que foi alterado na realização da Rio 92), e embora tenha envolvido 113 países,

²⁴ Cf., Lisboa, 2000.

²⁵ No Brasil, após a Rio 92, assistimos à criação de uma série de leis infraconstitucionais: Lei número 9.433 de 1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei número 9.605 de 1998 que trata sobre Crimes Ambientais; Lei número 9.795 de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (que repercutiu com a inclusão de uma sessão sobre meio ambiente nos Parâmetros Curriculares Nacionais); Lei 9.985 de 2000 que cria o Sistema Nacional de Conservação (SNUC).

compareceram apenas dois chefes de Estado, Suécia e Índia, em contraposição aos 178 países participantes na CNUMDA, dos quais foram representados diretamente por 114 chefes de Estado.

As resoluções da Rio 92 também foram comparativamente ampliadas. No entanto, isso não significa que não tenham ficado aquém das necessidades reais. Pois como bem observou Ribeiro “o tempo da política é mais lento do que a ansiedade em resolver os problemas ambientais”²⁶. Desta última Conferência resultaram, entre outros documentos: Convenção sobre Diversidade Biológica, Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Declaração de Princípios sobre Conservação e Usos Sustentáveis de Florestas (Declaração de Florestas), Agenda XXI e a Carta da Terra.

Os destaques da reunião se concentraram nas chamadas *hard low*, Convenções que criaram obrigações jurídicas aos países participantes (signatários). As duas Convenções que se destacaram neste contexto foram a Convenção Quadro de Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica. Contudo, as *soft low*, apesar de não criarem vínculos obrigatórios de implementação pelas partes assinantes, abriram espaço para a efetivação de políticas complementares para a sustentação das *hard low*²⁷. Neste caso podemos citar a formulação da Agenda 21 Mundial, que cria estratégias para a aplicação do desenvolvimento sustentável, além de ter se tornado um forte sustentáculo para a criação de Agendas 21 nacionais e locais.

A Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como o próprio nome sugere (e conforme foi exposto logo acima), colocou em destaque os desafios e contradições que emergem do relacionamento entre ambiente natural e desenvolvimento econômico, tendo em vista que o primeiro sempre sai em incomensurável desvantagem. Nesta perspectiva, todos os debates das reuniões oficiais foram permeados pelo conceito de “desenvolvimento sustentável” (DS).

O desenvolvimento sustentável teve a consolidação de seu significado com a divulgação do relatório *Nosso Futuro Comum*, ou, como muitas vezes é denominado, relatório Brundtland. Tal relatório foi preparado pela Comissão de Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU em 1987, com o objetivo de

²⁶ Cf. RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.

²⁷ Cf. BORN, Rubens Harry. Agenda 21 Brasileira: instrumentos e desafios para a sustentabilidade. In: CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de (Orgs.). *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós Rio-92*. São Paulo: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: FGV, 2002.

empreender estudos sobre a situação ambiental. Esta Comissão teve como coordenadora a ex ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland e contou com uma variedade de pesquisadores de 23 países. Conforme tal relatório, o desenvolvimento sustentável é “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”.

Referências que possuem significado ligado ao desenvolvimento sustentável já podiam ser encontradas durante toda a década de 1970, inclusive esta idéia se fez presente na Carta de Estocolmo. Faltava apenas uma denominação que resumisse o seu conteúdo, elemento que se resolveu com o relatório Brundtland.

É importante salientar que o desenvolvimento sustentável trata-se de um conceito bastante polêmico e criticado, pois o que se quer garantir é continuidade do crescimento econômico, de maneira a criar mecanismos que permitam que os elementos naturais, vistos como “recurso” ou “capital natural”, não se desgastem ao ponto do limite do esgotamento. Portanto, tal conceito não coloca em questão a reprodução do capital e o estilo de vida que o sustenta. Nesta perspectiva, o DS está amplamente amparado no discurso de empresários, grandes corporações transnacionais, assim como em órgãos e agências governamentais responsáveis implementar propostas que visam o desenvolvimento.

Como salienta Alier²⁸, embora muitos defendam o emprego do termo desenvolvimento em detrimento do crescimento - por inferir que este último objetiva contemplar apenas o setor econômico, enquanto o conceito de desenvolvimento incorpora outras variáveis (tal como a ambiental) – o DS não se desvincula do crescimento econômico, tendo, portanto, uma finalidade utilitarista e absolutamente dependente dos elementos naturais. Nesta mesma direção, o autor também vê no conceito de desenvolvimento sustentável um grave equívoco, pois acredita não ser as gerações futuras as mais vulneráveis e atingidas pela atitude predatória em relação ao meio ambiente, mas aponta para determinados setores da sociedade atual como as maiores vítimas.

Nesta perspectiva, o que está em debate são os problemas atuais, pois os que mais sofrem e, por sua vez, sofrerão com o mau trato ambiental são as populações e países mais pobres. Segundo Alier, devemos atuar de forma a oferecer condições de vida mais dignas aos povos *hoje*. O autor não poupa críticas à frase símbolo do

²⁸ ALIER, Joan Martinez. *Ecologismo dos Pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.

desenvolvimento sustentável: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”, crescimento e desenvolvimento para ele são faces da mesma moeda.

O desenvolvimento sustentável visto, portanto, como estratégia do sistema capitalista para assegurar a sua própria reprodução, pode ser interpretado como uma das permanências da modernidade, de modo a impedir que haja uma ruptura sistêmica profunda, tipo de desconexão que a condição pós-moderna tanto almeja para se afirmar.

De qualquer maneira, como prática política, o DS (desenvolvimento sustentável) ultrapassa o significado restrito do crescimento econômico aliado à preservação da natureza. Passando a ser identificado de maneira bem mais ampla deforma que pense o desenvolvimento econômico das áreas subdesenvolvidas (visto que suas populações carecem de elementos materiais básicos, tais como investimento em infra-estrutura), a conservação da natureza, a mitigação da pobreza e o respeito às diferenças sociais²⁹.

Em 1988 foi criado o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), instituição de pesquisa através da qual se iniciaram as pesquisas sobre mudanças climáticas, dado à necessidade de comprovações científicas, pré-requisito básico para os políticos, na discussão de fixação de medidas beneficiando o meio ambiente em convenções internacionais.

Conforme a literatura especializada, o IPCC foi a primeira tentativa internacional de estudar a questão da mudança climática. Este esforço internacional se justifica através do argumento de que a atmosfera é um “bem público global” e que, portanto, constituiu-se em uma “preocupação comum da humanidade”, devendo ser gerida através de acordos e regras internacionais.³⁰

As sucessivas pesquisas acerca dos perigos decorrentes das emissões de gases do efeito estufa (dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, clorofluorcarbonetos, entre outros), e as respectivas contribuições dos países para elevação progressiva de tais emissões, motivaram o IPCC, após a divulgação de seu primeiro relatório em 1990, a solicitar a instituição de um comitê de negociação internacional com o objetivo de criar

²⁹ As sociedades tradicionais, segundo Alier (Idem, Ibidem.) continuam sendo alvo de políticas que instituem as Áreas de Proteção Permanente, já que as APPs não permitem o estabelecimento de comunidades em regiões desta forma definidas.

³⁰ C.F. VIOLA, Eduardo. Meio Ambiente e Relações Internacionais. In: TRIGUEIRO. André (Org.). *Meio Ambiente no Século XXI*. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

uma convenção. As tramitações políticas em torno do assunto resultaram na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

A Convenção sobre Mudanças Climáticas, que ocorreu durante a Rio-92, consagrou-se como uma das deliberações mais importantes da Conferência. Apesar de suas resoluções guardarem significado genérico no que se refere ao método e compromissos dos países para a diminuição das emissões, estabeleceu-se uma primeira meta para as reduções. De acordo com a esta convenção, os países signatários comprometiam-se a regredir a quantidade de emissões ao patamar do ano de 1990 em 10 anos.

Outro elemento marcante da Convenção é o reconhecimento da responsabilidade comum das nações no agravamento do aquecimento global, mas levando-se em consideração o grau de “participação diferenciada” de cada país. Isto é, houve o entendimento de que os países mais ricos, por terem saído à frente dos países subdesenvolvidos na industrialização, e serem responsáveis pelos mais elevados índices de emissões de gases estufa, deveriam ter obrigações mais efetivas na corrida contra o aquecimento global.

A terceira Conferência das Partes da Convenção Quadro (COP), em 1997, resultou no Protocolo de Quioto. Este, finalmente estipulou metas e métodos mais claros para a implementação das reduções de emissões aos países signatários. Segundo Quioto, os países que fazem parte do anexo I (países desenvolvidos), comprometiam-se a reduzir em 5% os índices de emissões tendo como parâmetro o ano de 1990. O primeiro período de implementação das metas do acordo tem como marco de início o ano 2008 e termina em 2012.

Contudo, as sucessivas COPs revelaram inúmeras dificuldades para a efetivação e ratificação do protocolo pelos Estados, que acentuaram suas querelas com argumentos relacionados à extensão de metas obrigatórias aos países em desenvolvimento (argumento utilizado pelos EUA), tais como o Brasil, Índia, China e Rússia, que embora não façam parte do anexo I, possuem um elevado percentual de eliminação de gases estufa na atmosfera (a China é atualmente o maior emissor mundial).

Outro elemento controvertido relaciona-se ao papel dos mecanismos flexibilizadores de emissões, como o funcionamento do mercado de créditos de carbono. O mercado de carbono funciona como mais uma tentativa de criar mecanismos para a redução das emissões, na medida em que através da invenção de técnicas que absorvam ou evitem o lançamento de CO₂ na atmosfera, podem ser disponibilizadas

cotas que, por sua vez, são compradas por um país poluidor para que sejam descontadas do seu índice de emissões. Segundo especialistas, esta é mais uma forma de continuar poluindo.

Nesta primeira etapa do acordo, o fato dos EUA, como responsáveis por 25% das emissões globais (dado de 1990), não terem ratificado o Protocolo, comprometeu o sucesso da primeira etapa de Quioto, que se estende de 2008 a 2012.

Sob outro ponto de vista, mais um fato que limitaria o sucesso de Quioto é o papel reduzido das Florestas Tropicais e Equatoriais, na medida em que estas passariam a cumprir a função restrita de sequestradores de carbono, podendo, desta forma, entrar na venda de cotas no mercado internacional de CO₂. De acordo com esta visão, a devastação das florestas é um dos pontos que deveria ser encarado como estratégico, já que o índice de emissões pelo desmatamento chega a um índice de 20% em relação às emissões totais. Portanto, a partir deste dado, a ênfase exclusiva do Tratado de Quioto dada à queima de combustíveis fósseis se mostraria equivocada³¹. Os defensores desta idéia responsabilizam o governo brasileiro por obscurecer seu passivo ambiental contra o interesse de outros países sulamericanos, como a Colômbia, fato que teria repercutido negativamente na Declaração de Florestas, pois através desta os países detentores de florestas não teriam conseguido incentivos monetários para mantê-las em pé através do financiamento de planos de manejo.

Apesar de não ter sido possível se chegar a um acordo que derivasse em uma Convenção sobre Florestas normalizando seu uso (dada a diversidade de interesses conflitantes), segundo Ribeiro³², este resultado derivou da polarização do debate entre EUA e Malásia. Os primeiros queriam impor a preservação das florestas, pensando no acesso aos seus recursos biológicos a longo prazo, enquanto a Malásia, que possui na exploração das florestas seu maior passivo ambiental, insistia na não regulamentação do uso florestal. O argumentando malaio assentava-se na dependência econômica do país em relação ao aproveitamento de sua reserva florestal, e, assim como os países desenvolvidos (maiores emissores de CO₂) não haviam proposto uma mudança no padrão de consumo temendo afetar sua economia, não podiam alterar drasticamente a utilização de seu “capital natural”.

³¹ Cf. SANTILLI, Márcio; CARVALHO, Geórgia; NEPSTAD, Daniel. O Brasil e as Mudanças Climáticas Globais. In: CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo; OLIVEIRA, José Antonio Puppim (Orgs.). *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós Rio-92*. São Paulo: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: FGV, 2002.

³² Cf. RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.

Portanto, a Declaração de Florestas teve como produto final um texto tênue, marcado pela intenção a nível internacional de colaborar para a sua proteção, descrevendo e admitindo a sua importância.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CB) acabou por confluir com os interesses do grupo dos países subdesenvolvidos, levando em consideração que entre os 17 países com maior biodiversidade apenas dois são desenvolvidos (EUA e Austrália)³³. A decisão acabou por transcender a conservação da diversidade biológica ao propor a repartição dos benefícios advindos do seu aproveitamento pelos países desenvolvidos. A partir da CB, os detentores de tecnologia e pesquisa passaram a ter a obrigação de transferir eventuais lucros aos países e comunidades, habitat dos recursos genéticos, de forma a promover a manutenção das espécies, o uso sustentável dos recursos, assim como reconhecimento do saber que as comunidades tradicionais detêm sobre seus recursos.

Ao que parece, e de acordo com a literatura especializada, as negociações sobre mudanças climáticas, diversidade biológica e a tentativa frustrada de estabelecer uma regulamentação sobre o uso das florestas, estiveram profundamente entrelaçadas. Embora os representantes dos países presentes nas reuniões tenham alterado a postura e, eventualmente, as alianças em cada uma das negociações, a constante dos interesses nacionais se fazia presente, e, por este motivo, a determinação unilateral em uma das reuniões acabava por refletir nas outras. Podemos observar este aspecto, sobretudo, na atitude norte americana diante da Convenção sobre biodiversidade e Declaração sobre Florestas.

Os EUA que se posicionaram contra as determinações da Convenção de Biodiversidade queriam impor, ao mesmo tempo, regras que garantissem a manutenção das florestas. A princípio este fato pode parecer contraditório, mas sob a ótica do bom e velho realismo político os dados se encaixam perfeitamente. Os EUA, por serem detentores do conhecimento científico e de grandes empresas de farmacologia e cosméticos, julgaram mais apropriado não participar da convenção, mas como dependem da biodiversidade alheia para empreender pesquisas, sob seu auspício, houve a tentativa da imposição de regras bem definidas para preservação florestal.

A Agenda 21, embora seja um documento que não cria obrigações para sua aplicação (trata-se de uma *soft law*), sistematizou um plano de ações para ser aplicado

³³ Idem, Ibidem.

por todos os países na busca pelo desenvolvimento sustentável. Este documento se caracteriza pela sua abrangência, agregando assuntos que correlacionam à proteção ambiental as mudanças no padrão de consumo, a superação da pobreza, a novas formas de utilização da tecnologia, a importância de planos de manejo, a essencialidade da participação dos diversos setores sociais, o papel dos governos, entre muitos outros que se conectam. Porém, sua tradução foi tardia no Brasil, algo que viria a ser realizado apenas dois anos após a Rio-92, assim como o início das discussões para a confecção de sua versão nacional.

Uma das grandes dificuldades encontradas para sua elaboração fora a falta de um marco institucional, elemento que viria a ser de fato sanado em meados de 1996 com a criação da CPDS (Comissão Política de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira). À falta de um marco institucional, somam-se outros entraves, tais como:

...desajustes entre os diversos níveis de governo; contradição entre as políticas de ajuste econômico-administrativo dos últimos governos e a idéia de um desenvolvimento sustentável; a não observância dos custos socioambientais no modelo de desenvolvimento nacional; a falta de cumprimento das normas legais existentes, por mobilização dos agentes conservadores; a não observância da diversidade dos padrões culturais na definição de projetos e programas de desenvolvimento.³⁴

Houve um enorme envolvimento de organizações da sociedade civil na definição da Agenda 21 Brasileira, tendo a CPDS como organizadora de um processo que privilegiou através da participação, a problemática e as necessidades dos respectivos estados da federação, empreendendo encontros estaduais para a discussão da primeira versão da agenda 21 nacional, divulgada em meados de 2000: “Agenda 21 Brasileira: bases para a discussão”. Os trabalhos para a sua criação finalizaram-se em 2002, e inclui na sua versão final seis temas básicos: agricultura sustentável, gestão de recursos naturais, cidades sustentáveis, infra-estrutura e integração regional, redução das desigualdades sociais e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

Alves relata que o ambiente que precedeu a Conferência sobre meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) não era nada otimista, dada a dimensão dos problemas internacionais em tal contexto. A queda do socialismo real com desmantelamento da URSS, a crise na antiga Iugoslávia deflagrada de conflitos nos Bálcãs e a Guerra no Iraque concediam um tom desanimador às pretensões de realização da conferência. Outra preocupação se devia ao preconceito que recaia dos países desenvolvidos sobre os

³⁴ Idem, Ibidem, p. 82-83.

subdesenvolvidos, que eram vistos como “o *locus* de todos os males”³⁵ devido à corrupção, ao narcotráfico, ao terrorismo e à superpopulação neles existente, incluindo-se o fato de os países pobres serem a fonte do fluxo de imigrações clandestinas. Todos estes elementos juntos davam a impressão que haveria uma polarização de opiniões nos moldes de um típico embate geopolítico Norte/Sul.

Contudo, os resultados se revelaram muito mais promissores do que o esperado. O questionamento acerca da insustentabilidade dos padrões de produção e de consumo, tão cara aos países desenvolvidos, fora finalmente introduzido. O reconhecimento da potencialidade contida nas sugestões que emergiam do grupo dos subdesenvolvidos, em relação às alternativas que levassem a proteção ambiental, entrou em pauta. A amplitude da participação social, principalmente por meio das repercussões do Fórum das ONGs, transformou o quadro das negociações mostrando a força e a imprescindibilidade da sociedade civil organizada. Tal Fórum “convocou mais de 2.500 ONGs de mais de 150 países, organizando cerca de 400 reuniões oficiais, conseguindo reunir mais de 500 mil pessoas. Foi responsável pela elaboração de muitos documentos entre eles a Carta da Terra.

O impacto da Rio 92 no Brasil propiciou não só a absorção nacional das questões ambientais pelo o Estado brasileiro e opinião pública, mas trouxe também a discussão da necessidade de aprimoramento e criação de políticas públicas que contemplem o meio ambiente humano e natural, assim como fortalecimento de órgãos e instituições governamentais e não governamentais responsáveis por seu zelo. Conforme Leis:

Do ponto de vista do ambientalismo, o aspecto mais forte da Rio 92 não foram os acordos assinados pelos governos, mas precisamente a emergência germinal de uma sociedade civil planetária, expressada na constituição de um espaço público comunicativo onde se encontraram as diversas dimensões que compõem o ambientalismo, com raízes tanto no Sul quanto no Norte, no Leste como no Oeste, e pertencentes tanto ao sistema político como aos sistemas social e econômico³⁶.

Apesar das críticas desencadeadas pela idéia do desenvolvimento sustentável (e mesmo considerando o problema deste conceito abrir espaço para apropriações indevidas, conforme interesses de alguns grupos), o DS colaborou muito para que a

³⁵ ALVES, José Augusto Lindgren. *Relações Internacionais e Tema Sociais: a década das conferências*. Brasília: IBRI, 2001. p. 60.

³⁶ LEIS, Héctor. Ambientalismo um Projeto Realista Utópico para a Política Mundial. In: LEIS, Héctor (Org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafio para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 34.

mensagem sobre a importância de valores ambientalistas fosse difundida em todo o mundo. Com o prestígio da idéia de “desenvolvimento sustentável”, houve a desmistificação do próprio ambientalismo, anteriormente visto, por muitos, como algo inviável, tamanho o fosso que separava (separa) desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Ademais, o radicalismo de alguns grupos ambientalistas colaborava por criar uma imagem distorcida e de unicidade do movimento, principalmente se considerarmos as críticas advindas dos anti-ecologistas. Nesse sentido, e de forma a acrescentar a afirmação acima, Alves observa:

Ao reconciliar a idéia do desenvolvimento com a da proteção ambiental, a Rio 92 superou o entendimento ecocentrista de que o progresso é sempre contrário à natureza... Ao acentuar os aspectos humanos e recomendar estratégias de promoção social para os desfavorecidos no contexto da sustentabilidade desejada, ela desqualificou os questionamentos de diversos setores da esquerda tendentes a encarar o ambientalismo como uma manifestação “pós-moderna” da alienação política³⁷.

A alienação política pós-moderna da qual são acusados alguns grupos ambientalistas ecocentristas, deve-se a acusação de que estes fomentam uma postura nihilista diante do contexto atual. O maior exemplo de descrença pode ser detectado na própria origem deste movimento, cuja proposta fundamental consistia em se ausentar do mundo ligado aos processos de modernização através da constituição de sociedades alternativas³⁸.

Se, indiscutivelmente, a Rio 92 obteve força que impulsionou a absorção da temática ambiental por governos, sociedade civil e partidos políticos, a problemática da efetivação de medidas que levem ao bom trato ambiental persiste. A postura dos Estados de colocarem seus interesses de forma unilateral nas negociações internacionais ainda está longe de produzir ações que levem à interdependência tão necessária quando se trata da resolução dos problemas ambientais.

Conforme sugestão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, aconteceu em Joanesburgo, África do Sul, dez anos após a UNCED, a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, internacionalmente conhecida como Rio mais dez. Esta reunião não pretendia criar novas convenções, mas fazer um levantamento da aplicação da Agenda 21 ao redor do mundo. Por meio de um diagnóstico prévio constatarem-se inúmeras deficiências na implementação do desenvolvimento

³⁷ Idem, Ibidem. p. 69-70.

³⁸ A diferenciação das correntes políticas e filosóficas do ambientalismo serão discutidas logo abaixo.

sustentável, e o assunto que permeou toda a conferência foi a falta de empenho na efetivação da agenda 21 em nível nacional e internacional.

Atualmente, o novo impasse está nas tentativas de renovar as metas de diminuição de emissão de CO₂ na atmosfera por meio de um novo tratado que atualize o Protocolo de Quioto, este ponto permanece insolúvel. À falta de vontade dos EUA soma-se a descaso ambiental da China. Este último, como maior emissor mundial de CO₂, é também o maior porta voz dos países em desenvolvimento na recusa da aceitação de metas de redução das emissões, através da formatação de um novo tratado. A crise em que se encontra a economia mundial, alavancada pelo sistema de crédito norte americano, impõe entraves ainda maiores a uma nova rodada de negociações.

Portanto, ainda que possamos sentir as repercussões positivas da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, Desenvolvimento, e Paz o caminho que levará o mundo à sustentabilidade econômica, social e ambiental encontra-se ainda muito distante.

2.2 Ideologia Verde: Multiplicidade Teórica

Alguns fatores propulsores da consolidação do pensamento ecológico na sociedade mundial podem ser elencados: a crise do socialismo³⁹, o processo de democratização das unidades nacionais que anteriormente sufocavam manifestações sociais, a transversalidade da ideologia ecológica, a universalidade e o agravamento dos problemas ambientais (paralelamente ao processo de aceleração da globalização econômica), o aumento da crítica ao padrão de consumo nesta última fase do capitalismo global, e o fomento às causas ambientais pela ONU (responsável pela organização das maiores conferências internacionais dispostas a tratar especialmente questões ambientais).

Alguns outros pontos complementam esta explicação acerca da ascensão do ecologismo no Brasil. Como argumenta Viola⁴⁰, pode-se verificar também a crescente posição de liderança do Brasil entre os países subdesenvolvidos, o aumento do grau de

³⁹ Alguns autores afirmam que o fim do socialismo real deixou em aberto novas possibilidades políticas, e que, portanto, o avanço do ambientalismo é produto deste contexto. É comum observar que ambientalistas de várias nacionalidades já estiveram de alguma forma ligados ao socialismo, como é o caso de alguns membros fundadores do Partido Verde Brasileiro: Carlos Minc, Fernando Gabeira, Alfredo Sirks. A agressividade no tratamento do meio ambiente natural e humano pelo regime comunista soviético sem dúvida criou dissidências, entre as quais lideranças no movimento ambientalista.

⁴⁰ Cf. VIOLA, 1987, p. 107.

degradação ambiental em busca da aceleração do crescimento econômico, a ausência de preocupação do governo autoritário brasileiro com as questões ecológicas e o processo de democratização do Brasil, que ofertou espaço para o desenvolvimento dos movimentos sociais.

Embora o fim do socialismo real tenha colaborado para disseminação dos valores verdes, assim como o aumento da intensidade de tais valores, a democracia liberal que acabara vencendo o embate entre as superpotências da Guerra Fria não deixou um contexto muito mais promissor para a implementação de políticas ecológicas.

Como foi dito, o surgimento de um vácuo ideológico a ser preenchido com o fim do socialismo real e a democratização das sociedades vinculadas ao governo soviético, propiciando a eclosão de novos atores políticos, se constituíram em peças fundamentais para a força do ecologismo. Porém, o paradigma da democracia liberal, por ser inerente ao desenvolvimento do capitalismo, contém subprodutos contrários aos anseios das correntes do pensamento ecológico. A cultura edonista, seu padrão de consumo, o individualismo exacerbado e a ênfase no crescimento da economia mundo, fazem cair por terra o ecologismo quando estes valores antitéticos entram em competição.

A sociedade quando se encontra dividida entre benefícios materiais e imediatos e os benefícios de uma sociedade ecológica (limitadora do consumo) tende a desequilibrar a balança, inserindo maior carga ao que diz respeito às benesses individuais do sistema capitalista.

Em um ambiente pós-moderno, contextualizado pelo sistema de acumulação flexível⁴¹, Bauman constatou que algumas mudanças no comportamento social haviam se processado. Pois, se anteriormente a sociedade mantinha uma determinada conduta baseada nas relações de produção que se refletia em manifestações de cunho coletivista, a nova configuração social emerge da figura do consumidor, isto é, uma atividade individual que coloca cada um dos personagens sociais em disputa⁴².

Nesse sentido, no que diz respeito à democracia liberal e ao capitalismo, as várias correntes ambientalistas entram em conflito. Cada uma destas tendências coloca em diferentes disposições a prioridade no relacionamento entre meio ambiente, liberdade, capitalismo, democracia, igualdade e, principalmente, humanismo, acompanhado de seu principal subproduto: o antropocentrismo.

⁴¹ Cf. HARVEY, 1992.

⁴² Cf. BAUMAN, 1998, p. 54.

Conforme a exploração feita acima a respeito do desenvolvimento do ambientalismo no contexto internacional, podemos perceber que a política ecológica seguiu uma longa trajetória. Pretendemos aqui apontar para as configurações da diversidade de tendências filosóficas e políticas do ambientalismo.

2.2.1 O Ambientalismo na esfera política

A organização das correntes da ecopolítica leva em consideração a atuação dos movimentos sociais, dos partidos políticos, dos governos e instituições internacionais envolvidos com a questão ambiental. As intervenções políticas realizadas ao longo do tempo por uma multiplicidade de atores colaboraram para desencadear a variedade enorme de concepções ecologistas de cunho político e filosófico.

Na análise dos segmentos políticos e filosóficos do ecologismo podemos conceber três grandes subdivisões: ecocentrismo (para a qual todas as manifestações da vida têm o seu valor próprio, não estabelecendo uma hierarquia de importância), campo intermediário (tende a reconhecer a interdependência entre fauna, flora e humanidade) e antropocentrismo moderado (que vê o homem como medida de todas as coisas)⁴³. Tal agrupamento também ocorre quando o campo filosófico reflete sobre as distinções gerais do ecologismo. Porém, o alinhamento entre ecopolítica e ecofilosofia não se dá de forma integral e paralela, possuindo cada uma variações internas que não efetuam correspondências e correlações diretas.

Conforme as subdivisões feitas por Vincent⁴⁴, podemos classificar o conservacionismo e o preservacionismo, no campo da ação política, como duas das principais categorias internas do antropocentrismo moderado. Por sua vez, o ecocapitalismo, o ecossocialismo e a ecologia social se enquadrariam no campo intermediário. E, por último, o ecologismo profundo (*deep ecology*) que englobaria vertentes como o ecofeminismo, ecodireita e o movimento *Earth First*.

O conservacionismo e o preservacionismo da ecopolítica se assemelham muito ao seu correspondente filosófico, e em linhas gerais possuem a mesma caracterização. Ou seja, para os conservacionistas os elementos naturais devem servir a todas as necessidades humanas e, nesta linha, propõem a utilização sábia dos recursos, a conservação através de planos de manejo, e medidas como o reflorestamento como

⁴³ Estas grandes subdivisões são analisadas, de maneira pormenorizada, logo abaixo em: 2.2.2 O Ambientalismo na Esfera Filosófica.

⁴⁴ VINCENT, 1993 apud Rabóczkay 2004, p. 82.

meio de garantir a satisfação de tais necessidades. Ou seja, os conservacionistas propõem a utilização sustentável dos recursos naturais.

Já os preservacionistas, apesar de também pensarem na utilidade e importância dos recursos naturais para a humanidade, possuem uma fundamentação filosófica diferente, na medida em que enxergam a natureza como elemento indissociável do homem. Mas suas propostas políticas se mostram mais restritivas quando o assunto é a proteção ambiental.

Ao contrário dos conservacionistas, este grupo está ligado ao chamado *culto ao silvestre*, que conforme Alier “visam a preservar e manter o que resta dos espaços da natureza original fora da influência do mercado”⁴⁵. As ações preservacionistas são responsáveis pela conduta que deriva na retirada das comunidades tradicionais de seu território, de modo a manter determinada circunscrição territorial de relevância ambiental intocada pela ação humana. A grande crítica de Alier ao preservacionismo consiste não apenas no fato da rispidez do tratamento dirigida às comunidades tradicionais (as quais mantêm, na maioria dos casos, uma relação harmônica com o ambiente natural), mas na produção de espaços artificiais, que por si, são absolutamente insuficientes para frear a degradação ambiental: “o silvestre restaurado realmente equivale a uma natureza domesticada, talvez terminando por se converter em parques temáticos silvestres virtuais”⁴⁶.

O campo intermediário da ecopolítica é constituído pelos ecocapitalistas, que acreditam no mercado como instrumento mais eficaz de controle da degradação ambiental. Estes apostam no desenvolvimento sustentável através do fomento às tecnologias limpas, do “consumo verde” e na geração de empresas ligadas ao ramo da reciclagem e reutilização de detritos industriais.

A grande crítica que se faz aos ecocapitalistas, também conhecidos como ecoliberais, é justamente a dependência excessiva do mercado para regular a degradação ambiental. A maior parte dos ecologistas afirmam não ser o mercado o mecanismo suficiente para frear a degradação. Podemos exemplificar isto através de dados científicos. A estipulação do mercado de crédito de carbono, como um mecanismo flexível para conter as emissões de CO₂, foi comprovadamente dado como inadequado por não responder positivamente às metas de redução de gás carbônico na atmosfera, como meio de frear o aquecimento global. Além disso, para alguns autores as empresas

⁴⁵ Cf. ALIER, 2007, p. 22.

⁴⁶ Cf. ALIER. 2007, p. 24.

viram na poluição uma forma de maximizar a lucratividade, “companhias ganham um monte de dinheiro causando poluição e, então, ganham mais limpando uma parte do lixo.⁴⁷”.

A falta de contestação do capitalismo verde ao sistema de produção e de consumo vigente restringe-se, muitas vezes, ao consumo verde, que acaba na indefinição de políticas para investimentos em sistemas de transportes alternativos nos centros urbanos, como a ampliação do transporte público de qualidade ou na construção de ciclovias. O que o eco-capitalismo evidencia é a necessidade de fabricação de automóveis menos poluentes e a constituição de amplos setores industriais atuantes na reciclagem. Neste contexto, o aumento de vendas do setor automobilístico estava sendo risivelmente celebrado até o ano de 2008, enquanto a estrutura caótica promovida por este setor nas grandes cidades continua sem solução.

Há muito que se dizer também sobre o aumento da demanda energética e seus respectivos impactos, assim como o da elevação da extensão das fronteiras agrícolas. As resoluções que enveredam pela ótica ecocapitalista, sem dúvida nenhuma, tendem a privilegiar o desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental e social, de forma a aumentar a polarização entre demandas econômicas e socioambientais. Enquanto por parte dos governos, que baseiam suas políticas ainda na dinâmica do crescimento econômico, e sendo uma esfera em que a visão ecocapitalista predomina, permanece a ênfase no desenvolvimento econômico.

Nesta perspectiva, Waldman⁴⁸ sublinha o caráter ineficaz de órgãos do SISNAMA⁴⁹ (Sistema Nacional do Meio Ambiente) na concessão de licenças ambientais. A implementação do EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e do RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) são apontados pelo autor como elementos teatrais, na medida em que os pareceres de impacto ao meio ambiente não possuem, de fato, força política suficiente para vetar a construção de uma obra de grande impacto socioambiental. Nesta concepção, o EIA e o RIMA acabariam cumprindo apenas a função de informar o tamanho dos prejuízos que viriam a ser causados, refletindo a maneira pela qual as demandas ecocapitalistas se fazem presentes nas ações de governo.

⁴⁷ POORIT; WINNER, 1988 apud RABÓCZKAY, 2004, p.89.

⁴⁸ WALDMAM, Maurício. *Ecologia e lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

⁴⁹ O SISNAMA faz parte da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), e é constituído por uma série de órgão e entidades ligados aos governos federal, estadual e municipal, além de fundações públicas. O SISNAMA tem por objetivo a proteção e melhoria da qualidade ambiental. Fazem parte do SISNAMA o CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e o IBAMA (Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), entre outros. A criação e estruturação destes órgãos constam na lei 6.938-81 e seus respectivos artigos.

Ao contrário dos ecocapitalistas, os ecossocialistas acreditam que a única forma de resolver os problemas sócio-ecológicos é através da extinção do sistema capitalista. Para os ecossocialistas, uma mudança cultural contrária ao universo do consumismo e a introdução de atividades econômicas sustentáveis se estabeleceriam apenas com uma transformação sistêmica, com a qual o modo de produção capitalista não mais seria mecanismo propulsor da economia e a maximização dos lucros não seria a meta primordial⁵⁰, através da implantação do sistema socialista.

Podemos nos questionar como os socialistas podem dissertar sobre o potencial de destruição ambiental capitalista, se as regiões onde o socialismo prosperou se mostraram tão predadoras e destrutivas quanto a seu oponente ocidental. Alguns argumentos são colocados para defender o socialismo real e sua relação com a natureza:

É preciso considerar que, sem dúvida alguma, no século passado e no início deste, os aspectos negativos, destrutivos da técnica, eram incomparavelmente mais reduzidos que seus aspectos positivos. E justamente por causa disso, os marxistas sempre tomaram uma posição de defensores do progresso tecnológico e combateram as idéias conservadoras, voltadas para o passado e que condenavam este progresso... A tecnologia empregada hoje não tem nada a ver com a tecnologia do início do século... e todos os problemas que ela causa, cada dia mais violentos, são presos ao próprio período de degradação da economia capitalista na sua última etapa – o imperialismo⁵¹.

A defesa do socialismo não poderia ser diferente, de modo que a crença no industrialismo e a reafirmação do papel do proletariado como protagonista da transformação social é uma condição primordial no marxismo. E, por não contestar o industrialismo, os ecologistas de outras tendências continuam a se indispor com os ecossocialistas.

Uma das críticas mais comuns dos ecologistas aos ecossocialistas se concentra no argumento de que Marx compactuava com a mentalidade etnocêntrica burguesa européia. Pois, ao entender a necessidade da evolução das forças produtivas juntamente com a sua consequência mais valiosa, diga-se, a formação da classe de vanguarda (o proletariado), as outras formações sociais exploradas e as sociedades tradicionais

⁵⁰ Na verdade, a mudança do padrão de consumo acompanhado de uma transformação sistêmica do capitalismo é fundamental para o estabelecimento de uma sociedade ambientalista internacional, que se baseie na sustentabilidade, derivando numa relação harmônica com o meio ambiente. De acordo com Alier, é impossível alcançar a sustentabilidade social, política e econômica enquanto a lucratividade e a riqueza estiverem baseadas na produção, a qual exige um ritmo de apropriação cada vez maior de recursos ou capitais naturais. Porém, o autor, defensor do ecologismo social (ou melhor, do ecologismo dos pobres) não propõe o regime socialista como meio ou finalidade. Para mais informações ver: ALIER, Joan Martínez. *O Ecologismo dos Pobres*. São Paulo, Contexto: 2007.

⁵¹ SCHINKE, Gert. *Ecologia Política*. Porto Alegre: Tchê, 1986. p. 20.

(entendidas como primitivas) deveriam ser absorvidas pelo progresso para tornarem-se potencializadoras da Revolução. Atualmente sabemos o valor das sociedades tradicionais para o equilíbrio e manutenção dos ecossistemas, assim como a necessidade de implementação de medidas com vista a perpetuarmos seu conhecimento.

Nesse sentido, podemos inferir que a visão ecologista, que derivou da ascensão dos novos movimentos sociais no fim da década de 1960, fundamentada a princípio por uma visão pós-materialista, tende a se indispor em essência não só com o ecossocialismo, mas também com o ecocapitalismo, visto que ambas continuam a se sustentar em sistemas produtivos, embora tenham atenuado o discurso ao incorporarem o ecologismo. Pois, como vimos em seção anterior, a postura pós-materialista (apesar de contestada e ultrapassada por ser uma concepção primeiro-mundista), tem sua origem na tentativa de transcender seus objetivos à antiga polarização de base material dos sistemas econômicos capitalista e socialista.

É evidente que o ecossocialismo faz uma releitura das análises e proposições marxistas, que levam em consideração algumas distorções, ou metas anacrônicas, como a supremacia da classe vanguardista e a necessidade de expansão do industrialismo com o objetivo de ampliá-la. Mas não deixa claros seus métodos, ou seja, se o socialismo seria um fim a ser atingido através da consciência ecológica (sendo esta apenas um meio para facilitar a construção do “novo” sistema, para o qual se faz essencial outra ética humana, ou o despertar de um novo homem), ou se a sociedade ecologista seria a finalidade através do socialismo. De qualquer forma, corre-se o risco do ecologismo servir utilitariamente a outra finalidade.

Alguns autores argumentam que não apenas Marx, mas outros pensadores dos séculos passados, apesar de perceberem a devastação ecológica como um dos frutos malditos da revolução industrial, muitas vezes mencionadas em suas obras, não eram ecologistas. E como homens do seu tempo, viam outras necessidades como prioritárias, mesmo porque as agressões ambientais nos séculos XVIII e XIX possuíam uma dimensão mais restrita. Isto é, além da devastação ter um ritmo menor elas tinham impacto local. Contudo, somente a partir da aceleração da globalização econômica e das sucessivas transformações do capitalismo (tal como a implantação da lógica de acumulação flexível), houve a ampliação frenética da dimensão da devastação ecológica na mesma proporção, tornando necessário o ativismo ambiental.

Além do argumento do aumento do potencial destrutivo do capitalismo em sua fase atual, os ecossocialistas afirmam sua posição contra o capitalismo dizendo que, o

conhecimento produzido, a ciência e a tecnologia favorecem apenas a burguesia, enquanto as camadas populares ficam vulneráveis à contaminação do meio ambiente: “eles é que moram ao lado das fábricas respirando o pó e a fumaça. Moram nas vilas que na sua maioria são depósitos de lixo. Enfrentam as piores poluições nos locais de trabalho”⁵². Este dado torna-se indiscutível ao fazermos uma simples referência à questão “Cubatão” no Brasil, área industrial residida por operários e comunidades carentes, que na década de 1980 causou grande impacto na opinião pública mundial quando veio à tona a informação sobre o nascimento de crianças com acefalia⁵³.

Portanto, e na perspectiva dos ecossocialistas, o ecologismo alcançaria o ponto mais alto de sua legitimidade social através da abordagem marxista.

A ecologia social, da mesma forma que o ecocapitalismo e o ecossocialismo, é classificada como parte integrante da ecopolítica intermediária. Esta vertente, por sua vez, possui inspiração anarco-comunista, e prega o cooperativismo e a solidariedade social. Do seu ponto de vista, a sociedade natural é intrinsecamente anárquica, na medida em que cada elemento que constitui o meio ambiente possui uma importância específica. Isto significa que não seria possível classificar hierarquicamente, em termos de importância, cada um dos elementos que compõem a natureza.

Segundo os ecologistas sociais, a relação simbiótica homem/natureza deveria produzir ações sustentáveis por parte da humanidade neste relacionamento, de forma a minimizar os impactos ambientais e beneficiar as sociedades. Para isso, a cooperação, a democracia e a organização social em bases locais tornam-se imprescindíveis.

Alhier é um dos grandes teóricos do ecologismo social, mas prefere identificar esta corrente como “ecologismo dos pobres”. Esta ramificação do ecologismo estuda os chamados conflitos ecológicos distributivos, o qual se manifesta em âmbito mundial pelo aproveitamento excessivo dos recursos naturais pelos países mais industrializados, em forma de pilhagem nos países em desenvolvimento. A extração destes recursos, por sua vez, acaba por ter graves reflexos locais no mundo em desenvolvimento, colocando

⁵² Idem, Ibidem, p. 18.

⁵³ Cubatão, conhecida mundialmente como vale da morte, tornou-se alvo da atuação governamental através de políticas de meio ambiente, e incentivou a criação do embrião do que viria a ser em 1989 a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, por meio de uma reestruturação da Cetesb (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental) em 1983. Consta desta data a criação de dois novos órgãos nesta entidade, a Diretoria de Planejamento e Gestão Ambiental e a Superintendência de Educação Ambiental, com o objetivo primordial de atuar na cidade de Cubatão. Em 1989, com a criação da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, os organismos de gestão e educação ambiental criados na Cetesb em 1983 são transferidos à Secretaria. Para mais informações ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. *Educação Ambiental: vinte anos de políticas públicas*. São Paulo: SMA, 2003.

em perigo suas populações devido à contaminação do meio, desalojando comunidades para o estabelecimento de obras modernizantes em áreas rurais (tal como a construção de hidrelétricas, estradas férreas ou pavimentadas), privilegiando setores da indústria agrícola ou extrativista em detrimento das comunidades locais. A análise dos conflitos socioambientais coloca em evidência a forte oposição entre o crescimento econômico e meio ambiente, questionando a máxima do desenvolvimento sustentável.

O eixo principal desta corrente não é uma reverência sagrada à natureza, mas, antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje. Sua ética nasce por uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos⁵⁴.

Uma das bases do ecologismo dos pobres é a chamada justiça ambiental, que metodologicamente uniu os problemas socioambientais urbanos aos conflitos rurais. Segundo Alier, a justiça ambiental encontra seu vínculo de origem nos movimentos pelos direitos civis de Martin Luther King nos EUA da década de 1960. Por tratar da inserção dos negros na esfera da cidadania norte americana, Luther King também reivindicou melhores condições de trabalho aos lixeiros cuja saúde estava em risco. Mas o movimento por justiça ambiental só se torna consciente de si na década de 1980, momento em que as manifestações sobre os dejetos tóxicos em comunidades étnicas começaram a se multiplicar nos EUA, em “áreas predominantemente povoadas por populações indígenas, afro-americanas e latinas”.⁵⁵

O autor salienta o caráter universal dos conflitos socioambientais e afirma que o ambientalismo popular, ou dos pobres, tornou-se a tendência majoritária do movimento ecologista como consequência da expansão econômica. Nesta direção, além das populações carentes constituírem a maior parcela da população mundial, muitos movimentos sociais que não se reconhecem como ambientalistas na realidade o são, devido à natureza de suas reivindicações.

Fazendo extrema oposição às vertentes políticas do antropocentrismo moderado, temos as vertentes biocêntricas. Fazem parte da esfera do biocentrismo, além de outras correntes, o ecofeminismo, a ecodireita e o movimento *Earth First!*

⁵⁴ Cf. ALIER, 2007, p. 34.

⁵⁵ Cf. ALIER, p. 230-231.

No ecofeminismo, a natureza é encarada como elemento feminino e expressões como “a mãe terra” podem evidenciar este sentido. Nesta concepção, o processo de agressão à natureza seria desencadeado por uma postura patriarcal e machista.

As idéias da ecodireita fundamentam-se no nacionalismo e no elemento étnico, além de se declarar anti-capitalista e ter seu maior exemplo nas práticas ecológicas impulsionadas pelo governo nazista que tinha como meta central o embelezamento do mundo⁵⁶. Este governo estabeleceu as primeiras reservas ecológicas da Europa, além de praticar o reflorestamento em larga escala, realizar pesquisas com a finalidade de produzir fontes de energia alternativa, entre outros⁵⁷.

E, por fim, o movimento *Earth First!*, de origem norte americana. A natureza, para este grupo ativista, se mostra mais importante que a espécie humana, e o industrialismo é encarado como um mal irreparável e fonte inequívoca e inesgotável de degradação ambiental. O *Earth First!* é denominado de movimento ecofundamentalista conforme outro tipo de classificação, mais genérica, que veremos logo abaixo.

Outros autores fazem uma classificação mais simplificada para entendimento e fácil visualização das correntes ideológicas verdes mais atuantes. Viola⁵⁸ distingue as correntes ecologistas em apenas quatro: fundamentalistas, realistas, ecossocialistas e ecocapitalistas. Como já nos debruçamos sobre estas duas últimas correntes da ecopolítica, complementaremos nossa exposição com uma breve caracterização dos fundamentalistas e realistas.

Os ecofundamentalistas são os mais radicais no quadro de vertentes ecológicas. De acordo com Viola, os ecofundamentalistas se preocupam com a pureza do movimento ecológico e possuem caráter messiânico autoritário, aspectos que comprometem sua ligação com partidos políticos e com outros movimentos sociais. Também possuem uma postura que autoriza a construção de uma “eco-sociedade” (sociedade alternativa ou mundo à parte) na periferia da sociedade capitalista e consumista.

Outras correntes da ecopolítica fazem críticas a esta tendência e acusam-na de caricaturar o ecologismo, responsabilizando-a por um impacto negativo na opinião

⁵⁶ Nesta estratégia estética entrava em pauta não só o conservacionismo ecológico, mas também a pureza étnica, o resgate da arte greco-romana na arquitetura, pintura e escultura. Conforme a perspectiva do embelezamento nazista, a arte de vanguarda modernista, com a subversão das formas, retratava a deterioração do mundo. Elementos que são explorados de maneira espetacular através da obra cinematográfica: “Arquitetura da Destruição” de Peter Cohen, lançado em 1994 nos EUA.

⁵⁷ VINCENT, 1993 apud RABÓCZKAY, 2004, p.87.

⁵⁸ Cf. VIOLA, Eduardo. *O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica*. In. PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

pública. Acabam sendo difundidas referências que marcam o movimento ecologista como inviável, por identificá-lo como um movimento que almeja defender apenas o ambiente natural através de uma contraposição grosseira do campo ecológico e socioeconômico. Constrói-se, a partir daí, uma visão de meio ambiente desvinculada de seu real significado: interação homem-natureza.

Já os realistas se preocupam em dosar ideais e metas ecológicas com a realidade mais imediata. Preocupam-se com a democracia e esforçam-se em consolidar alianças com outras tendências ambientalistas e movimentos sociais diversos. Os realistas, portanto, estariam localizados em um espaço intermediário, se formos considerá-los (a título de visualização) dentro de estrutura linear que vai do antropocentrismo ao biocentrismo. Propõem ações imediatas de proteção e sustentabilidade nas relações homem e natureza, além de possuírem uma visão socioambiental que apóia a formatação múltipla da sociedade (urbana, campesina e comunidades tradicionais). Defendem que as “causas ambientais” contribuem para a eliminação de diferenças sociais, melhoria das condições de vida da população e do ambiente natural. Tendem a uma postura conciliadora entre as diversas vertentes ambientalistas.

2.2.2 O ambientalismo na esfera filosófica

Internamente aos questionamentos filosóficos da ecologia, um dos temas muito abordados é a eminente medida de valores que se solidificou na modernidade: “o humanismo antropocêntrico”. A determinação do homem em dominar a natureza, assim como a ênfase concedida à razão instrumental e ao utilitarismo constituíram-se em alvo principal das discussões entre os ecologistas. Nesta perspectiva, temos dois parâmetros para travar tais discussões no ecologismo, o eixo antropocêntrico e o eixo biocêntrico.

O eixo antropocêntrico, na perspectiva ecológica, tende a tratar as questões relacionadas à deterioração ambiental de forma a privilegiar as necessidades do homem, e se subdivide em preservacionismo e conservacionismo. Tanto o pensamento preservacionista como o conservacionista podem ser considerados, dentro da estruturação filosófica, como duas perspectivas que fazem parte de uma única corrente geral chamada *antropocentrismo moderado*. No entanto, de acordo com Rabóczkay⁵⁹ o conservacionismo se distingue do preservacionismo na medida em que o primeiro utiliza-se de interesses econômicos para justificar a sua defesa à natureza - conservar

⁵⁹ RABÓCZKAY, Tibor. *Repensando o Partido Verde Brasileiro*. São Paulo: Ateliê editorial, 2004.

para haver condições de desenvolvimento-, além de ver os seres humanos como sujeitos externos ao meio natural. Já os preservacionistas, preocupam-se em *preservar contra o desenvolvimento*, sustentam-se em justificativas estéticas e religiosas e enxergam a humanidade como elemento internamente relacionado com a natureza.

De acordo com a posição antropocêntrica conservacionista, a preservação ambiental é vista com a finalidade primeira de beneficiar a sobrevivência da humanidade, levando em consideração o desenvolvimento econômico e o bem estar das sociedades. Este critério enxerga o homem como o único ente capaz de estabelecer o valor dos recursos, e neste sentido, elementos da natureza possuem valor secundário, cumprindo a função de suprir os anseios da humanidade.

Segundo Vincent⁶⁰, o ecologismo antropocêntrico de modo geral, no qual a natureza se reveste de valor conforme princípios utilitários e instrumentais estipulados pelo homem, não corresponde sempre à interpretação de que o mundo natural esteja em uma posição inferior ao dos seres humanos, pois o determinante humano de valoração dos elementos naturais pode culminar na sobreposição de importância da natureza. Isso implica que o “antropocentrismo problema” é aquele que se consagra na forma peculiar assumida na modernidade e desenvolvido junto ao capitalismo.

Por parte dos ecologistas, inclusive dos ecologistas antropocêntricos, as maiores e mais duras críticas se dirigem ao humanismo antropocêntrico utilitarista. Este, conforme Unger, se fortaleceu na modernidade e traçou o percurso da civilização ocidental. “É a postura diante a qual o homem entende sua humanidade na razão direta de sua capacidade de dominar e manipular a natureza. É essa postura de tiranização da vida que parece um dos eixos da crítica do pensamento ecológico atual”⁶¹. Sem dúvida, este é um argumento forte de sustentação do ecologismo diante dos pressupostos da modernidade em crise, do qual faz parte a crítica pós-modernista.

De acordo com a exposição acima, devemos inferir a existência de uma distinção entre antropocentrismo humanista do antropocentrismo ecológico (ou moderado), pois este último embora tenha uma mentalidade ligada aos meios instrumentais de aproveitamento da natureza e veja o homem como medida de todas as coisas, zela pela conservação e manutenção ambiental.

⁶⁰ VINCENT, 1993 apud Rabóczkay 2004, p.72.

⁶¹ UNGER, Nancy Mangabeira. Humanismo e antropocentrismo: o ecologismo como questão filosófica. In: UNGER, Nancy Mangabeira (Org.). *Fundamentos Filosóficos do Pensamento Ecológico*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 19.

No outro extremo do pensamento ecologista deparamo-nos com a corrente ecocêntrica ou biocêntrica. O biocentrismo, como a própria designação propõe, se afasta dos interesses humanos em relação ao ambiente natural. Sua proposição básica consiste na defesa do argumento de que todos os elementos da natureza possuem valor intrínseco, independente do sistema de valoração imposto pelo homem. Este pensamento leva em consideração a inexistência de hierarquia no meio ambiente, já que todos os elementos naturais possuem uma função no ecossistema. Portanto, o direito de existência de cada um destes elementos deve ser respeitado e garantido.

Um dos setores mais importantes do ecocentrismo, ou biocentrismo, é chamada de ecologia profunda (*deep ecology*). Os idealizadores e criadores de seus fundamentos foram os norte-americanos A. Naess e George Sessions. Algumas de suas proposições consistem em: a vida humana e não humana, em toda sua riqueza e diversidade, possui valor intrínseco; o homem só pode interferir na diversidade dos elementos naturais para satisfazer necessidades vitais; necessidade de uma política de controle populacional; a qualidade de vida contrapõe-se ao alto padrão de vida; defesa de modificação das estruturas econômica, política, tecnológica e cultural; igualitarismo entre as espécies que vivem (conhecido como igualitarismo biocêntrico); contestação à neutralidade das ciências naturais⁶².

No entanto, existem correntes intermediárias, as quais estão localizadas entre o antropocentrismo moderado e o biocentrismo. Cada uma destas correntes intermediárias tende a se direcionar umas mais para o antropocentrismo e outras mais para o biocentrismo. Conforme pesquisa empreendida por Rabóczkay⁶³ acerca das correntes do ecologismo filosófico mundial, podemos visualizar duas grandes vertentes da corrente intermediária no pensamento ecológico-filosófico.

Uma das vertentes intermediárias do ecologismo é o “extensionismo moral”, que possui uma inclinação para o antropocentrismo moderado. Esta ligação com o antropocentrismo se deve ao fato de que, embora seja considerado o valor da natureza, é o homem em última instância o responsável por engendrar o seu valor.

O extensionismo moral, por sua vez, possui quatro subcategorias. Nesta categoria bastante ampla entram em pauta temas como a senciência (capacidade de sentir) dos animais, o polimorfismo (em que a complexidade do meio-ambiente resulta

⁶² Cf. RABÓCZKAY, Tibor. *Repensando o Partido Verde Brasileiro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. p. 76-77.

⁶³ RABÓCZKAY, Tibor. *Repensando o Partido Verde Brasileiro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

em uma multiplicidade de valores conflitantes, conforme a relação estabelecida pelo homem com a natureza em contextos históricos específicos), ou a consideração de que tanto o homem quanto a natureza possuem valor ao representar uma união espiritual divina (ponto de vista religioso).

A outra vertente intermediária da filosofia ecologista é conhecida por “holismo relutante”, e se aproxima de um ecocentrismo moderado a partir do momento em que liga suas idéias aos argumentos que ressaltam o valor intrínseco de todos os elementos que compõem a natureza.

O holismo relutante ultrapassa o extensionismo moral, na medida em que coloca o valor além da senciência, pois na teoria da senciência apenas os humanos e os animais incorporam valor, justamente por serem os únicos que detém a capacidade de sentir. Nesta perspectiva, as plantas, os rios, os oceanos não seriam dotados de valor. O holismo relutante, contrariando esta tendência, afirma o valor da totalidade da biosfera, incluindo o homem apenas como um dos elementos que a compõe.

Contudo, como foi dito acima, no âmbito político existe uma outra maneira de organização das vertentes ecologistas. Isto significa que as correntes da ecopolítica, apesar de terem suas idéias conectadas de alguma forma ao ecologismo filosófico – principalmente no que se refere à aproximação ou distanciamento do ecocentrismo e do antropocentrismo – se distinguem da divisão realizada no âmbito da Filosofia.⁶⁴

A intenção de fazer aqui uma breve análise de algumas vertentes ecologistas na filosofia e na política é a de expor as características mais marcantes destas principais correntes, de forma a ter em vista a forma como elas se inserem no universo político-filosófico do ecologismo mundial. Para tanto, tomamos por base a literatura especializada e escolhemos, ao nosso critério, deixar de enumerar e caracterizar algumas outras correntes existentes. Segue abaixo, para fins de visualização, um quadro esquemático com a localização das vertentes ecologistas expostas⁶⁵.

Eco-Filosofia		
Antropocentrismo	Intermediário	Biocentrismo

⁶⁴ Cf. RABÓCKAY, 2004.

⁶⁵ O quadro esquemático, com a localização das principais tendências do pensamento ecológico, tem sua formulação baseada no esquema da pesquisa empreendida por Rabóckay. Para mais detalhes consultar: RABÓCKAY, Tibor. *Repensando o Partido Verde Brasileiro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. p. 73 e 82.

Conservacionismo	Extensionismo moral -	<i>Deep Ecology</i>
Preservacionismo	Holismo relutante	

Figura 2: subdivisões de vertentes da eco-filosofia mencionadas no texto. Fonte: RABOCZKAY, 2004. (adaptado).

Ecopolítica		
Antropocentrismo	Intermediário	Biocentrismo
Conservacionismo	Ecocapitalismo	Ecofeminismo
Preservacionismo	Ecossocialismo	Ecodireita
	Ecologia Social	<i>Earth First!</i>

Figura 3: quadro esquemático subdivisões da ecopolítica mencionadas no texto. Fonte: RABOCZKAY, 2004. (adaptado).

Através da observação do quadro e da exposição dos elementos caracterizadores das vertentes ecológicas vistas acima, podemos constatar que as tendências filosóficas não encontram uma fiel projeção nas vertentes da ecopolítica. Na verdade, uma reprodução fiel do campo filosófico na política não seria algo esperado, muito menos natural. Neste aspecto, Rabóckay se desorienta perante o declínio de sua expectativa de encontrar uma conexão mecânica entre filosofia e política ecológicas, e propõe uma justificativa grosseira para tal desilusão: “O filósofo, normalmente refugiado na academia, pode radicalizar, apontar caminhos, esbravejar críticas – ele nunca teve a obrigação de dar soluções de fato. Partido político não é academia, e a arena do político é a vida real”⁶⁶.

Não há uma forma perfeita de classificação das vertentes do ecologismo, seja ela compreendida através do ponto de vista político ou filosófico.

Na política o ecologismo se desenvolveu de fato, de acordo com a evolução dos problemas ambientais. E muitas organizações atuantes na proteção socioambiental, embora tenham se originado a partir de uma só concepção (seja ela antropocêntrica ecocapitalista ou biocêntrica ao modo *deep ecology*), quando estão em ação, negociando o que pode ser feito de melhor pelo meio ambiente, misturam tendências políticas e filosóficas.

Ressalvo que uma organização pode pertencer a mais de um desses tipos... Quanto ao Greenpeace, trata-se de uma organização fundada há trinta anos com base na preocupação com testes nucleares com finalidade bélica e em defesa da preservação das baleias em perigo de extinção... O Greenpeace teve importante papel na Convenção da Basiléia. Tem apoiado comunidades

⁶⁶ Idem, Ibidem, p. 83

dos mangues na resistência contra a carcinicultura. Por vezes tem assumido o papel de promotor da ecoeficiência, quando recomenda um refrigerador na Alemanha que não apenas dispensa CFC como também é eficiente no uso da energia. Entretanto, uma coisa une todos os ambientalistas: ...o *lobby* antiecologista...⁶⁷

A esfera filosófica, por sua vez, preenche as lacunas fundamentais na investigação das diversas concepções que pairam sobre o ecologismo, fornecem uma importante colaboração e sustentáculo a homens e mulheres que almejam refletir sobre o tema, oferecendo substância as suas posturas e escolhas.

⁶⁷ Cf. ALIER, p. 39.

CAPÍTULO III- AMBIENTALISMO NO BRASIL E PARTIDOS VERDES: BREVE RETROSPECTO

Podemos de fato inferir neste momento que a dimensão ideológica, após a introdução da perspectiva ecológica, sofreu alteração substantiva no sentido da existência da mais tradicional polarização política: esquerda e direita. A antiga díade entre sociedade capitalista e socialista fora substituída (ou no mínimo relativizada), pelos atores que promovem os valores verdes.

Após a realização da primeira Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano (Estocolmo 72), assistimos a um intenso processo de constituição de ONGs ambientalistas, movimentos sociais ecologistas, assim como a partidarização do ecologismo, através da fundação dos Partidos Verdes no mundo.

Um dos fatos que marcam a transformação da díade política clássica pode ser exemplificada pelo próprio processo que a partidarização do ecologismo desencadeou, na medida em que, paulatinamente, houve a adoção de argumentos e medidas que visam o benefício ecológico pelos partidos de posição liberal, conservadora e socialista, fenômeno que começa a ocorrer principalmente após a Rio 92.

Não é nossa meta atentarmos para os motivos da adoção do discurso ambiental por tais partidos, que muitas vezes podem ter o objetivo mais restrito de captação de votos dentro do mercado eleitoral. Sem dúvida, a crescente importância de temas ambientais no contexto internacional, com a preparação de Conferências e Tratados Internacionais sobre o tema, repercutiu e impulsionou não apenas os partidos políticos, mas também a ação de governos.

De acordo com “os verdes”, a nova contraposição ideológica encontra-se entre sociedade predatória industrialista e sociedade ecológica. Isso significa que os verdes fazem esforços para lançar propostas e estratégias visando a construção de um novo paradigma de desenvolvimento, através de uma transformação cultural na sociedade, que objetiva modificar não só o padrão de consumo, mas os padrões de felicidade e de riqueza.

Isso não significa que as antigas polarizações políticas deixaram de existir. O fato é que podemos detectar novos elementos ideológicos que, de alguma forma, se articulam, se sobrepõe ou minimizam as antigas polarizações. Esse novo elemento possui nome: *ecologismo*.

3.1 Aspectos do desenvolvimento do ambientalismo brasileiro.

De acordo com estudo acerca do desenvolvimento do movimento ambiental e ecológico no Brasil, empreendido por Eduardo Viola¹, podemos constatar três fases na trajetória de seu amadurecimento. A primeira fase seria a ambientalista (1974-1981), a segunda, a fase de transição (1982-1985), e por fim, a chegada da ecopolítica (1986).

A primeira fase do movimento ecológico brasileiro possuía um caráter conservacionista, de modo que sua preocupação fundamental era a preservação do meio ambiente natural. Neste período da história do movimento, suas ações estavam voltadas à proteção e denúncia de desastres e todo o tipo de degradação causada ao meio ambiente, principalmente através da ação das indústrias.

Segundo Viola, existiam duas tendências principais do movimento ambientalista à época de sua fase inicial, a primeira delas consistia exatamente no movimento de denúncias da degradação ambiental. A outra tendência era formada pelas comunidades alternativas rurais. Estas comunidades foram influenciadas pelo movimento hippie norte americano, que desencadearam o surgimento de comunidades alternativas nos EUA, e começaram a se fazer presentes no Brasil em meados da década de 1970.

As comunidades rurais nasciam em contraposição ao estilo de vida crescente nos grandes centros urbanos, e se mantinham afastadas de outros movimentos sociais típicos das cidades. Neste sentido, olhavam de forma negativa o “milagre econômico” do governo militar, e pareciam ter abandonado a possibilidade de transformação da sociedade. Por este motivo, uma de suas características era o isolamento. Seus membros compartilhavam uma visão pessimista do mundo, quase apocalíptica, onde a escolha por viver distante de um determinado padrão de vida, de tendência altamente consumista e industrialista, visava não compactuar com o processo de degeneração humana e ecológica.

No entanto, as comunidades alternativas rurais se mostravam inviáveis em termos de sustentabilidade, isso por vários motivos. Como os participantes das comunidades rurais eram, em sua maioria, membros citadinos, de profissões ligadas aos trabalhos desenvolvidos nestes centros, o trabalho no campo se apresentou mais duro e complicado do que previam. E, com o tempo, muitas destas comunidades passaram a se

¹ VIOLA, Eduardo. *O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica*. In. PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

esvaziar, tamanha a dificuldade encontrada por seus membros em manterem-se em ambiente rural. Podemos acrescentar o fato de que a aceleração do capitalismo mundial, com todos os seus subprodutos, passou a atingir todas as comunidades do mundo e, embora de maneira distinta, colaborou para a percepção de que se isolar em comunidades alternativas não os deixaria imunes ao processo de degradação socioambiental.

As duas tendências do movimento ecologista brasileiro na fase ambiental, os movimentos de denúncia da degeneração da natureza e as comunidades alternativas rurais, possuíam alguns aspectos similares importantes. Enxergavam o mundo da política como um ambiente obscuro de corrupção e de falta de compromisso com os anseios populares, e, portanto, se consideravam apolíticos. Este aspecto repercutia de maneira a afastar o movimento ecológico dos partidos políticos. Tais movimentos também não refletiam a degradação ambiental como elemento resultante das vicissitudes da organização do poder e da propriedade.

É importante ressaltar que a fase ambientalista do movimento ecológico brasileiro entra em convergência com a primeira fase do movimento em países de primeiro mundo que, da mesma forma, tinham caráter conservacionista. Contudo, as idéias e avanços do movimento ecologista dos países desenvolvidos foram paulatinamente transportados para o Brasil sempre com um certo atraso temporal. Mas é importante salientar que a virtude do desenvolvimento ecologista nacional deriva de uma tradução das especificidades locais, já que os problemas ambientais nos países de primeiro mundo resultam de aspectos da sua própria lógica socioeconômica.

O contexto político brasileiro confere um aspecto singular à evolução e condução do movimento ecológico no ambiente doméstico. Nesta primeira fase do ecologismo, como o regime militar ainda se mostrava rígido, todos os movimentos sociais reivindicativos eram silenciados ou ficavam sob tutela da Igreja Católica. No caso do movimento ambientalista, que se mantido distante da Igreja, embora gozasse de autonomia e “pureza ideológica” devido à distância mantida diante de outros movimentos, teve também o eco de sua voz comprometido pelo autoritarismo.

Com o incentivo do governo autoritário, a chegada de multinacionais no país foi condicionada por propagandas referentes às facilidades oferecidas pela ausência de exigências na implementação de técnicas não poluentes nas indústrias, assim como a existência de mão de obra barata no país. Ou seja, era dito muito claramente pelo governo militar, que as empresas poluidoras eram bem-vindas ao Brasil. As declarações

desta natureza causavam espanto nos países desenvolvidos, onde as conquistas dos movimentos ambientalistas tinham resultado em políticas antipoluição.

Ferreira², em seu estudo sobre a evolução das políticas públicas ambientais no Brasil, comenta a mudança da postura brasileira nas duas últimas décadas, que tende a assegurar a diversidade socioambiental. Ações bem diferentes as de um passado recente, exemplificada pela posição assumida pelo Brasil, em conjunto com outros países periféricos, durante a Conferência de Estocolmo em 1972. Neste evento, as nações subdesenvolvidas recusaram-se admitir a urgência das questões ecológicas, alegando os entraves ao desenvolvimento econômico caso fossem adotadas medidas objetivando a preservação.

Conforme pesquisa empreendida por Santos³, alguns setores do movimento ambientalista conservacionista nacional passaram a ser agregados pelo regime militar que, durante a década de 1970, criou uma burocracia estatal para administrar alguns problemas ambientais, principalmente urbanos. Caso do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente) na esfera federal, e Cetesb (Centro Tecnológico de Saneamento Básico) em São Paulo.

Viola ainda comenta a respeito do grau de poluição industrial, que as indústrias mais poluentes e que, ao mesmo tempo, criavam (e criam) mais resistência em inserir mecanismos antipoluição seguem na seguinte ordem: indústrias nacionais privadas, indústrias estatais e, por último, as indústrias estrangeiras. Este fato mostra como fica comprometida a atuação dos movimentos ecologistas brasileiros, visto que o principal entrave às suas reivindicações reside entre sua própria elite política e econômica.

Além do fato mencionado acima, Viola⁴ constata que no princípio do movimento ecologista brasileiro havia uma dificuldade de adesão popular. Isto implicava (e, muitas vezes, ainda implica), uma resistência entre os estratos sociais menos favorecidos na mobilização em torno das causas ecológicas. Este fato não pode ser visto como um demérito às classes populares, que possuem um padrão de consumo e de prioridades que atropelam, e obliteram, o problema ecológico quando visto com imediatismo.

² Cf. FERREIRA, Leila da Costa. A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.

³ SANTOS, Adriana Vitória. *A institucionalização do Ambientalismo: um estudo da formação do Partido verde no Brasil*. São Paulo: PUC, 2008.

⁴ Idem, Ibidem.

No entanto, como foi notificado no capítulo anterior, muitos movimentos de reivindicação popular, tanto em áreas rurais como em centros urbanos possuem fundamento ambientalista (inserindo-se no campo da justiça ambiental), embora estes movimentos não se denominem como tal. Neste sentido, não podemos nos esquecer das lutas que se iniciaram no final da década de 70 por Chico Mendes no Acre, que propiciaram a união entre a preservação da Floresta Amazônica, os interesses econômicos das comunidades locais, com as reivindicações por autonomia da população indígena e dos seringueiros. Assim como não podemos deixar de considerar a força das reivindicações do movimento de atingidos pelas barragens e sua ligação com as causas ambientais⁵.

A partir daí surge a possibilidade de inferirmos que as camadas menos favorecidas possuem preocupações ambientais. Mas temos que admitir que o ecologismo popular se configurou recentemente, tanto como estratégia política, levada em consideração por organizações de natureza diversa, como campo do estudo sociológico.

Neste primeiro estágio do ambientalismo no Brasil, o distanciamento entre setores mais carentes da população e organizações ambientalistas se agravava, na medida em que as reivindicações ecologistas eram entendidas como elemento descolado dos problemas sociais mais urgentes. Esta questão, sem dúvida, restringiu o potencial de amplitude do movimento, que permanecia inflado principalmente por setores de classe média.

A segunda fase do movimento ecologista é compreendida como o momento de *transição*. Essa transição significa que a fase ambientalista (marcada pelo conservacionismo e pelo purismo político) estava sendo superada. Neste processo, ao mesmo tempo em que novas idéias amalgamavam os problemas sociais à deterioração do meio ambiente, vislumbrava-se a emergência de novas estratégias de atuação dos movimentos ecologistas, que viriam a ser conhecidas como ecopolítica.

Esta segunda fase do ecologismo brasileiro pode ser localizada temporalmente a partir de 1982, como uma tendência que acompanha os acontecimentos políticos em nosso país. Resultado de modificações de teor institucional dentro do quadro da política de descompressão do governo militar, que derivou na organização da sociedade civil em grupos de reivindicação, na liberalização dos partidos políticos e nas eleições diretas

⁵ Cf. WALDMAN, Maurício. Ecologia e lutas sociais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1994.

para o executivo e legislativo estadual. Esta situação desencadeou uma série de discussões a respeito da participação e apoio dos movimentos ecologistas aos partidos e candidatos ao governo do estado e aos deputados.

Neste momento, a grande maioria dos membros dos movimentos ecologistas brasileiros se declararam contra o envolvimento direto de seus seguimentos com os partidos políticos. A tática escolhida por tais movimentos se restringiu ao apoio de candidatos de plataforma ambiental. E quando se iniciaram os debates acerca da criação de um Partido Verde no Brasil, muitos ambientalistas também tiveram um posicionamento contrário.

No início da década de oitenta, em decorrência da anistia promulgada em 1979, os exilados políticos iniciaram seu trajeto de volta ao Brasil. E com eles, novas idéias foram inseridas no novo cenário político carioca. Os personagens políticos que se envolveram com as idéias ecologistas do primeiro mundo absorveram noções pós-materialistas, além de colocarem em pauta outras discussões, tal como a importância da participação na esfera política e institucional. Isso se deve às reflexões sobre a conexão entre os problemas ecológicos e sociais, e a oportunidade aberta pelo processo de transição democrática. Porém estes anistiados, que retornaram ao Brasil trazendo idéias pós-materialistas, consistiam em um pequeno grupo de cariocas, tendo como seus expoentes o futuro núcleo de formação do Partido Verde: Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis, Carlos Minc e Liszt Vieira.

Neste contexto, nas eleições de 1982 setores minoritários do movimento ecológico brasileiro começaram a apoiar os candidatos do PT e PMDB, que levantavam bandeiras ambientalistas. Na campanha das diretas, em 1984, o apoio político das associações ecológicas já havia se ampliado. E é nesse momento que se constituía um novo consenso dentro do ecologismo brasileiro, que vinculava o tipo de desenvolvimento econômico, o modelo agrário, e a organização do poder com a deterioração ambiental.

Nesta época, como nos informa Viola⁶, já existia um diálogo maior entre os movimentos ecologistas dos diferentes estados e regiões brasileiras. E foram empreendidos encontros periódicos para a discussão dos principais problemas ecológicos de cada região, assim como a formulação de ações conjuntas frente ao poder público.

⁶ Cf. VIOLA, Eduardo. *O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica*. In. PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

Em 1985, nos encontros ecologistas regionais, dos quais participavam os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, discutia-se uma agenda unificada que traduzisse os interesses de alguns⁷ grupos ecologistas e partidos políticos, com vistas à presença de questões ambientais na constituinte.

Neste momento, havia sido formado no Rio de Janeiro o CIEC (Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte), que contava com a participação dos estados acima citados.

Se em 1982, a maioria dos movimentos ecologistas era contrária à participação na esfera político-partidária, em 1985 a posição se tornou favorável e majoritária entre os ecologistas. Principalmente, porque havia muitos candidatos saídos do interior do movimento.

No período que envolve os anos de 1982 a 1985, o processo de redemocratização se mostrou bastante relevante no que diz respeito ao aumento da participação popular no movimento ecológico, e a ampliação da preocupação ambiental por segmentos sociais diversos. Constatase, portanto, um aumento no número de associações ambientalistas e a elevação numérica de seus membros. O ecologismo passa a penetrar nos setores universitários e se ampliar na classe média, além de iniciar relação com sindicalistas. Este fato pode ser explicado pela ocorrência da vertente ecossocialista em alguns partidos de esquerda.

A fase de maturação do ecologismo brasileiro se deu através do processo de transição exposto acima, e culminou na consolidação da chamada *ecopolítica* em 1986, de acordo com a periodização feita por Viola⁸.

A opção *ecopolítica* se revela pelo reconhecimento da via política na esfera parlamentar e governativa como estratégia de atuação do movimento ecologista. Esta via política poderia ser conduzida através de instituições partidárias ou do envolvimento indireto com as instâncias de poder por meio da pressão exercida pela sociedade civil organizada. Na verdade, o significado central da *ecopolítica* se enquadra no olhar pelo qual são vistos os problemas ambientais, isto é, como realidade intrinsecamente ligada ao contexto socioeconômico regional e mundial. Não se tratava mais de encarar a degradação ambiental como problemática passível de ser solucionada sem um amplo

⁷ Dizemos alguns grupos ecologistas, já que as discussões ambientais levadas a cabo neste contexto não agregava a multiplicidade de movimentos e demandas ecologistas de outros Estados e regiões da Federação.

⁸ Idem, Ibidem.

debate com a sociedade e com os órgãos de poder público (governo) e privado (empresas).

Um dos dados mais relevantes da fase ecopolítica, se manifesta na reflexão da necessidade de constituição de um partido político de ideologia verde. A outra face da transformação do ambientalismo para a ecopolítica se encontra na reavaliação da eficácia e abrangência de suas ações, através da reformulação de suas estratégias de luta.

No segundo encontro do CIEC, realizado em janeiro de 1986, seus membros tinham em vista dois objetivos, um deles consistia na “elaboração de uma plataforma ecologista nacional, e a outra era decidir as regras gerais para a formação das listas verdes estaduais. Listas transpartidárias compostas por membros do movimento ecologista para atuarem na Constituinte”.⁹

A concordância em participar da Constituinte era quase unânime no interior do movimento, porém em 1985 houve uma grande polêmica quando foi anunciada a possibilidade de fundação de um Partido Verde, que de fato ocorreu no ano seguinte, em janeiro 1986, na cidade do Rio de Janeiro. Uma das principais preocupações dos ativistas, que permeavam as posições contrárias à criação de um partido verde no Brasil, era a de contaminar e desviar a atenção do movimento ecologista, assim como a ocorrência de um eventual fracionamento do movimento.

Porém, as iniciativas contrárias à construção do partido não conseguiram impedir a sua criação. Dois fatos importantes influenciaram na constituição do Partido Verde, e foram levantados por alguns autores que assistiram ao processo: um dos fatos foi a preocupação com as movimentações de forças políticas de “direita” em registrar um partido com a sigla Partido Verde¹⁰. A outra motivação se baseou no interesse do PT em apoiar a candidatura de Gabeira para o governo do Rio de Janeiro, fato que se concretizou, visto que o PT e o recém criado PV se coligaram para as eleições de novembro de 1986, tendo Gabeira como candidato ao governo do Estado do Rio de Janeiro.

O surgimento de candidaturas verdes em alguns estados da federação através de siglas como PT, PMDB, PSB, PDT, também colaboraram para o fortalecimento da idéia de fundação do PV. Candidaturas verdes através de partidos variados haviam ocorrido nas eleições de 1982, e em 1986 a vontade por parte de alguns ativistas em disputar as

⁹ Idem, Ibidem. p. 99.

¹⁰ RABÓCZKAY, Tibor. *Repensando o Partido Verde*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. p.52.

eleições reapareceu com a discussão da constituinte. Fora, portanto, detectada a necessidade de se unificar as propostas com elaboração de uma plataforma ambientalista permanente, que concorreria na arena eleitoral por um partido de identidade própria. Nas palavras de Pádua, “boa parte do grupo fundador do PV tinha experiência de atuação em outros partidos de esquerda, como o PT e o PDT, e apresentava críticas quanto aos limites para desenvolver uma política verde naqueles espaços”¹¹.

A partir desta exposição, podemos constatar que surgiram três grandes frentes de opinião em relação à práxis da ecopolítica. Uma das tendências se posicionava contra o envolvimento direto com partidos políticos e baseava sua estratégia na organização da sociedade civil como veículo de pressão para assistir as suas demandas efetivadas, com o objetivo de não contaminar o movimento pelas necessidades de organização políticas de perfil distinto. Esta postura foi essencial para a ampliação de ONGs ambientalistas no Brasil e no Mundo. A outra tendência, preocupava-se também com a autonomia do movimento, mas via como forma de atuação sua inserção nos partidos políticos através de disputa por cargos eletivos como estratégia de esverdear os compromissos dentro sistema político. E um grupo minoritário que propugnava os valores verdes através da criação de um partido específico, ou seja, um partido verde.

3.2 Os Partidos Verdes como mais um dos símbolos da institucionalização da temática ambiental.

Pretendemos traçar aqui um breve histórico a respeito do surgimento dos partidos verdes no contexto internacional e no Brasil. Não temos a intenção de fazer uma análise comparativa ou organizativa do PV ou dos PVs, no entanto, buscaremos evidenciar a importância do fenômeno político verde impulsionador do processo de institucionalização da temática ambiental que derivou, em última instância, na partidarização do ecologismo.

O primeiro partido de ideologia verde surgiu na Tasmânia (Austrália) e logo em seguida na Nova Zelândia, no início da década de 1970. Estes apareceram como resposta das populações locais à degradação ambiental causada pelo processo de industrialização e eram fundamentalmente conservacionistas.

¹¹ PÁDUA, 1991 apud RABÓCZKAY, 2004, p. 53.

O United Tasmânia Group (UTG) foi formado em março de 1971 e em 1977 já havia desaparecido. A construção de hidrelétricas e a proteção do lago Pedder, a coalizão dos dois maiores partidos tasmanianos (comprometidos com um projeto modernizador), e a falta de participação da sociedade civil nos “procedimentos decisórios da ilha”¹², levaram um grupo conservacionista (Comitê de Ação do Lago Pedder) a aglutinar forças para a criação do UTG. No entanto, o sistema eleitoral de tipo majoritário impediu o ingresso dos membros do UTG em cargos eletivos. Este partido participou de nove eleições e não conseguiu introduzir nenhum de seus membros, além de ter carecido de recursos humanos e financeiros, fatos que colaboraram para a sua rápida desintegração.

O Partido Verde neozelandês (The Values Party), fundado em 1972, embora mais duradouro que UTG e com a obtenção de algumas conquistas eleitorais, passou por várias reviravoltas em sua trajetória, tendo muitos dos seus líderes se evadido do partido para se direcionar a movimentos ambientalistas. Em 1973, seus membros optaram por atuar em nível comunitário, “considerando que um partido centralizado sob um líder seria de molde excessivamente convencional”¹³, e por seu processo eleitoral se dar em nível distrital. Com o decorrer dos anos, as lideranças do The Values foram se alterando e o Labour Party acabou sendo mais atrativo para os eleitores.

A partir de 1975, o The Values se viu dividido em duas facções, uma formada por ambientalistas com propostas alternativas de organização política, e outra que objetivava consolidar o partido verde neozelandês dentro do quadro organizativo mais convencional. Em 1978, houve a saída de seus principais ativistas ambientalistas, fato que desencadeou seu enfraquecimento até culminar em sua dissolução no final da década de 1980. No entanto, a ala mais fisiológica do The Values, acabou por fundar o Green Party em 1990.

No Reino Unido também observamos o aparecimento de um dos primeiros Partidos Verdes do mundo, e o primeiro na Europa, em 1973. Fundado como People acabou mudando de nome duas vezes, em 1975 para Ecology Party e em 1985 passou a se chamar Green Party. Em 1989 tornaram-se o terceiro partido da política britânica, pois nas eleições desse ano atingiu 15% dos votos totais. Da mesma forma que no partido verde neozelandês, havia no Green Party britânico duas facções internas, uma advogava pela estruturação organizativa centralizada e a outra propunha uma estrutura

¹² Cf., RABÓCZKAY, 2004, p. 18.

¹³ Idem, ibidem, p. 19

descentralizada, baseada em lideranças coletivas e numa democracia de bases. De qualquer forma, o Green Party nunca alcançou um grau elevado de significação no sistema político, e além das querelas internas o sistema eleitoral não colaborou para a consolidação do partido.

Sem dúvida, o Partido Verde alemão se apresenta como a agremiação verde de maior êxito no processo de partidarização do ecologismo no mundo. Os verdes alemães decidiram criar seu partido (*Die Grünen*, Os Verdes) em 1979 através de uma convenção em Frankfurt, que concentrou membros de movimentos sociais feministas, pacifistas e ecologistas, fato que se confirmou com a fundação do partido no ano seguinte.

Conforme Rabózcay, “algumas publicações asseveram que a formação de movimentos do tipo verde é muito comum para a juventude alemã”, e as comparam com os românticos do século XIX (preservacionistas) e com os grupos juvenis nazistas doutrinados a partir de uma perspectiva que enxergava a natureza como elemento sagrado dentro dos domínios do III Reich.

Outros vêem a disseminação do movimento verde na Alemanha como resultado dos movimentos de contracultura da década de 1960. Este teria sido impulsionado pelo contexto da Segunda Grande Guerra, na medida em que gerou uma crise geracional, pois os jovens passaram a culpar seus pais das atrocidades empreendidas pelo nazismo. Este fato desencadeou um processo de contestação de hierarquias, autoridades e da disciplina alemã, principalmente dentro das Universidades, e influenciou a maioria dos atores de ideologia verde.

O que importa é que desde as primeiras eleições disputadas pelos verdes alemães em 1980 seu sucesso eleitoral foi ascendente, até alcançar a posição de quarta força política no país, lembrando que atingiram a maior vitória política da sua história ascendendo ao governo federal no ano de 1998, em coligação com o partido social-democrata.

No entanto, em 1990 os verdes alemães tiveram que passar por uma reestruturação para se tornarem viáveis no âmbito eleitoral. Na época de sua constituição, alimentados por uma postura contestatória, própria das raízes dos movimentos sociais, os verdes optaram por participar do sistema político como um anti-partido, ou seja, com características estruturais distintas das dos partidos convencionais. Neste sentido, foi criado um rigoroso sistema de funcionamento, de maneira a impedir a oligarquização interna, o personalismo e a burocratização. Alguns dos mecanismos que

visavam evitar a confirmação *lei férrea dos partidos políticos*, concebidos por Robert Michels¹⁴ no início do século XX, podem ser elencados, tais como: a rotatividade dos cargos dentro e fora do partido, a proibição da reeleição dos cargos partidários, a obediência dos parlamentares às decisões partidárias, o impedimento de ocupar um cargo no partido e um no parlamento ao mesmo tempo, reuniões partidárias abertas em qualquer instância a todos os seus membros, a recusa de coligações, entre outros.

Mas, nas primeiras eleições após a queda do muro de Berlim, os verdes não conseguiram eleger um só parlamentar em âmbito federal, e após intensas discussões internas empreenderam uma reforma interna. Na verdade, já havia uma divisão de opiniões forte no partido entre fundamentalistas (cujo maior expoente era Petra Kelly, que defendia uma postura mais radical e alternativa às estruturas partidárias convencionais) e realistas (que propunham, através das concepções de Joschka Fischer, uma atuação mais moderada e pragmática). Com as derrotas eleitorais de 1990, o partido sofreu alteração de cunho realista. Antunes¹⁵ afirma que tal reestruturação não desfigurou o partido de forma a torná-lo símbolo da análise organizativa desenvolvida por Michels.

Os processo de partidarização do ecologismo se deu de forma bastante intensa, principalmente, no continente europeu, e com o grau de importância ascendente no velho continente, os verdes europeus decidiram criar uma organização que os agregasse, dando-lhes sustentabilidade e unificando as propostas gerais. Deste modo em 1993, surge na Europa a Federação Européia dos Partidos Verdes, que no ano de 2002 já contava com 32 associados.

No mesmo espírito de coordenação e unidade programática geral, e visando um fortalecimento político, realizou-se em 2001 a Conferência de Camberra, na Austrália. De tal conferência, originou-se o chamado “Global Greens”, uma rede internacional dos partidos verdes. Por meio de uma declaração estabeleceu-se um carta de princípios e metas comuns de atividade política, que discorrem sobre a postura dos PVs em relação à democracia, equidade, mudanças climáticas, direitos humanos, planejamento sustentável, entre outros.

A formação de uma instituição internacional possui o objetivo de fortalecer e apoiar os partidos e os movimentos verdes no mundo, baseando-se em um famoso lema

¹⁴ MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.

¹⁵ Para mais informações sobre *Die Grünen* ver: ANTUNES, Tiago. *Partidos Verdes: partidos monocromáticos?* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003. Disponível em: <http://www.gi.fd.ul.pt/biblioteca/revista_fdl/XLVI-1-P.%20537%20a%20622.pdf>.

do final da década de 60: *Pense globalmente, atue localmente*, um dos principais *slogans* dos movimentos verdes.

Com a disseminação dos partidos verdes pelo mundo podemos identificar a institucionalização da temática ambiental. Independentemente de terem efetivado sua participação através de conquistas eleitorais significativas ou não, é indiscutível que assumem formas diferenciadas em suas definições organizacionais, no seu comprometimento e relações com a sociedade civil organizada, e com o funcionamento dos sistemas políticos e eleitorais de seus países de origem. Portanto, não pretendemos inferir sobre o nível de representatividade ou legitimidade diante das demandas ambientais ou movimentos sociais em qualquer um dos países onde os PVs se fazem presentes. Nosso objetivo é apontar para a grande dimensão assumida pelo processo de partidarização do ecologismo, visto que partidos de ideologia verde podem ser encontrados em mais de 100 países.

3.3 Aspectos da partidarização do ecologismo no Brasil.

No Brasil o Partido Verde se constitui em 1986, como uma amostra do desenrolar da tendência internacional de partidarização do ecologismo. Como vimos acima, a partir da abordagem de Viola¹⁶, sobre o desenvolvimento do ambientalismo brasileiro (ou melhor, dos ambientalismos), constatarem-se três fases do amadurecimento do ecologismo nacional em uma perspectiva histórica. A idéia de criação do Partido Verde se dá no último estágio, chamado de ecopolítica, e em torno de uma grande polêmica no interior do movimento. Porém, as discussões sobre a criação do PV no Brasil parecem ter ficado restritas às regiões sudeste e sul do país, não envolvendo de forma substantiva, ou mesmo ignorando, os movimentos existentes nos outros estados brasileiros. Inferimos isto, a partir dos dados levantados por Viola, que enfocam os congressos ambientalistas interestaduais dos quais participam apenas os estados de SP, RJ, RS, PR, e os da CIEC, o qual agregou os mesmos estados.

Santos¹⁷, ao tratar dos processos iniciais que culminaram na fundação do PV no Brasil, observa que as principais bases de organização para a fundação do partido se

¹⁶ Cf. VIOLA, Eduardo. *O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica*. In. PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

¹⁷ SANTOS, Adriana Vitória. *A Institucionalização do Ambientalismo: um estudo da formação do partido verde no Brasil*. São Paulo: PUC, 2008.

deram nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, mesmo neste dois Estados não houve a adesão dos principais movimentos ambientalistas pré-existentes.

A autora indica, assim como outros autores, que a expansão do movimento ambientalista e a criação do partido verde foram possíveis graças à formação de uma *estrutura de oportunidades políticas em âmbito nacional*, própria do contexto de democratização. Neste aspecto, a autora considerou alguns elementos essenciais: a anistia, a reforma da legislação partidária, os ciclos de protesto (que atingiu o ápice com a campanha pelas eleições diretas para presidente), e as eleições para governador.

Meneguelo ao estudar a formação do Partido dos Trabalhadores, que da mesma forma que o PV, nasce da vontade de representação por parte de movimentos sociais em meio ao processo de redemocratização, afirma que:

Apesar de uma dinâmica autônoma frente à política institucional, tornou-se crucial para a maior parte dos movimentos sociais obterem um maior acesso às estruturas políticas estabelecidas, mesmo porque a própria reformulação partidária colocada pelo regime conformou-se na única resposta do Estado autoritário às reivindicações pelo seu afrouxamento e democratização, oriundas da sociedade civil¹⁸.

É exatamente neste contexto que os movimentos sociais vislumbram a possibilidade de fazer parte da estrutura governamental, com o intuito de materializar as suas demandas, advindas da representação popular da qual é parte. Dessa forma, o agrupamento de tais movimentos nos partidos políticos alternativos se tornava, naquele momento, uma possibilidade verossímil e relevante.

Contudo, Santos enfatiza que a estrutura de oportunidades políticas nacionais explica apenas em parte a constituição do PV no Brasil, visto que as especificidades locais, ou seja, os diferentes ambientes políticos estaduais, no RJ e em SP, derivaram em suportes de natureza distinta na formação deste partido.

Em São Paulo os movimentos sociais, entre eles os ambientalistas mais à esquerda do espectro político, tenderam, em sua maioria, a estabelecer laços com o Partido dos Trabalhadores. Mas, em um contexto mais geral, muitos movimentos sociais também se estabelecerem no PMDB.

Nas eleições de 1982, Franco Montoro (PMDB) assumiu uma postura de agregação dos atores ligados aos movimentos ambientalistas. Na formulação do projeto de governo do partido em São Paulo, houve o planejamento de políticas públicas

¹⁸ MENEGUELLO, Rachel. PT: A Formação de um Partido (1979-1982). São Paulo: Paz e Terra, 1989. p. 30.

setorizadas através da incorporação de especialistas de algumas áreas, inclusive da ambiental.

No governo Montoro, houve em 1983 uma reestruturação da CETESB, através da criação da Diretoria de Planejamento Ambiental e da Superintendência de Educação Ambiental, além da criação do PROEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente). No ano seguinte, em 1984, o governo institui a Política Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais¹⁹. Este processo reflete a incorporação de especialistas em meio ambiente na estrutura de governo.

Em São Paulo as principais associações civis ambientalistas, tais como União Ecológica, Seiva de Ecologia, Oikos (que derivaram da dissolução da APPN no início da década de 1980) não participaram da criação do PV²⁰. Este teve como base de apoio local uma pequena associação ambientalista de São Bernardo do Campo, que trabalhava com questões habitacionais da população carente e com a ocupação ilegal das áreas próximas à represa Billings.

Algumas reuniões que trataram sobre a formação do PV em São Paulo se realizaram na Câmara dos deputados da capital, e reuniram algumas associações da sociedade civil (Associação Comunitária de São Bernardo do Campo, Sociedade Ecológica de Osasco, Sociedade Protetora dos Animais, Conselho Paulista de Defesa da Paz, Movimento Não-violência, Movimento Negro, Grupo Mel e APEDEMA). No entanto, boa parte destas organizações não se colocaram como sustentáculo na formação do PV.

No Rio de Janeiro, as oportunidades políticas eram mais restritas. Nesta região os partidos mais fortes, que faziam oposição aos herdeiros da ARENA (PDS) eram o PMDB e o PDT de Brizola. Embora muitos grupos de esquerda tivessem se agrupado no PDT, tal partido mantinha heranças do populismo trabalhista do período anterior ao Estado de exceção brasileiro, não sendo suficientemente aberto a negociações e concessões aos movimentos sociais. A outra opção para a concentração dos movimentos sociais no Rio de Janeiro foi o PT, que, por sua vez, concentra suas principais atividades em São Paulo.

¹⁹ SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação ambiental. Educação Ambiental: vinte anos de políticas públicas. São Paulo: SMA, 2003.

²⁰ Entre a década de 70 e 80 as duas maiores e mais importantes organizações ambientalista paulistas eram a MAPE (Movimento Arte e Pensamento ecológico, criada em 1973, composta por intelectuais e artistas que criticavam estilo de vida urbano) e a APPN (Associação Paulista de proteção a Natureza, criada em 1976 por empresários e profissionais liberais proprietários de imóveis no município de Cotia, que passou a ser invadido pela expansão urbana).

O movimento ambientalista fluminense começa a surgir na década de 1970, tendo um sentido distante da chamada ecopolítica mesmo com a chegada da década de 1980. No Rio, tais movimentos eram centrados em grupos comunitários alternativos fora da região metropolitana ou em associações críticas ao estilo de vida urbano na zona sul do Rio²¹, ademais, não tinham representatividade nacional, como algumas organizações ambientalistas de São Paulo.

A iniciativa de formação do PV no Brasil acabou sendo centralizada pelo grupo político de ex-exilados cariocas (Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis, Carlos Minc e Liszt Vieira), que contaram com o apoio muito restrito de organizações ambientalistas, mesmo no Rio de Janeiro, local de origem do partido. A APEDEMA (Assembléia Permanente de Defesa do Meio Ambiente), como relata Santos²², criada com a chegada destes ex-exilados, e com a intenção de agregar outras associações para formular ações conjuntas, teve força na condução de debates para conseguir a adesão de outros movimentos e organizações sociais à criação do PV. Sobre o grupo carioca que impulsionou a fundação do PV, Santos assevera:

...o grupo encontrou resistência entre as associações ambientalistas, tanto em São Paulo, quanto no Rio. Como resultado, o PV não conseguiu garantir importantes e representativas organizações ambientalistas em sua formação...Isto significa que não corresponde a um porta-voz legítimo e unânime entre o movimento ambientalista²³.

Em relação ao apoio dos movimentos sociais no contexto da reconstituição do multipartidarismo no Brasil, podemos observar que a construção do PT agregou setores sociais múltiplos, de natureza reivindicativa diversa. É evidente que o PT em sua fase inicial tem uma história bastante singular, e por esse motivo não pode ser comparada de maneira simplista à fase originária do PV. Porém, arriscamo-nos a fazer alguns comentários acerca de diferenças e possíveis semelhanças. Estas, caso existam, caminham em direção ao fato de que o PV também é um partido que possui origem em discussões internas aos movimentos sociais.

²¹ Algumas das principais associações ambientalistas no Rio de Janeiro foram listadas por Santos (Idem, Ibidem.): Sociedade de Defensores do Alto Leblon (fundada no início de 1980), FAMA (Federação das associações Fluminenses de Defesa do Meio Ambiente, criada no final da década de 1970), CONATURA (Cooperativa Mista de Produtos de Alimentos, Idéias e Soluções Naturais, fundada em 1979), APEDEMA (Assembléia Permanente de Defesa do Meio Ambiente, esta foi fundada com a volta dos ex-exilados cariocas e teve desempenho ativo nas discussões da criação do PV), além de várias associações ambientalistas de bairro.

²² Idem, Ibidem.

²³ Idem, Ibidem, p. 95-96.

O PV, da mesma forma que o PT, eclode do contexto de redemocratização, se bem que com um atraso de aproximadamente seis anos em relação à data de fundação oficial do PT²⁴. Este fato coloca uma diferença substantiva no sucesso dos dois partidos com relação à adesão popular e o mercado eleitoral²⁵.

O PT se constituiu em um momento em que não só a classe trabalhadora, mas a população em geral, estava sem opção política em período eleitoral que indicasse uma renovação da classe política brasileira. Isso significa que as outras siglas não eram tão representativas, pois se tratavam de partidos com um histórico de ligação com o *status quo*, atores políticos que já atuavam na arena parlamentar e eram resultado da dissolução da ARENA e do MDB, refletindo o resultado da reforma partidária de 1979²⁶. Portanto, o PT no momento de sua formação se apresentou com grandes chances de sucesso na arena eleitoral.

É evidente que não só o momento se mostrava bastante adequado, mas a conduta política encaminhada pelo PT na época de sua formação abriu espaço para ultrapassar as demandas sindicalistas, incorporando demandas que aglutinavam todos os trabalhadores, ou todos que aderissem à sua luta. Para o sucesso desse efeito agregador foi imprescindível a luta travada pelo novo sindicalismo em torno da emancipação política e social na fase de contestação do governo autoritário.

É interessante constatar que, assim como ocorreu no movimento ecologista, o movimento sindical, em sua fase de maturação através da busca por autonomia da classe trabalhadora empreendido pelo novo sindicalismo, também se caracterizava por um certo purismo em relação ao âmbito político institucional, visto que uma de suas maiores reivindicações pautava-se na emancipação do Estado como mediador, coordenador e regulador de seus interesses. Porém, quando se decidiu pela fundação do PT, a maior parte dos sindicalistas já havia se posicionado a favor da constituição do partido, além de uma série de outros movimentos sociais.

Se o PT, com a evolução do movimento sindical, conseguiu uma ampla adesão popular à sua proposta de representação legítima dos trabalhadores e da luta contra posturas autoritárias, o PV não conseguiu concentrar nem mesmo a diversidade contida dentro do movimento ecologista.

²⁴ Este atraso de sete anos se deve ao fato de o PV ter se constituído apenas em 1986. No entanto, a discussão sobre a formação do partido é bem anterior, e remete-nos ao início da década de 1980.

²⁵ Cf. COUTO, Cláudio Gonçalves. *O Desafio de Ser Governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

²⁶ Cf. MENEGUELLO, Rachel. *PT: A Formação de um Partido (1979-1982)*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

Por mais que o discurso ecológico tenha um potencial de absorção universal, que transcende a diferenças de gênero, étnicas, culturais e de classe, o PT estava inserido em um contexto histórico que beneficiava suas proposições, pois se concentrava na defesa de assuntos políticos internos de impacto imediato na população.

Embora as preocupações com usinas nucleares, aquecimento global, poluição, devastação de biomas estivessem em pauta na sociedade, não eram o foco das reivindicações gerais feitas pela população naquele momento. Na mentalidade do cidadão brasileiro, temas relacionados com a liberalização do regime estavam em primeiro plano, e roubaram a cena.

No início da década de oitenta, os movimentos ambientalistas do Brasil além de se encontrarem fragmentados (sem grandes interações e vínculos uns com os outros), ainda, em sua maioria, não orientavam suas ações por meio de uma mentalidade socioambiental. A própria transversalidade das causas ambientais, considerado um fator agregador, possui um potencial desagregador no que diz respeito à sua unificação.

A transversalidade significa que a causa ecológica pode ser absorvida facilmente por qualquer tipo de partido político ou movimento social e, portanto, pode colaborar para a consolidação de vários pólos de reivindicação ambientalista que não tratem exclusivamente desta questão. A partir daí podemos inferir que as motivações ecológicas não precisam necessariamente se concentrar em um partido político ou entidade específica.

Viola e Leis²⁷, ao tratarem das características gerais do ambientalismo enfatizam seu aspecto multissetorial, ou mesmo fragmentário. Os autores observaram que a partir da década de 1980 houve uma ampliação tanto qualitativa como quantitativa dos atores ligados às questões ambientais e, neste processo de alargamento do campo ecologista, ocorreu a multiplicação de seus setores. A partir desta constatação Viola e Leis compartimentaram o ambientalismo em oito setores principais: Ambientalismo *stricto sensu* (associações e grupos comunitários), ambientalismo governamental (órgãos estatais), sócio-ambientalismo (ONGs), ambientalismo dos cientistas (grupos e instituições de pesquisa), ambientalismo empresarial (empresas que investem em estratégias apoiadas no desenvolvimento sustentável), ambientalismo dos políticos profissionais (políticos que encaminham propostas de cunho ambiental), ambientalismo

²⁷ VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor. O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para Além da Rio 92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: LEIS, Héctor (Org.). *Meio Ambiente Desenvolvimento e Cidadania: desafio para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

religioso (grupos religiosos que vinculam meio ambiente à espiritualidade) e ambientalismo dos educadores (vinculados a propostas de educação ambiental formal e não formal). É importante observar que os Partidos Verdes não são considerados como entidade representativa do ambientalismo multissetorial dentro do sistematização elaborada por Viola e Leis.

A partir desta exposição podemos concluir que o Partido Verde brasileiro, mesmo sendo um exemplo da institucionalização da temática ambiental na contemporaneidade por meio da partidarização do ecologismo, não se consagrou como representante legítimo dos movimentos sociais e, em especial, do movimento ambientalista. E que, o ambientalismo multissetorial, torna difícil a concentração de uma pluralidade atores em uma única organização, tendo em vista que sua variedade de demandas, vertentes políticas e aspecto transversal impedem a concentração dos *ambientalismos* em uma única organização.

Considerações finais

Podemos constatar que se a preocupação com uma guerra nuclear sucumbiu ao término da Guerra Fria, com as limitações e regulamentações impostas por entidades internacionais à manipulação nuclear, isso não significou a diminuição dos problemas ambientais, tampouco o fim da preocupação em investimentos em energia e armas químicas e nucleares. A crise mostra-se muito mais acentuada e generalizada se comparada à década de 1970, com a ampliação das questões ambientais e a multiplicação de novos temas e dilemas a partir da década de 1980.

Hoje temas como o aquecimento global, diversidade biológica, biopirataria, utilização de substâncias químicas na agricultura, transgenia, a devastação das florestas tropicais, formas de introdução da concepção de desenvolvimento sustentável, entre uma infinidade de outras questões, são discutidas em âmbito mundial e em localidades específicas, mas continuam longe de ser definitivamente resolvidas.

Muitos problemas ambientais resultaram em convenções internacionais, de outro lado, enquanto as questões locais foram alvo da interferência de seus governos nacionais, com o aperfeiçoamento de uma legislação ambiental e ampliação de órgãos estatais de gestão ambiental (como foi o caso do Brasil) durante as décadas de 1980 e 1990. Porém, uma série de problemas permanece em aberto para discussão aguardando resolução.

A condição pós-moderna influenciou tanto no processo de diversificação e aprofundamento da crise ambiental, como incentivou a criação de instituições e mecanismos para contê-la. Devemos salientar, neste aspecto, a diversificação das tendências da ecopolítica e ecofilosofia, a constituição do ambientalismo multissetorial, assim como a institucionalização da temática ambiental.

Com a fragmentação social, originária da concepção pós-materialista impulsionadora dos novos movimentos sociais, tivemos a ampliação da participação da sociedade civil organizada. No caso do ambientalismo assistimos à crescente interferência de entidades ambientalistas não governamentais na esfera estatal e privada, atuando na condução de pesquisas, fiscalização ambiental, educação de comunidades, em negociações de convenções internacionais, entre muitos outros serviços prestados à população. Conforme dados do CONAMA, atualmente estão cadastradas 529 entidades

ambientalistas não governamentais no Brasil²⁸, das quais 35 se localizam na região norte, 106 na região Nordeste, 60 no Centro-oeste, 227 no Sudeste e 101 na região Sul.

Como vimos, a institucionalização da temática ambiental além de poder ser detectada através da constituição das entidades ambientalistas nos âmbitos nacional e global se deu por meio de alguns processos analisados no decorrer da pesquisa: as sucessivas reuniões, convenções e tratados internacionais; a incorporação dos assuntos ambientais pela ONU, que culminaram na criação de um órgão específico, o PNUMA; o envolvimento dos Estados nacionais com questões ambientais (através da adesão de convenções internacionais e ampliação de órgãos e legislação ambiental); a legitimidade da atuação das ONGs ambientalistas; o processo de partidarização do ecologismo com a criação dos Partidos Verdes.

A condição pós-moderna nos trouxe muitos dilemas. A começar pelas considerações baseadas no fim do socialismo real, e às críticas recebidas por tal sistema em relação ao seu caráter autoritário por sua prática ambientalmente agressiva, levada a cabo principalmente pelos soviéticos. Portanto, a partir da desintegração de tal sistema foram elaboradas teses que afirmaram o fim da história (tendo o liberalismo capitalista como a única trajetória a ser seguida em diante), o niilismo pós-moderno, o fracasso dos indivíduos, agora “esquizofrênicos”, como atores do processo histórico.

Sem dúvida, a pós-modernidade não deve ser vista como uma nova temporalidade, já que não transcendeu as propostas lançadas pelo iluminismo. Ou seja, a conduta humana continua a se basear nos elementos que edificaram a modernidade, não houve a mudança dos grandes paradigmas, apenas sua crise. No entanto, o caminho para uma revolução paradigmática poderia ser alcançada, fundamentalmente, com a incorporação de uma *nova ética mundial*²⁹ baseada em concepções sócio-ambientais. Esta seria a forma de transformar a triste condição pós-moderna em uma nova categoria histórica.

²⁸ Dado disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/cnea/cnea.cfm>>. Acesso realizado em 23 de novembro de 2009.

²⁹ A construção de uma nova ética mundial foi abordada por: LISBOA, Marijane Vieira. *A Proibição da Basileia: ética e cidadania planetárias na era tecnológica*. São Paulo: PUC, 2000.

Referências Bibliográficas e Documentais

ALIER, Joan Martinez. *Ecologismo dos Pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.

ALVES, José Augusto Lindgren. *Relações Internacionais e Temas Sociais: a década das conferências*. Brasília: IBRI, 2001.

ANDERSON, Perry. *Origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

ANTUNES, Tiago. *Partidos Verdes: partidos monocromáticos?* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003. Disponível em: <http://www.gi.fd.ul.pt/biblioteca/revista_fdl/XLVI-1-P.%20537%20a%20622.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2008, 17:46:15.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BAUMAN, Zigmunt. *O Mal Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. *Liberdade ou Capitalismo*. São Paulo: UNESP, 2002.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BLACKBURN, Robin (org.). *Depois da Queda: o fracasso do socialismo e o futuro do capitalismo*. Paz e Terra: São Paulo, 1993.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Ed. Unesp: São Paulo, 1995.

_____. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BÜRGER, Peter. O declínio da era moderna. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 20, p. 81-95, 1998.

CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de (Orgs.). *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: FGV, 2002.

COUTO, Cláudio. *O Desafio de Ser Governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. A agenda constituinte e a difícil governabilidade. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº39, p.33-52, 1997.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo, EDUSP: 2005.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

Eleições e partidos. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 1, 2003.

FERREIRA, Leila da Costa. *A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Ambientalismo Brasileiro nos anos 1990: crise e oportunidade de mudança social. In: SPOSATI, Aldaíza et al. *Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade*. São Paulo: EDUC, 2001.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2003.

GABEIRA, Fernando. A idéia de um Partido Verde no Brasil. IN: PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

GIFFONI, Mônica Moraes de Melo. *Diálogos da Modernidade*. São Paulo: PUC, 2007.

GUIDDENS, Anthony. *Para Além da Esquerda e da Direita*. Ed. Unesp: São Paulo, 1996.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2001.

- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HELLER, Agnes. *A Condição Política Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernidade: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. Pós-modernidade e sociedade de consumo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n 12, p. 16-26.
- JUNIOR, Olavo Brasil de Lima. *O Sistema Partidário Brasileiro: diversidades e tendências*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- KINZO, Maria D'alva. *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer, 1993.
- LEIS, Héctor. Ambientalismo: Um Projeto Realista Utópico para a Política Mundial. In: LEIS, Héctor (org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.
- LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LIMONGI, Fernando & FIGUEIREDO, Argelina. As reformas (des)necessárias. *São Paulo em Perspectiva*, vol.10, nº4, p. 37-43. out./dez 1996.
- LISBOA, Marijane Vieira. *A Proibição da Basiléia: ética e cidadania planetárias na era tecnológica*. São Paulo: PUC, 2000.
- LOPEZ, André Porto Ancona. *Tipologia Documental dos Partidos Políticos e Associações Políticas Brasileiras*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- LÖWY, Michel. *De Marx ao Ecosocialismo*. In: LÖWY, Michel; BENSAID, Daniel. *Marxismo, modernidade e Utopia*. São Paulo: Xamã, 2000. p. 226-238.

LUXEMBURGO, Rosa. *Partido de Massas ou Partido de Vanguarda*. São Paulo: Ched Editorial, 1981.

LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: José Olímpio: 2000.

MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. *Novos Estudos Cebrap*, n. 29, p. 34-58, março de 1991.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.

NETO, Eureliano Teixeira Coelho. *O Socialismo Científico e a Modernidade: uma crise combinada no pensamento da esquerda*. Recife: UFPE, 1997.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e Democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *Sistemas Eleitorais*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

O' DONNELL, Guilherme. Transições continuidades e alguns paradoxos. In: REIS, Fábio W. Paulo & O'DONNELL, Guilherme (Orgs.). *A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice e Editora dos Tribunais, 1988.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil. PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

_____. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: Leis, H. R. (Org.). *Ecologia e Política Mundial*. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 135-161.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARTIDO VERDE. Resoluções da Global Greens Conference. Camberra, 2001.

PARTIDO VERDE. Programa de Governo.

PEIXOTO, Madalena Guasco. *A Condição Política na Pós-Modernidade: a questão da democracia*. São Paulo: EDUC, 1998.

PEREIRA, Carlos & MULLER, Bernardo. “Partidos fracos na arena eleitoral e fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil”. *Dados*, vol. 6, n. 4, p. 735-771, 2003.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RABÓCZKAY, Tibor. *Repensando o Partido Verde*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

RAMINA, Larissa. *Análise da Convenção de Roterdã Sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado Para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos*. Disponível em: <http://estig.ipbeja.pt/~ac_direito/pic.pdf>.

RAMOS, José Mário Ortiz. Cultura de massa. Novas Tecnologias e Pós-Modernidade. *Cultura Vozes*, São Paulo, n 1, p. 15-21, 1995.

RIBEIRO, Costa Wagner. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.

SADER, Emir. *O Anjo Torto: esquerda e direita no Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1995.

SCHINKE, Gert. *Ecologia Política*. Porto Alegre: Tchê, 1986.

SANTOS, Adriana Vitória. *A Institucionalização do Ambientalismo: um estudo da formação do Partido verde no Brasil*. São Paulo: PUC, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Afrontamento: Porto, 1994.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Zahar Editores/UNB, 1982.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. *Educação Ambiental: vinte anos de políticas públicas*. São Paulo: SMA, 2003.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de educação Ambiental. *Conceitos Para Se Fazer Educação Ambiental*. São Paulo: SMA, 1999.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. *Agenda 21: resumo*. São Paulo: SMA, 1993.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. *Tratados e Convenções Internacionais em Matéria de Meio Ambiente*. São Paulo: SMA, 1997. Coleção Entendendo o Meio Ambiente, vol. 1.

SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

Terra: Revolta da natureza. *PUC VIVA*. São Paulo, ano 8, n.29, jan. 2007.

TRIGUEIRO, André (Org.). *Meio Ambiente no Século XXI*. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

UNGER, Nancy Mangabeira (Org.). *Fundamentos Filosóficos do Pensamento Ecológico*. São Paulo: Loyola, 1992.

VIOLA, Eduardo. Meio ambiente e Relações Internacionais. In: Trigueiro, André (Org.). *Meio Ambiente no Século XXI*. Campinas: armazém do Ipê, 2005.

_____. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor. O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para além da Rio 92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: LEIS, Héctor (org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

WALDMAN, Maurício. *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

ANEXO A: Atos Multilaterais Assinados pelo Brasil no Campo do Meio Ambiente

Título	Data	Promulgação	
		Decreto no	Data
Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América	12/10/1940	58.054	23/03/1966
Convenção Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico.	14/05/1966	65.026	20/08/1969
Convenção relativa às Zonas Úmidas de Importância Internacional, particularmente como "habitats" das aves aquáticas	02/02/1971	1.905	16/05/1996
Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e outros Materiais (LONDON CONVENTION) (LC-72).	29/12/1972	87.566	16/09/1982
Convenção para o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção.	03/03/1973	76.623	17/11/1975
Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, 1973 (MARPOL).	02/11/1973	2.508	04/03/1998
Protocolo de 1978 Relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, 1973.(MARPOL PROT-78 ou MARPOL 73/78).	17/02/1978	2.508	04/03/1998
Emenda ao Artigo XI da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção.	22/06/1979	133	24/05/1991
Protocolo de Emendas à Convenção Relativa às Zonas Úmidas de Importância Internacional, Particularmente como "Habitats" das Aves Aquáticas	03/12/1982	1.905	16/05/1996
Emenda ao Artigo XXI da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Extinção.	20/04/1983	92.446	07/03/1986
Protocolo Adicional à Convenção Internacional para Conservação do Atum e Afins do Atlântico (CICAA).	10/07/1984	97.612	04/04/1989
Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio	22/05/1985	99.280	06/06/1990
Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio	16/09/1987	99.280	06/06/1990
Convenção da Basiléia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.	22/03/1989	875	19/07/1993

Ajuste ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.	20/06/1990	181	24/07/1991
Emenda ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio	29/06/1990	2.699	30/07/1998
Convenção Internacional para Prevenção, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo (OPRC-90)	30/11/1990	2.870	10/12/1998
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima	09/05/1992	2.652	01/07/1998
Acordo Constitutivo do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais (Ata de Montevideú)	13/05/1992	2.544	13/04/1998
Convenção sobre Diversidade Biológica (Rio-92)	05/06/1992	2.519	16/03/1998
Acordo de Alcance Parcial de Cooperação e Intercâmbio de Bens Utilizados na Defesa e Proteção do Meio Ambiente.	27/06/1992	652	15/09/1992
Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio	25/11/1992	2.679	17/07/1998
Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca e/ou Desertificação, principalmente na África	15/10/1994	2.741	20/08/1998
Convenção Interamericana para a Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas	01/12/1996	3.842	13/06/2001
Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	11/12/1997	5.445	12/05/2005
Emenda ao Anexo I e Adoção dos Anexos VIII e IX à Convenção de Basileia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito	27/02/1998	4.581	27/01/2003
Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos (PIC)	10/09/1998	5360	31/01/2005
Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica.	29/01/2000	5705	16/02/2006
Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do Mercosul	22/06/2001	5.208	17/09/2004
Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes.	22/05/2001	5.472	20/06/2005

Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, aprovadas em Montreal, em 17 de setembro de 1997, ao Término da Nona reunião das Partes, e, em Pequim, em 3 de Dezembro de 1999, por Ocasão da Décima Primeira Reunião das Partes.	17/9/1997 e 3/12/1999	5.280	22/11/2004
---	--------------------------	-------	------------

ANEXO B: Lista dos Partidos Verdes associados ao Global Greens

Membros

A rede Global Greens é formada pela união de 4 federações continentais de partidos verdes e movimentos socioambientais a eles ligados: a Federação de Partidos Verdes da África, a Federação dos Partidos Verdes das Américas, a Rede Verde Ásia/Pacífico e a Federação Europeia de Partidos Verdes.

Há, ainda, um quinto grupo de instituições, chamado de “Observadores”, que não são membros efetivos das federações, mas que são permanentemente convidados a acompanhar suas atividades.

Veja abaixo, quem são os membros de cada federação:

Federação de Partidos Verdes da África:

- África do Sul: **Green Party of South Africa**
- Benin: **Les Verts du Benin**
- Burkina Fasso: **Rassemblement Des Ecologistes du Burkina Faso**
- Camarões: **Defense de l’Environnement Camerounais (DEC)**
- Costa do Marfim: **Parti pour la Protection de l’Environnement**
- Guiné Equatorial: **Parti des Ecologistes Guineens**
- Guiné-Bissau: **Liga Guineense de Protecção Ecologica**
- Ilhas Maurício: **Movement Republicain - the Green Way**
- Mali: **Parti Ecologiste du Mali**
- Marrocos: **Les Verts**
- Níger: **Rassemblement pour un Sahel Vert**
- Nigéria: **Green Party of Nigeria**
- Quênia: **Mazingira Green Party**
- Senegal: **Les Verts**
- Somália: **Somalia Green Party**

Federação dos Partidos Verdes das Américas:

- Brasil: **Partido Verde do Brasil**
- Canadá: **Green Party of Canada/Parti Vert du Canada**
- Chile: **Partido Ecologista**
- Colômbia: **Partido Verde Oxigeno**
- Estados Unidos: **Green Party of the United States**
- México: **Partido Ecologista Verde de México**
- Nicarágua: **Partido Verde Ecologista de Nicaragua**
- Peru: **Partido Ecologista Alternative Verde del Peru**
- República Dominicana: **Partido Verde Dominicano**
- Uruguai: **Partido del Sol**
- Venezuela: **Movimiento Verde Ecologico de Venezuela**

Rede Verde da Ásia-Pacífico:

- Austrália: **Australian Greens**
- Coreia do Sul: **Korea Greens**
- Filipinas: **Partido Kalikasan ng Pilipinas**
- Japão: **Niji to Midori/Rainbow and Greens**
- Mongólia: **Mongolyn Nогоон Нам**
- Nepal: **Green Nepal Party**
- Nova Caledônia: **Les Verts Pacifique**
- Nova Zelândia: **Green Party of Aotearoa New Zealand**
- Papua-Nova Guiné: **Papua New Guinea Green Party**
- Paquistão: **Pakistan Greens**
- Polinésia: **Heiura Les Verts Polynesiens**
- Sri Lanka: **Green Party**
- Taiwan: **Green Party Taiwan**
- Vanuatu: **La Confédération des Verts du Vanuatu**

Federação Europeia de Partidos Verdes:

- Alemanha: **Bündnis 90/Die Grünen**
- Áustria: **Die Grünen**
- Bélgica: **Ecolo**
- Bélgica: **Groen!**
- Bulgária: **Bulgarian Green Party**
- Chipre: **Cyprus Green Party**
- Dinamarca: **De Grønne**
- Eslováquia: **Strana Zelených na Slovensku**
- Eslovênia - **Stranka mladih Slovenije**
- Espanha: **Confederación de Los Verdes**
- Espanha: **Iniciativa per Catalunya Verds**
- Estônia: **Eesti Rohelised**
- Finlândia: **Vihreät**
- França: **Les Verts**
- Geórgia: **Sakartvelo's Mtsvaneta Partia**
- Grécia: **Ecologisti-Prasinoi**
- Holanda/Países Baixos: **De Groenen**
- Holanda/Países Baixos: **Groenlinks**
- Hungria: **Zöld Demokraták Szövetsége**
- Irlanda: **Comhaontas Glas**
- Itália: **Federazione dei Verdi**
- Letônia: **Latvijas Zala Partija**
- Luxemburgo: **Déi Gréng**
- Malta: **Alternattiva Demokratika**
- Noruega: **Miljøpartiet de Grønne**
- Polónia: **Zieloni 2004**
- Portugal: **Partido Ecologista Os Verdes**
- Reino Unido: **Green Party of England and Wales**
- Reino Unido: **Scottish Green Party**
- República Tcheca: **Strana Zelených**
- România: **Green Party of Romania**

- Rússia: **The Interregional Green Party**
- Suécia: **Miljöpartiet de Gröna**
- Suíça: **Grüne/Les Verts**
- Ucrânia: **Partija Zelenych Ukrajin**

Observadores:

- Albânia: **Te Gjëlberit**
- Andorra: **Partit Verds d'Andorra**
- Dinamarca: **Socialistisk Folkeparti**
- Federação de Jovens Verdes Europeus: **Federation of Young European Greens**
- Global Greens Jovem: **Global Young Greens**
- Guadalupe: **Les Verts Guadeloup**
- Guiana Francesa: **Tamanoir / Les Verts**
- Haiti: **Parti Verti Haitien**
- Martinica: **Les Verts Martinique**
- Moldávia: **Partidul Ecologist Alianta Verde diu Moldova**
- Sérvia: **Zeleni**

Dado disponível em:

www.globalgreens.org.br/new/templates/global_greens/images/Sub_paginas/membros.html